Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Guimarães Starling de Souza

O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Guimarães Starling de Souza

O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Dr. Marcelo Sotratti

Supervisor: Ms.C. Francisco Antonio Pugliese Junior

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Centro Nacional de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF.

S719t Souza, Carolina Guimarães Starling de.
O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO / Carolina Guimarães Starling de Souza – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

129 f.: il.

Orientador: Marcelo Sotratti

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Arqueológico. 3. Turismo Arqueológico. 4. Brasil – Política e Governo. I. Sotratti, Marcelo. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.
CDD 930.0981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carolina Guimarães Starling de Souza

O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2012.

Banca examinadora:

_____

Professor Dr. Marcelo Sotratti (orientador)

_____

Professor Ms.C Adler Homero Fonseca de Castro - IPHAN

_____

Professor Dra. Amanda Danelli Costa

AGRADECIMENTOS

À equipe da Copedoc por viabilizar o programa e por toda atenção durante os módulos de aulas;

Ao quadro técnico do CNA pelo apoio a essa pesquisa e amizade durante esse tempo de convívio;

Ao orientador Marcelo Sotratti pelas sugestões, confiança e por acreditar no tema e na abordagem do trabalho;

Ao supervisor e co-orientador Francisco Pugliese, pela atenção, ajuda durante as visitas de campo e apoio em vários momentos na realização desse trabalho;

À Amanda Aguiar, Carlão e Francisco pela ajuda e companhia durante as visitas de campo;

Aos ex-supervisores Guilherme Carvalho e Marcia Arcuri por tantos ensinamentos e pelo carinho e amizade que levo sempre comigo;

À todos os amigos do PEP, com muito amor e boas lembranças, em especial à Alessandra Lima, Lucas Aragão e Ronaldo Vicente que acompanharam mais de perto minha trajetória no programa;

À minha mãe, meu pai e minha irmã Gabriela, agradeço sempre;

Aos amigos queridos Alice Watson, André Togni, Angélica Carmo, Alexandre Santos, Arturo Andreu, Aloísio Farias, Cínthia Guimarães, Daniela Reis, Fabíola Minotto, Fausto Farias, Jaqueline Perroud, Joana di Paoli, Maria Luísa Dominici, Maria Tereza Guimarães, Meline Machado, Naiá VilasBoas e Rebeca Reis.

À todos os moradores de Serranópolis que contribuíram com a pesquisa, disponibilizando seu tempo e me recebendo com muito carinho e atenção.

"Há que se fazer um trabalho todos os dias com as mãos, com a cabeça, com a sensibilidade, com tudo".

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ACOTES - Associação de Condutores de Turismo de Expedição de Serranópolis

ACOVESC - Associação de Condutores de Visitação Ecoturística da Serra da Capivara

ARCHEMAR- Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar

CAT - Centro de Atendimento ao Turista

CEANS - Centro de Arqueologia Náutica e Subaquática

COMTUR - Comissão Brasileira de Turismo

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CNRC - Centro Nacional de Referências Culturais

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONTUR - Conselho Nacional de Turismo

CORDA - Coordenação de Arqueologia

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

FUNDHAM - Fundação do Homem Americano

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

GEPAN - Gerência de Arqueologia e Patrimônio Natural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

PRONAPABA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica

RPPN - Reserva Particular de Proteção Permanente

SAB - Sociedade Brasileira de Arqueologia

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SPHAN- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UCG - Universidade Católica de Goiás

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UHE - Usina Hidrelétrica

UNISINOS - Universidade Vale do Rio dos Sinos

USP - Universidade de São Paulo

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar os principais problemas e potencialidades do turismo arqueológico na preservação do patrimônio cultural, buscando elementos para subsidiar propostas de políticas públicas para essa área, notadamente aquelas desenvolvidas pelo Iphan. Para alcançar essa finalidade, foram discutidos os conceitos e instrumentos legais aplicados ao tema, foi apresentado um panorama geral do turismo arqueológico no Brasil, e realizado um estudo de caso no município de Serranópolis-GO, com foco nos sítios rupestres e na relação entre agentes e instituições que atuam na atividade turística. Entre os problemas do uso turístico de sítios arqueológicos discutidos nesse trabalho, destaca-se a priorização dos turistas em detrimentos das comunidades locais na visitação aos sítios para a realização de atividades educativas e de lazer. Essa questão foi analisada a partir de entrevistas realizadas com agentes de Serranópolis que representam o poder público municipal, a iniciativa privada, as instituições locais e a rede pública de ensino. Como resultados das discussões desenvolvidas foram apontados alguns elementos para a elaboração de um Plano Nacional de Turismo Arqueológico pelo Iphan.

Palavras chave: Preservação do patrimônio cultural, Patrimônio Arqueológico, Turismo Arqueológico.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Grupo visitando o museu Sambaqui da Tarioba. 36
Figura 2. Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba. 36
Figura 3. Local denunciado na mídia pela venda de material arqueológico cerâmico para turistas. 38
Figura 4. Pinturas rupestres em Serranópolis 65
Figura 5. Gravuras rupestres em Serranópolis 66
Figura 6. Armazém de Cultura de Serranópolis.. 71
Figura 7. Museu de História Natural Serra do Cafezal.. 71
Figura 8. Sítio Arqueológico Gruta do Diogo 1 74
Figura 9. Pinturas rupestres, sítio Gruta do Diogo 1.. 74
Figura 10. Gravuras rupestres, sítio Gruta do Diogo 1.. 75
Figura 11. Sítio Gruta do Diogo 2. 75
Figura 12. Gravuras rupestres. Sítio Gruta do Diogo 2 76
Figura 13. Pinturas rupestres. Sítio Gruta do Diogo 2 76
Figura 14. Vestígios de moto no solo do sítio Gruta do Diogo 1 79
Figura 15. Sítio arqueológico Véu do Muquém.. 80
Figura 16. Percurso de acesso ao sítio Véu do Muquém.. 80
Figura 17. Descida de acesso ao sítio Véu do Muquém. 81
Figura 18. Fatores de degradação antrópicos no sítio Véu do Muquém..... 82
Figura 19. Fatores de degradação antrópicos no sítio Véu do Muquém..... 82
Figura 21. Pousada das Araras..... 84
Figura 22. Painel rupestre, sítio Manoel Braga.. 85
Figura 23. Figura rupestre, sítio Manoel Braga. 86
Figura 24. Artesanato de Serranópolis utilizando os motivos rupestres.....86
Figura 25. Passarela turística construída no sítio Manoel Braga. CNA, 2011. 88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. PANORAMA GERAL DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

1.1. Contextualização do surgimento do conceito de turismo arqueológico

1.2. O conceito de turismo arqueológico

1.3. O planejamento dos sítios arqueológicos para a visitação turística

1.4. Panorama geral do turismo arqueológico no Brasil: experiências e desafios

1.5. Parque Nacional da Serra da Capivara: experiência de turismo planejado

2. TURISMO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL

2.1. A gestão do patrimônio arqueológico na trajetória do IPHAN

2.2. Aproximações entre turismo e preservação do patrimônio cultural no Brasil

3. O TURISMO ARQUEOLÓGICO NO ESTADO DE GOIÁS

3.1. O contexto arqueológico do estado de Goiás

3.1.1. O contexto arqueológico do município de Serranópolis

3.2. O turismo arqueológico em Serranópolis-GO

3.2.1. O uso turístico dos sítios rupestres de Serranópolis

3.2.2. A atuação do Iphan associada ao turismo arqueológico no município de Serranópolis

3.2.3. A participação da comunidade local no uso turístico dos sítios arqueológicos de Serranópolis

3.2.4. A opinião dos agentes sobre como deveria ser a atuação do Iphan no turismo arqueológico

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Diretrizes para um Plano Nacional de Turismo Arqueológico

4.1.1. Diagnóstico do uso turístico dos sítios arqueológicos no Brasil

4.1.2. Regulamentação do uso turístico dos sítios arqueológicos

4.1.3. Promoção dos sítios arqueológicos como atrativos turísticos

4.2. A participação das comunidades locais no uso turístico dos sítios arqueológicos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio Cultural-PEP do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, posteriormente transformado em Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. O tema proposto pelo edital do programa foi pesquisar experiências de turismo arqueológico no Brasil, a partir de atividades práticas desenvolvidas no Centro Nacional de Arqueologia, mais especificamente na Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico. Como primeiro envolvimento com essa temática foi realizado um diagnóstico das principais experiências de turismo em sítios arqueológicos no país, a partir de levantamento bibliográfico, consulta a páginas na internet que divulgam os sítios como atrativos, reportagens jornalísticas e documentos em circulação no CNA sobre projetos de socialização de sítios arqueológicos que envolvem o uso turístico. A partir desse mapeamento, constatou-se que existe um número significativo de sítios que recebem visitação turística sem que haja pesquisa prévia, regulamentação por parte do poder público e planejamento dessa atividade. Diante desse quadro, a presente pesquisa foi desenvolvida tendo como principal objetivo identificar problemas e experiências positivas associadas ao turismo arqueológico no Brasil, buscando elementos para subsidiar propostas de políticas de preservação do patrimônio arqueológico voltadas para sítios com uso turístico.

Para atingir os objetivos propostos foi realizado, além de levantamento bibliográfico, um estudo de caso sobre o turismo arqueológico em sítios rupestres no município de Serranópolis, localizado no estado de Goiás. Os sítios rupestres foram escolhidos como recorte para a pesquisa devido ao potencial que apresentam para a atividade turística, sendo frequentemente divulgados como atrativos, em alguns casos, antes mesmo de serem pesquisados. Entre os elementos que contribuem para a atratividade dos sítios rupestres podem ser citados a monumentalidade e o apelo estético que muitos deles possuem e a curiosidade que despertam no público leigo. Outro aspecto que favorece a procura desses sítios por visitantes é a sua localização, muitas vezes em locais de grande beleza cênica e abundância de recursos naturais.

Como procedimento metodológico para mapear as experiências de turismo arqueológico no Brasil foi elaborado um documento encaminhado para as Superintendências Regionais do Iphan denominado *"Questionário de avaliação do uso turístico dos sítios arqueológicos brasileiros"* (Anexo I) com o objetivo de identificar os principais sítios com uso turístico em cada estado e levantar informações sobre os mesmos. Entre os itens presentes nesse documento constam: *Identificação do sítio, tipo de atividade turística desenvolvida, fatores de degradação que atuam sobre o sítio, medidas de controle do fluxo de visitação, tipo de gestão administrativa, existência de programa de educação patrimonial, acessibilidade para portadores de necessidades especiais, sinalização turística, monitoramento das visitas, proteção legal, envolvimento da comunidade local, infraestrutura turística, produção de material de divulgação, apropriação simbólica e questão aberta sobre a opinião dos gestores em relação à participação do Iphan no turismo arqueológico.* Essas questões foram definidas tendo como base a bibliografia disponível sobre planejamento turístico aplicada ao patrimônio cultural e mais especificamente ao patrimônio arqueológico que apesar de escassa, traz contribuições no sentido de definir critérios básicos para a gestão de sítios que possuem esse tipo de uso.

A partir dos questionários preenchidos encaminhados pela Superintendência do Iphan em Goiás constatou-se que os principais sítios visitados turisticamente nesse estado estão localizados nos municípios de Formosa, Palestina de Goiás e Serranópolis. O município de Serranópolis foi escolhido como estudo de caso devido à importância científica da arqueologia da região e, também, pela divulgação dos sítios na mídia como principal atrativo turístico, inclusive no *site* oficial da Secretaria Estadual de Turismo de Goiás[1]. As pesquisas arqueológicas em Serranópolis são realizadas desde a década de 1970 e os sítios são reconhecidos, internacionalmente, sobretudo no que diz respeito às ocupações humanas mais antigas identificadas na região do Brasil Central. Em 1996 o município ganhou destaque na mídia devido à descoberta de um esqueleto datado em, aproximadamente, 11.000 anos, atualmente localizado no Museu Histórico do município de Jataí-GO.

[1] Secretaria Estadual de Turismo de Goiás. Disponível em: http://www.goiasturismo.go.gov.br/.

O município de Serranópolis foi alvo, também, de um projeto piloto realizado pelo Iphan voltado para a definição de estratégias e critérios para socialização de sítios arqueológicos com ênfase na atividade turística, denominado *Oficina de Interpretação e Sinalização de sítio Arqueológico*.[2] O sítio Manoel Braga, também conhecido como *Sítio das Araras*, localizado em área de propriedade privada onde foi construído o empreendimento turístico Pousada das Araras, foi escolhido para o desenvolvimento das atividades dessa oficina. O evento foi coordenado pelo arqueólogo americano Peter Pilles, vinculado ao *Arizona National Hist. Association* e contou com a participação de um quadro diversificado de profissionais, incluindo gestores do Iphan da área central e das Superintendências Regionais, consultores estrangeiros e representantes vinculados a universidades como Universidade Católica de Goiás-UCG e Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Como resultado, foram apresentadas diretrizes para o uso turístico tanto dos sítios de Serranópolis quanto do patrimônio arqueológico de maneira geral.

Para a realização do estudo de caso que estrutura essa pesquisa foram realizadas duas visitas de campo à Serranópolis, além da consulta ao documento produzido a partir da oficina citada e da análise dos dados encaminhados pela Superintendência do Iphan em Goiás, a partir dos questionários encaminhados. A primeira visita de campo, realizada em agosto de 2011, teve como objetivo o reconhecimento dos sítios mais visitados turisticamente: GO-JA 01 e GO-JA 02 (Gruta do Diogo 1 e Gruta do Diogo 2), GO-JA 03 (Sítio Manoel Braga ou Sítio das Araras) e GO-JA 13 (Véu do Muquém), buscando identificar os fatores de degradação que atuam sobre os sítios, principalmente causados pela atividade turística, a qualidade do acesso, e a instalação de sinalização e infraestrutura turística nesses locais. Foram identificados, também, os principais agentes que atuam no turismo arqueológico em Serranópolis e realizadas entrevistas com a Secretária de Cultura e Turismo, o presidente da Associação de Condutores de Turismo de Expedição de Serranópolis-ACOTES e com o proprietário do empreendimento

[2] A *Oficina de Interpretação e Sinalização de Sítio* Arqueológico foi realizada em 1997 pelo Departamento de Promoção do Iphan e o relatório final que resultou da realização desse evento é considerado referência no que diz respeito ao planejamento turístico de sítios arqueológicos.

turístico Pousada das Araras, onde está localizado o sítio Manoel Braga, um dos sítios mais conhecidos da região.

Apesar de as entrevistas realizadas terem sido gravadas e transcritas na íntegra, esses dados primários não foram integrados à pesquisa como anexo, os entrevistados foram identificados pela profissão em que atuam e pelo papel que desempenham enquanto agentes na gestão turística municipal. Como todos os entrevistados se conhecem, a apresentação desses dados poderia agravar conflitos ou provocar constrangimentos entre as pessoas que se disponibilizaram a contribuir para a realização dessa pesquisa. Desse modo, devido a preocupações éticas, optei por citar apenas os trechos das entrevistas considerados indispensáveis para esse trabalho.

A partir do diálogo com os agentes citados, durante a primeira visita de campo, constatou-se que apesar de bastante procurados por turistas de diversas regiões do Brasil, os sítios arqueológicos de Serranópolis são pouco visitados pela população do município. Considerando que o turismo arqueológico é apontado na bibliografia como uma atividade que possibilita o acesso e fruição do patrimônio arqueológico pela sociedade, tornou-se uma questão de pesquisa avaliar em que medida a comunidade Serranópolis participa nesse processo, usufruindo desses espaços procurados pelos visitantes e tendo contato direto com o patrimônio arqueológico da região. Essa questão foi formulada tendo como base a colocação de Meneses (2007, p. 53): *"(...) se o bem cultural não for culturalmente "bom" para quem melhor e mais continuadamente poderia usufruí-lo, isto é, os habitantes, como justificar a inversão que privilegie os de fora?".*

As entrevistas realizadas durante a segunda visita de campo tiveram como objetivo principal caracterizar o turismo arqueológico em Serranópolis, tendo como enfoque a avaliação dos agentes sobre os principais problemas dessa atividade no que diz respeito à preservação e socialização do patrimônio arqueológico. As entrevistas foram direcionadas, também, para investigar, a partir da perspectiva das pessoas que atuam cotidianamente com a gestão turística de sítios arqueológicos, quais são as principais demandas para a atuação do Iphan nessa atividade, com o objetivo de subsidiar políticas públicas futuras a serem desenvolvidas pelo instituto. Nessa etapa da pesquisa foi investigada, também, a relação da comunidade de Serranópolis com os sítios, buscando identificar se os moradores do município fazem

turístico desses locais e qual o principal público alvo dos sítios que recebem visitantes.

No primeiro capítulo foi apresentado o contexto do crescimento do turismo arqueológico no Brasil, a partir da década de 1980, associado ao aumento das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país, à expansão da própria atividade turística e à diversificação dos destinos procurados para a visitação turística. Apesar da bibliografia específica disponível ser ainda pequena, buscou-se, também nesse capítulo, conceituar o turismo arqueológico e apresentar algumas carcterísticas gerais dessa atividade no país, tendo como base os diferentes tipos de sítios, a partir da classificação do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos-CNSA do Iphan. Desse modo, foram identificados os principais tipos de sítios visitados turisticamente: rupestres, sambaquis, históricos, cerâmicos, líticos e subaquáticos e foram apresentados problemas que envolvem essa atividade para a preservação do patrimônio arqueológico, além de experiências consideradas referência nessa área como o caso do Parque Nacional da Serra da Capivara-PI.

Outro aspecto apontado foi a importância do planejamento turístico na proteção aos sítios arqueológicos, sendo apresentadas as principais estratégias de gestão para garantir o acesso aos sítios pela sociedade e minimizar os impactos negativos presentes na bibliografia consultada. Cabe ressaltar que essas discussões estão contextualizadas na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, no final do séc. XX, aplicado à atividade turística a partir de seu desdobramento no conceito de turismo sustentável, baseado, nas premissas básicas de inclusão social, proteção ambiental e viabilidade econômica.

No segundo capítulo buscou-se analisar a trajetória da preservação do patrimônio arqueológico na história do Iphan, tendo como marcos o desenvolvimento da legislação específica a partir da década de 1960 e a inserção do patrimônio arqueológico na Política Nacional de Meio Ambiente, na década de 1980. Com a criação do Centro Nacional de Arqueologia pelo Decreto nº 6884/2009, observa-se uma proposta de ampliação da atuação do instituto para além das atividades associadas ao licenciamento ambiental, enfatizando também as ações de socialização do patrimônio arqueológico, sendo o turismo arqueológico uma das linhas estratégicas a serem desenvolvidas.

A partir das décadas de 1960 e 1970 observam-se mudanças na atuação do Iphan nas práticas de preservação, com destaque para a aproximação com organismos internacionais como a UNESCO e para a valorização da dimensão econômica do patrimônio cultural, incluindo sua apropriação como atrativo turístico. Nesse período nota-se, também, a estruturação do setor turístico nacional a partir do desenvolvimento da legislação específica e da criação da EMBRATUR, órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas e planejamento do turismo em nível federal, atribuições que ficaram a cargo, posteriormente, do Ministério do Turismo, criado em 2003.

O estudo de caso sobre os sítios rupestres de Serranópolis foi desenvolvido no terceiro capítulo, estruturado a partir dos dados encaminhados pelos questionários de avaliação, das visitas de campo ao município e das entrevistas realizadas com os agentes que atuam no turismo arqueológico. O capítulo foi organizado a partir da apresentação do contexto arqueológico do município, da caracterização do turismo nessa região, da avaliação do uso turístico dos sítios e da análise da participação da comunidade local nessa atividade. No quarto capítulo foram apresentadas as considerações finais da pesquisa bem como algumas propostas para a elaboração de um Plano Nacional de Turismo Arqueológico pelo Iphan, tendo como base, além da bibliografia de referência e do estudo de caso realizado em Serranópolis, as linhas estratégicas propostas no *Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* (CNA, 2010).

1. PANORAMA GERAL DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

A visitação aos sítios arqueológicos no Brasil já ocorria antes do final do séc. XX, o que pode ser verificado pelas marcas deixadas em sítios de arte rupestre com datas diversas. Apesar dessa constatação, o turismo arqueológico passou a ser discutido academicamente e a demandar atenção do poder público após a década de 1980, quando houve uma ampliação das pesquisas desenvolvidas e uma maior divulgação da própria arqueologia no país[3]. A partir desse período, nota-se um crescimento tanto de iniciativas voltadas para o incentivo à visitação pública de sítios arqueológicos quanto de discussões acadêmicas sobre esse tema.

Não há consenso na bibliografia de referência sobre o período de surgimento, ou mesmo sobre a definição de turismo. No Brasil, é adotada oficialmente a proposta da Organização Mundial do Turismo-OMT, que compreende como turismo:

> (...) as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.4).

Alguns autores incluem como turismo as viagens realizadas com motivações diversas desde a antiguidade como peregrinações religiosas e os deslocamentos em função dos jogos olímpicos na Grécia Antiga. Já outros, como Barreto (2003, p. 44-47), consideram que essa atividade é característica da sociedade industrial, estando associada a um *sistema turístico* de hospedagem, transportes, entretenimento e outros serviços. Para a autora, existe uma distinção conceitual entre viagens, turismo e migrações. As viagens correspondem a deslocamentos e nem todas elas são consideradas como turismo, atividade que implica a existência do sistema turístico citado. Já as migrações são deslocamentos associados a outros tipos de motivações como, por exemplo, a busca por melhores condições de sobrevivência, nos quais não ocorre necessariamente um retorno ao local de origem, sendo, portanto, diferente do

[3] Com a resolução Conama nº 001 de 1986 as pesquisas arqueológicas passaram a ser obrigatórias para a concessão do licenciamento ambiental para a construção de empreendimentos.

conceito de viagens. Outra definição de turismo bastante adotada é a proposta por De La Torre:

> O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem atividades lucrativas nem remuneradas, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992, p. 92).

A partir de um enfoque geográfico, Steinberger (2009, p. 39) considera o turismo como um uso do território: "(...) o turismo antes de ser um fenômeno, um sistema, uma prática, um produto, um serviço, ou uma indústria, é um uso do território.". Para a autora, essa atividade é econômica, mas, além disso, envolve a apropriação de objetos naturais e artificiais criados ao longo do tempo, a ação política dos atores sociais e os conflitos decorrentes do próprio uso turístico e dele com os demais. Segundo Steinberger a utilização do território pelo turismo não ocorre aleatoriamente, mas em determinadas frações territoriais que possuem funções diversas, entre as quais a de lazer. Esse conceito confere à atividade uma dimensão política uma vez que o território, ao ser compreendido em sua dinâmica de uso não é apenas um suporte, mas também um campo de forças. A abordagem proposta pela autora será adotada nessa pesquisa uma vez que um dos objetivos do trabalho é avaliar o uso turístico dos sítios arqueológicos de Serranópolis tendo como enfoque a participação dos diversos agentes que atuam nessa atividade como: Iphan, poder público municipal, iniciativa privada, comunidade local, entre outros.

1.1. Contextualização do surgimento do conceito de turismo arqueológico

O turismo como atividade econômica teve uma expansão significativa em vários países do mundo a partir da segunda metade do séc. XX, devido, entre outros fatores, ao desenvolvimento nas áreas de comunicação e transportes, o que possibilitou uma maior mobilidade humana (Veloso e Cavalcanti, 2007). Na década de 1970, a atividade turística já constituía um fenômeno de massa, estimulada pelos meios de comunicação como rádio, televisão, cinema e publicidade. O *turismo de massa* que se desenvolveu nesse período, passou a ser caracterizado pela priorização

da sua dimensão econômica, pela padronização dos atrativos e pelo direcionamento de um grande fluxo de pessoas a localidades específicas. Essa exploração intensa provocou tanto o declínio de diversas localidades como destinos procurados, quanto impactos negativos ambientais, culturais e sociais. No Brasil, durante esse período, foram feitos investimentos em infraestrutura em várias cidades litorâneas e as praias se consolidaram como principal atrativo turístico do país (Almeida, 2009).

Ainda na década de 1970, em oposição ao turismo de massa e aos impactos negativos observados, surge o conceito de *turismo alternativo*, baseado em princípios como: proteção ambiental, valorização cultural, respeito às comunidades receptoras e busca por novas experiências de viagens, esse termo passou a ser utilizado para definir tanto as experiências turísticas que consideravam as questões sociais e ambientais, quanto as viagens que buscavam novos destinos, fora dos circuitos já estabelecidos. Nesse período destaca-se, também, a organização do movimento ambientalista em entidades não governamentais e o predomínio de uma concepção "preservacionista" na gestão dos recursos naturais que considerava incompatíveis a proteção desses recursos e a exploração, mesmo por comunidades tradicionais. (Pires, 2002).

Na década de 1980, observa-se um aumento das discussões sobre problemas ambientais como o aquecimento global, ameaça à camada de ozônio, o avanço na desertificação e a poluição atmosférica. Nesse período, foram incorporadas novas tendências de pensamento pelo movimento ambientalista, com destaque para o conceito de "conservação", que inclui a concepção de uso na gestão dos recursos naturais. No final dessa década, em 1987, foi divulgado o conceito de *desenvolvimento sustentável* no Relatório de Bruntdland como: *"aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades"* (ONU, 1987). Esse conceito foi amplamente difundido a partir da década de 1990, principalmente após a realização da Conferência Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, Rio-92. A definição de sustentabilidade, discutida a partir daquele período, estava baseada em três princípios básicos: equidade social, prudência ecológica e viabilidade econômica. A concepção de conservação passou então a ser assimilada e o preservacionismo deixou de ser premissa dominante.

Portanto, observa-se a partir da década de 1970, um novo paradigma social, relacionado às questões ambientais que tiveram reflexo nas discussões sobre turismo. Na década de 1980, os princípios do turismo alternativo passaram a ser divulgados, ganhando expressão em setores mais amplos da sociedade como representantes governamentais, planejadores, agências de viagens, ONGs e outras entidades civis. Com essa expansão surgem novas práticas turísticas baseadas nesse conceito, porém diferenciadas entre si. A concepção de turismo alternativo deu origem a diversas outras modalidades tais como: turismo sustentável, ecoturismo, turismo de base local, turismo cultural e turismo responsável. (Pires 2002).

O conceito de *turismo sustentável* surgiu a partir de um desdobramento das discussões sobre *turismo alternativo* e *desenvolvimento sustentável*. A OMT considera como sustentável o turismo:

> (...) ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Além disso, que exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010:4).

Alguns autores, como Anjos (2010), questionam o conceito de desenvolvimento sustentável, ressaltando que as três dimensões básicas (ambiental, econômica e social) possuem lógicas diversas e, muitas vezes, incompatíveis. Assim, esse conceito acaba por ocultar as desigualdades de poder entre mercado, Estado e comunidade, obliterando as divergências existentes entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Krippendorf (1989) também ressalta que os diversos setores da sociedade não são equivalentes e na prática, tanto a exploração dos recursos naturais quanto as ações do Estado, acabam sendo subordinados à dimensão econômica.

Swarbrooke (2000) traz alguns questionamentos sobre o conceito de turismo sustentável, como a criação de ideias amplamente aceitas e pouco questionadas, os problemas na aplicação prática dos princípios propostos e o uso do rótulo "sustentável" como estratégia de marketing para aumentar os lucros e atrair novos segmentos de mercado. É importante ressaltar, que a proposta do autor não é

invalidar esses princípios, mas chamar a atenção para a complexidade da questão, que é abordada, em muitos casos de maneira simplista.

Com a ampliação das discussões sobre turismo sustentável, o conceito de *capacidade de carga* (ou suporte) passou a ser adaptado para a atividade turística. De acordo com definição da OMT, capacidade de carga de um atrativo turístico seria:

> (...) o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local. (OMT, 2003).

Com o crescimento do turismo, estimulado pela intensificação dos fluxos de pessoas e informações associados ao processo de globalização, acentuou-se a tendência de busca por destinos turísticos pouco explorados e surgiu a necessidade de segmentação em tipos de turismo para atender as necessidades do mercado e facilitar o planejamento e a gestão dessa atividade. Segundo o Ministério do Turismo, o turismo arqueológico é considerado um tipo de turismo cultural:

> Esse segmento pode tornar-se um aliado no desenvolvimento de localidades e atrativos turísticos que atendem essa demanda, que relaciona-se especificamente com o Turismo Cultural, devido seus aspectos de caráter histórico-cultural. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 23).

Entretanto, é importante ressaltar que o turismo arqueológico é desenvolvido de maneira muito diversa e ocorre na interface entre diferentes segmentos turísticos, como ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura etc. Segundo Pereira e Figueiredo, as bases do turismo arqueológico estão tanto no *turismo cultural* quanto no *ecoturismo*:

> Na composição do produto turístico, os itens da natureza e da cultura têm um valor destacado especialmente aqueles que, por um motivo ou por outro, são excepcionais, ou em um conceito mais moderno de patrimônio, são singulares, importantes para a sociedade que os produziu e marca de identidade e territorialidade. (PEREIRA e FIGUEIREDO, 2007, p. 3).

No Brasil, grande parte dos sítios arqueológicos com potencial turístico está inserida em áreas rurais ou em Unidades de Conservação. Além disso, o ambiente em que estão localizados os sítios possui uma grande importância como contexto de

implantação, um dos objetos de estudo da arqueologia. De acordo com Gaspar (2010), a arqueologia também constrói conhecimento científico através da análise dos arranjos espaciais e da implantação dos sítios na paisagem. Neves (1995) ressalta que, embora a arqueologia seja considerada uma ciência humana, é importante considerar seu caráter multidisciplinar e sua interface com as ciências naturais. Para Veloso e Cavalcanti (2007), o patrimônio arqueológico é integrado não só por bens materiais, mas também pelas informações deles dedutíveis, a partir, por exemplo, da sua própria disposição locacional e das formas adotadas para a ocupação do espaço.

Essas considerações exemplificam, portanto, a importância do ambiente em que estão localizados os sítios para a arqueologia, sendo essa uma especificidade do patrimônio arqueológico. Nesta linha, é importante ressaltar o problema no estabelecimento de dicotomias entre natureza e cultura, patrimônio natural e cultural e, também a inserção do uso turístico do patrimônio arqueológico em um segmento turístico específico. Na maioria dos casos, o turismo arqueológico ocorre na interface entre o ecoturismo e o turismo cultural, por vezes se aproximando mais de um ou de outro, dependendo do contexto em que se insere.

Seguindo as bases que deram origem ao conceito de turismo alternativo, muitas definições de *ecoturismo* enfatizam a sustentabilidade e a conservação ambiental como premissas para a realização dessa atividade. A OMT considera como objetivos do ecoturismo promover um turismo com bases sustentáveis, investimentos na conservação dos recursos naturais e culturais e beneficiar as comunidades envolvidas, econômica, cultural e socialmente (Organização Mundial do Turismo, 2003).

De acordo a definição de ecoturismo proposta pelo Ministério do Turismo, essa atividade:

> (...) utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 9).

O segmento *turismo cultural* é definido, principalmente, a partir das motivações dos viajantes, relacionadas a temas como religião, gastronomia, eventos

culturais, arqueologia, entre outros, o patrimônio cultural é considerado o principal atrativo desse tipo de turismo. Segundo o Ministério do Turismo:

> O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 15).

De acordo com a definição adotada pela Organização Mundial do Turismo, o turismo cultural:

> (...) é uma modalidade de turismo que se concentra no patrimônio cultural de um país e de seu povo, retratado em seus monumentos e sítios históricos, sua arquitetura tradicional, seus artefatos, eventos, realizações culturais e artísticas. (OMT, 2003).

Na Carta de Turismo Cultural elaborada pelo Icomos (1976, p. 1) consta entre os objetivos do turismo cultural, *"(...) promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, realce e apreciação dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade"*. Foi apresentado como conceito de turismo cultural nesse documento:

> O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem como objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui para satisfazer seus próprios fins, a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. (ICOMOS, 1976, p. 2).

Para Scatamacchia (2005), o turismo cultural tem como base a busca pelo conhecimento, sendo impulsionado pela possibilidade de contatos com diferentes hábitos e modos de vida. Segundo Veloso e Cavalcanti (2007), o turismo cultural tem crescido muito nas últimas décadas, devido entre outros fatores ao fenômeno da globalização que estimula, pelo lado das culturas receptoras, a necessidade de redescobrir e fortalecer a identidade cultural e pelo lado dos grupos visitantes, a renovação do interesse pelas especificidades culturais.

Observa-se, portanto, tanto nas definições propostas para o ecoturismo quanto para o turismo cultural, as bases teóricas da definição de turismo alternativo,

consolidada nas décadas de 1980 e 1990, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável e seu desdobramento no turismo sustentável, a partir dos três eixos principais: conservação ambiental e patrimonial, desenvolvimento econômico e benefícios sociais. Alguns desses conceitos apresentam na própria definição o que seria algumas condições ideais para a realização dessas atividades, o que tende a ocultar os possíveis impactos e consequências negativas. Segundo Swarbrooke (2000) tornou-se comum considerar alguns segmentos, como o ecoturismo, mais sustentáveis do que outros, como o turismo litorâneo, embora esse tipo de turismo possa causar os mesmos impactos ambientais que outras modalidades podendo ser, inclusive, mais prejudicial por afetar áreas de ecossistemas raros e frágeis.

1.2. O conceito de turismo arqueológico

A partir da análise desse contexto mais amplo é possível compreender o crescimento do turismo arqueológico a partir do final do séc. XX, associado à própria expansão da atividade turística, ao surgimento de um novo paradigma social relacionado às questões ambientais e ao aumento da busca por destinos alternativos aos tradicionalmente procurados. Somam-se a esse quadro, no Brasil, questões inerentes à própria arqueologia como a consolidação acadêmica, o aumento do número de pesquisas, a partir da década de 1980, além do incremento da legislação de preservação do patrimônio arqueológico.

Em países como Grécia, México, Peru e Egito, o turismo arqueológico tem destaque na economia local e foram construídas estruturas museológicas em sítios disponibilizados para a visitação pública. No Brasil, apesar do grande potencial para essa atividade e da visitação informal que já ocorrer em diversos sítios, o turismo arqueológico é ainda incipiente e poucos sítios possuem uma gestão planejada voltada para o uso turístico. Soma-se a esse quadro a crescente divulgação dos sítios como atrativos turísticos pelo poder público, principalmente em nível municipal e, também, pela mídia, sem planejamento prévio, situação que tem colocado em risco a preservação do patrimônio arqueológico. (Pereira e Figueiredo 2007).

De acordo com Neves (1995), a arqueologia é uma disciplina que tem como meta compreender o funcionamento e a estrutura dos processos de mudança e

continuidade que operaram nas sociedades do passado, a partir do estudo dos vestígios materiais. Segundo o autor, um sítio arqueológico é resultado de intervenções em um determinado espaço, como um abrigo sob-rocha, o topo de uma colina, uma planície aluvial, uma praia, entre outros. Como resultado dessas ocupações são produzidos materiais e/ou evidências indiretas das atividades realizadas tais como artefatos cerâmicos e líticos, vestígios botânicos e faunísticos, contextos pedológicos etc.

Segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 23), *"o estudo e a prática do turismo arqueológico podem ser considerados atividades recentes no Brasil, bem como as discussões sobre o segmento."* Apesar da bibliografia específica sobre esse tema ser ainda escassa, nota-se um crescimento do interesse sobre o tema, o que pode ser constatado pelo aumento das publicações e eventos científicos que abordam o assunto[4]. Além disso, as produções acadêmicas relacionadas à arqueologia e ao turismo passaram a ser mais discutidas nos congressos da Sociedade Brasileira de Arqueologia-SAB, sendo que em 2005 o turismo foi tema do XIII congresso, "Arqueologia, Patrimônio e Turismo".

Segundo Santos (2007), a partir de 1995, o termo *arqueoturismo* passou a ser utilizado internacionalmente para designar o tipo de turismo cultural que combina o caráter histórico e cultural com o rural e/ou ecoturístico. O "arqueoturismo" passou então a ser definido como uma forma alternativa de turismo cultural especializado que, dentro dos marcos da atividade turística, busca promover a apreciação do passado histórico-arqueológico e a conservação desse patrimônio.

Dentre as definições de *turismo arqueológico*, alguns autores restringem o conceito à visitação aos próprios sítios. De acordo com Manzato (2007), o "arqueoturismo" consiste no processo de deslocamento e permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou subaquática. Já outros autores (Scatamacchia,

[4] Como exemplo, em 2009 o museu paraense Emilio Goeldi realizou o Workshop Internacional Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico, com o objetivo de debater sobre experiências de "socialização de sítios arqueológicos" e propor novos modelos teórico-metodológicos para sua gestão (Figueiredo, Pereira e Almeida, 2009).

2005; Morais, 2002, Veloso e Cavalcanti, 2007) incluem na definição a visita a museus e exposições de peças arqueológicas. Segundo Wildmer (2009, p. 69), o turismo arqueológico é caracterizado pelo deslocamento voluntário e temporário de indivíduos a locais onde se encontram vestígios materiais representativos do processo evolutivo do homem no planeta, motivados pelo interesse pelo conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas. Entre os "locais onde se encontram vestígios materiais" podem ser incluídos, portanto, os sítios arqueológicos e, também, instituições, como os museus.

A visitação turística planejada aos sítios pode ocorrer de duas maneiras: posteriormente à sua escavação ou concomitante a ela, onde os visitantes podem ter acesso a partes já escavadas de um sítio e/ou interagir durante o período de escavação, por meio de atividades educativas (Manzato 2007). Segundo Santos (2007), a exploração programada dos vestígios arqueológicos pelo turismo é uma atividade recente e tem ganhado uma projeção maior nos últimos anos devido ao aumento das pesquisas arqueológicas e consequente popularização da profissão do arqueólogo. Cabe destacar, ainda, o papel desempenhado pelas inovações dentro da própria museologia, que ampliaram as possibilidades de musealização do patrimônio arqueológico, a partir de novas propostas como os *museus de sítio*, caracterizados pela exposição do próprio sítio arqueológico através de projetos voltados para a visitação e conservação, como sinalização e adequação das informações científicas para torná-las acessíveis aos diversos tipos de público.

Um problema conceitual quando se aborda a questão do turismo arqueológico é a diferença entre visitação e turismo. De acordo com várias definições de turismo, inclusive a adotada pela OMT, não é considerado como turismo as visitas realizadas pelos próprios moradores de uma localidade aos sítios arqueológicos. Entretanto, é comum na bibliografia de referência serem atribuídos ao turismo arqueológico os impactos causados pela visitação pública aos sítios, sendo que, em muitos casos, eles são consequência do uso desses espaços pelos próprios residentes e não pelos turistas. Para esse trabalho, portanto, serão consideradas como *turismo arqueológico* as visitas aos sítios ou a locais onde estão expostos vestígios materiais representativos de sociedades passadas, que tenham como finalidade atividades de lazer ou educativas, realizadas tanto por turistas quanto por residentes. Considerando como lazer, as atividades exercidas com a finalidade de divertimento, repouso,

recreação e entretenimento, realizadas fora das obrigações profissionais, familiares ou sociais (Dumazedier, 1976).

1.3. O planejamento de sítios arqueológicos para a visitação turística

Um tema bastante discutido na bibliografia diz respeito à importância do planejamento para a gestão turística de sítios arqueológicos. De acordo com o Ministério do Turismo (2010), o turismo arqueológico pode trazer benefícios quando desenvolvido em sítios planejados e estruturados para tal atividade. Esse segmento turístico *"surgiu, de forma organizada e planejada, como uma alternativa para a difusão de conhecimento relacionado às pesquisas e aos achados arqueológicos, assim como à própria arqueologia em si."*. (Ministério do Turismo, 2010, p. 23).

Segundo Manzato (2007), o planejamento turístico tem como objetivo minimizar o processo de degradação dos sítios, ao mesmo tempo em que os tornam acessíveis aos visitantes por meio de estratégias desenvolvidas a curto, médio e longo prazo. De acordo com Pereira e Figueiredo (2007), são importantes alguns procedimentos na preparação dos sítios arqueológicos para o turismo com o objetivo de facilitar a visitação e auxiliar na conservação dos mesmos como: criação de uma equipe multidisciplinar para a pesquisa e gestão, definição de um pré-zoneamento do sítio, estabelecimento de critérios para definir as áreas intangíveis e de visitação, construção de estruturas para facilitar o acesso e proteger os sítios, criação de documentos informativos sobre o resultado das pesquisas e formação de condutores especializados.

Para Santos (2007) os sítios estruturados para visitação turística seriam aqueles que seguem critérios mínimos como: realização de pesquisas sobre o patrimônio, monitoramento constante do estado de conservação do acervo arqueológico, organização de roteiros que garantam a apreensão de informações sem comprometer a integridade dos sítios e envolvimento das comunidades que vivem no entorno do local visitado, a partir de ações de educação patrimonial e inserção nos ganhos da atividade turística. De acordo com o autor, são cada vez mais frequentes no Brasil os sítios com turismo não estruturado, devido a um crescimento da

divulgação do patrimônio arqueológico, o que faz com que a prática turística seja conhecida pela comunidade científica quando local já é amplamente utilizado pela população.

Alguns pontos são consenso entre as diversas abordagens sobre planejamento do turismo arqueológico como: a necessidade de aliar o uso turístico com as pesquisas científicas, a ênfase na conservação do patrimônio e na veiculação de informações ao público, a participação da comunidade na gestão e nos ganhos da atividade turística e a importância do controle do fluxo de visitantes, a partir de medidas como zoneamento com usos diferenciados e estudos de capacidade de carga, considerando as especificidades do patrimônio arqueológico. (Nogueira 2002, Santos 2007, Pereira e Figueiredo 2007, Manzato 2007 e Veloso e Cavalcanti 2007).

1.4. Panorama geral do turismo arqueológico no Brasil: experiências e desafios

Atualmente, o Brasil possui 20.084 sítios arqueológicos cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, distribuídos por todo o território nacional. De acordo com o CNSA, os sítios podem ser classificados a partir dos vestígios em diversos tipos como: aldeamento, cemitério, arte rupestre, cerâmico, cerimonial, lito-cerâmico, oficina lítica, sambaqui, entre outros. A partir da bibliografia pesquisada (Scatamacchia 2005; Pereira e Figueiredo 2007; Santos 2007) constatou-se que os sítios arqueológicos que apresentam maior potencial para a atividade turística são os sítios rupestres, os sambaquis e os sítios históricos devido, entre outros fatores, à visibilidade que muitos deles possuem. Quanto aos sítios líticos e cerâmicos, o aproveitamento turístico ocorre, principalmente a partir da musealização de seus acervos. Para Pereira e Figueiredo (2007), alguns fatores que potencializam a valorização dos sítios arqueológicos como atrativos turísticos são: a facilidade de acesso, a possibilidade de visualização ou manipulação de objetos, a importância do sítio na história local e nacional e o apelo estético.

No Brasil, são considerados *pré-históricos* os sítios referentes ao período anterior ao contato com a colonização europeia e *históricos* os locais onde são

encontrados vestígios relacionados à colonização ou a períodos posteriores. Como exemplo de sítios e artefatos históricos, podem ser citados: igrejas, fortalezas, engenhos de cana de açúcar, moedas, utensílios de louças, garrafas, entre outros. De acordo com Nogueira (2002), alguns critérios utilizados para considerar um sítio histórico como planejado para a atividade turística são: a realização de pesquisas científicas, de ações de conservação como restauro, a inserção em propostas de musealização, o estabelecimento de centros de cultura e lazer e a implantação de medidas para controle do fluxo de visitantes. Considerando esses elementos, a autora constatou a partir de um levantamento realizado, que grande parte dos sítios históricos com uso turístico no Brasil foram planejados para essa atividade, tendo contribuído para isso a localização em área urbana, o que facilita o acesso ao público e a inserção em roteiros turísticos já existentes. Além disso, muitos desses sítios são reconhecidos, também, como patrimônio histórico, o que facilita o direcionamento de investimentos públicos e privados para sua conservação e gestão.

Entre os sítios pré-históricos, os que mais atraem visitantes são os sítios rupestres, definidos como: *"(...) cavernas, paredões e afloramentos rochosos com pinturas e gravuras, que variam desde formas conhecidas (seres humanos ou elementos da fauna e flora), até grafismos abstratos (figuras geométricas)"* (Carneiro 2009, p. 9). De acordo com Pardi (2007), os principais fatores que contribuem para o potencial turístico dos sítios rupestres são a fácil identificação pelo público leigo, a sua implantação ambiental, as características estéticas dos grafismos e o apelo que possuem no imaginário popular. De acordo com o CNSA foram cadastrados até 2012 no Brasil 3.337 sítios de arte rupestre, destacando-se pela quantidade de sítios os estados do Piauí (1327), Minas Gerais (495), Bahia (275) e Mato Grosso (209).

A conservação dos sítios rupestres pode ser ameaçada tanto por fatores naturais bactérias, fungos, liquens, insetos, vegetação, intemperismo e animais, quanto por fatores antrópicos, como os detalhados abaixo por Lage, Borges e Junior (2005, p. 19):

Grafitti: É a inscrição no sítio realizada com tinta, lápis, ou qualquer outro tipo de pigmento. Em muitos casos, o próprio ocre encontrado no sítio é utilizado para deixar nomes, datas e grafismos que imitam os pré-históricos.

Fuligem: É o resultado, na maioria dos casos, de queimadas realizadas para a coivara, da fumaça de fogueiras ou velas acesas próximas aos painéis com registros rupestres, principalmente, quando o sítio possui uma significação religiosa para a comunidade.

Lixo: Além dos problemas estético e higiênico, o lixo atrai insetos e animais que contribuem para a degradação dos sítios. Como exemplo, madeiras velhas e árvores caídas são uma grande fonte de atração para os cupins.

Piquetagem: É a inscrição realizada com a utilização de um instrumento cortante ou perfurante e, muitas vezes, deixa marcas irremovíveis nos sítios.

Cabe ressaltar que esses exemplos de "antropismo" podem ser causados ou agravados pela atividade turística. Entre os principais problemas do turismo arqueológico para a conservação de sítios rupestres podem ser citadas as ações diretas dos visitantes sobre esses sítios como o grafitti, a retirada de fragmentos de rocha e perturbações no solo arqueológico. Além disso, o uso intensivo desses locais pode provocar ameaças indiretas aos sítios, como degradação ambiental e desequilíbrio dos fatores naturais que atuam sobre eles. De acordo com os autores citados (Lage, Borges e Junior 2005), entre as ações preventivas de danos aos sítios rupestres por fatores antrópicos estão a preparação para a visitação turística e as ações educativas voltadas para as comunidades localizadas próximas ao sítio e, também, para os turistas que os visitam.

Muitos sítios rupestres, no Brasil, estão localizados em Unidades de Conservação, conforme citado no item 1.1, com destaque para os parques nacionais e estaduais. Os parques nacionais, por serem unidades de proteção integral, só podem ter uso público associado a pesquisas científicas e atividades recreativas, como o ecoturismo. O instrumento que regula o uso das Unidades de Conservação é o seu plano de manejo e de acordo com a legislação que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas nesses planos. De acordo com a legislação vigente (Lei nº 9985/2000), até que sejam elaborados os planos de manejo, todas as atividades desenvolvidas na UC devem limitar-se àquelas destinadas a garantir a integridade dos elementos que a unidade tem como objetivo proteger. Segundo Leuzinger

(2002), muitos parques brasileiros não possuem planos de manejo, ou eles não foram implantados e a atividade turística acaba ocorrendo sem controle ou monitoramento.

Na bibliografia consultada foram apresentados estudos de caso sobre uso turístico sem planejamento em sítios rupestres localizados em Unidades de Conservação, prejudicando a conservação dos mesmos. Alguns problemas identificados foram divulgação dos sítios como atrativos antes de sua estruturação para a atividade turística, ações de depredação e vandalismo e transmissão de informações incorretas sobre o patrimônio arqueológico ao público. (Nogueira, 2002; Pereira, 2005). Mesmo em casos de sítios localizados em UCs que possuem plano de manejo e infraestrutura turística foram identificados problemas na gestão, como construção de estruturas turísticas de maneira inadequada, prejudicando a conservação dos sítios, conservação insuficiente da sinalização, ausência de medidas de controle de fluxo, como zoneamento e estudos de capacidade de carga, e divulgação de informações incorretas ao público sobre o patrimônio arqueológico (Scabello, 2010).

Além da localização em Unidades de Conservação, outra medida de proteção legal aos sítios arqueológicos com uso turístico é o tombamento realizado pelo Iphan. Até 2011, haviam sido tombados os bens listados abaixo, estando a maior parte deles inscritos no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*:[5]

- 06 coleções arqueológicas: do Museu da Escola Normal Justiniano da Serra (CE), Museu Paraense Emílio Goeldi (PA), Museu Coronel David Carneiro (PR), Museu Paranaense (PR), de Balbino de Freitas (RJ), de João Alfredo Rohr (SC);

- 02 áreas com conjuntos de sítios pré-coloniais de arte rupestre: Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) e Ilha do Campeche (SC);

- 01 monumento arqueológico de arte rupestre: Itacoatiaras do Rio Ingá (PB);

[5] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15826&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional.

Atualizado em janeiro de 2011.

- 03 sítios pré-coloniais: Lapa da Cerca Grande (MG), Sambaqui da Barra do Rio Itapitangui (SP) e Sambaqui do Pindaí (MA);

- 04 sítios do período histórico: Remanescentes do Povo e Ruínas da Igreja de São Miguel (São Miguel das Missões - RS), Serra da Barriga ou República dos Palmares (AL), Sítio Santo Antônio das Alegrias (MA) e Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT);

- 01 área de valor etnográfico e arqueológico: Áreas Sagradas do Alto Xingu Kamukuaká e Sagihengu (MT), cujos sítios arqueológicos são associados ao ritual de furação de orelha e ao início do ritual do Kuarup dos índios Waurá e Kalapalo do Alto Xingu.

Entre os sítios rupestres tombados, o Parque Nacional da Serra da Capivara-PI e a Ilha do Campeche-SC, destacam-se por possuírem uma gestão voltada para o aproveitamento turístico. O Parque Nacional da Serra da Capivara será abordado mais detalhadamente, ainda nesse capítulo. No caso da Ilha do Campeche, conforme informações encaminhadas pela Superintendência de Santa Catarina a partir do preenchimento do questionário para avaliação dos sítios com uso turístico, houve planejamento da atividade turística, no qual está incluída a realização de estudo de capacidade de carga e zoneamento a partir de usos diferenciados. Foram realizadas, também, atividades de educação patrimonial e formação profissional para a comunidade local, como a realização de cursos com o objetivo de divulgar informações sobre o local e formar monitores credenciados pelo Iphan para atuarem nas atividades turísticas.

Ainda segundo o questionário, as trilhas para visitação turística nesse sítio foram estruturadas a partir da limpeza de algumas áreas e instalação de estruturas de apoio como degraus, corrimãos e passarelas em pontos considerados de difícil acesso. Essas trilhas podem ser percorridas somente com o acompanhamento dos monitores formados pelo curso, que também cumprem outras funções como recepção dos turistas no desembarque, controle do número de visitantes e proteção aos locais de acesso restrito. As medidas voltadas para preparação da ilha para a atividade turística possui respaldo legal, estando contempladas na Portaria Iphan nº 691/2009.

Conforme apresentado, os sítios do tipo sambaqui também despertam grande interesse para a visitação turística, uma vez que muitos deles destacam-se na paisagem por sua estrutura e tamanho e, também, por sua localização, predominantemente em áreas litorâneas, o que potencializa sua atratividade turística (Scatamacchia, 2005). Os sítios sambaquis, também conhecidos como concheiros, estão distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando, principalmente, regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Esses sítios são monticulares e variam bastante de tamanho, podendo atingir até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. No geral, possuem uma estratigrafia de composição diferenciada: camadas de conchas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com estruturas distribuídas em áreas específicas. Entre essas estruturas, as mais significativas são sepultamentos, em geral dispostos cerimonialmente em locais especificamente preparados para isso, frequentemente acompanhados de artefatos, oferendas alimentares e fogueiras. (De Blasis, Kneip, et al, 2007).

Além dos próprios sambaquis, os artefatos e adornos produzidos pelos "sambaquianos" com ossos e dentes de animais e os *zoólitos* (peças, principalmente, zoomorfas, feitas em pedra polida) também despertam interesse do público, principalmente quando expostos em museus. No Brasil, destacam-se duas experiências de sítios sambaquis planejados para a atividade turística, os museus Sambaqui da Tarioba-RJ e Praça do Sambaqui da Beirada-RJ. O museu Sambaqui da Tarioba, localizado no município de Rio das Ostras foi a primeira experiência de museu arqueológico *in situ* do Brasil.



Figura 1. Grupo visitando o museu Sambaqui da Tarioba. Fonte: http://www.insgmacae.com.br. Acesso em 27/09/2012.



Figura 2. Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba. Fonte: blogdocranon.blogspot.com. Acesso em 02/09/2012.

No museu Praça do Sambaqui da Beirada, localizado no município de Saquarema-RJ, foram adotadas como estratégias de extroversão do patrimônio arqueológico ao público como a apresentação dos vestígios *in situ*, a partir da exposição no plano vertical (pequenos perfis) e horizontal (exposição dos solos por decapagem), a proteção física da área arqueológica, a instalação de placas informativas e explicativas, o desenvolvimento de ações educativas, a realização de

visitas guiadas, a implantação de um centro de informação e apoio e o controle do número de visitantes que acessam o local.

Quanto aos vestígios *cerâmicos,* eles são os mais abundantes no registro arqueológico brasileiro e possuem uma grande diversidade de formas e elementos decorativos. A região amazônica se destaca por terem sido encontradas as peças cerâmicas mais antigas e os exemplares mais elaborados do ponto de vista técnico e estético. De acordo com Scatamacchia (2005), os vestígios cerâmicos das "culturas" Marajoaras e Tapajônica são os que despertam maior interesse para a visitação turística no Brasil. O Museu Paraense Emilio Goeldi, fundado em 1866, abriga a maior coleção de cerâmica marajoara do Brasil, e algumas peças foram reunidas, também, por museus situados fora da região amazônica, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo-USP e o museu universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, localizado em Florianópolis-SC. (Amorim, 2010).

De acordo com Schaan (2007), os saques e o comércio ilegal de peças estão entre os principais problemas encontrados para a preservação dos sítios e vestígios cerâmicos A partir de meados do séc. XX, com o aumento das pesquisas científicas e das descobertas de material cerâmico, houve um crescimento desse tipo de comércio, o que contribuiu para que muitos objetos fossem extraviados, adquirindo valor no mercado internacional de antiguidades. Segundo Pereira e Figueiredo (2007), outra questão que envolve esses sítios diz respeito à retirada de material cerâmico como "lembranças de viagens", prática que chega a ser estimulada por fazendeiros interessados em fomentar o turismo em suas propriedades (Nogueira 2002).



Figura 3. Local denunciado na mídia pela venda de material arqueológico cerâmico para turistas.

Fonte: www.globo.com. Acesso em 02/09/2012.

Já os sítios arqueológicos *líticos* são compostos por artefatos feitos em pedra lascada ou polida como raspadores, furadores, pontas de projétil, lâminas polidas e lascas líticas em geral e são visitados turisticamente, principalmente, quando expostos em museus. Segundo Bruno (2005), a maioria dos museus de arqueologia ainda está vinculada às universidades, apesar de ter ocorrido nas últimas décadas uma diversificação nas propostas museológicas. Para a autora, alguns desses museus se destacam no cenário nacional pela revitalização dos discursos expositivos, ampliação dos projetos educativos e qualidade no gerenciamento dos acervos, como o Museu Nacional da UFRJ, o Museu Antropológico da UFG, o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, o Museu Antropológico da UFSC e o Museu de História Natural da UFMG.

Quanto aos sítios arqueológicos *subaquáticos*, os mesmos caracterizam-se por serem sítios de diversos tipos que foram submersos tanto por processos naturais, como mudanças na configuração da costa oceânica, quanto pela intervenção humana como naufrágios, ruínas, vestígios rituais, áreas portuárias, entre outros. A arqueologia subaquática é, portanto, uma especialização da arqueologia que exige a prática do mergulho pelos pesquisadores e estuda os vestígios materiais arqueológicos que encontram-se submersos. Essa área de pesquisa teve uma

expansão no Brasil após a década de 1980, tendo como marcos a elaboração de uma legislação própria e a criação de centros especializados como o Centro de Arqueologia Náutica e Subaquática-CEANS, em 2004, vinculado à Universidade Estadual de Campinas e o Centro de Pesquisa e Referência em Arqueologia e Etnografia do Mar-ARCHEMAR, em 2007, no MAE-UFBA. (Rambelli, 2008).

Além da consolidação acadêmica da arqueologia subaquática nas últimas décadas, houve, também, um aumento no interesse da sociedade pelos sítios submersos devido, principalmente, à consolidação do mergulho autônomo como atividade esportiva e recreativa, o que facilitou o acesso aos sítios pela população (Rambelli 2008). Entre os sítios subaquáticos, os mais procurados pelos turistas são os navios submersos devido à monumentalidade que muitos deles possuem, ao imaginário criado em torno desses sítios por filmes e lendas e, também, à possibilidade de descoberta de "tesouros escondidos". Para Rambelli (2008) essas atividades de "caça ao tesouro", que constituem saques ao patrimônio arqueológico, realizadas tanto por particulares quanto por empresas interessadas na comercialização dos objetos resgatados, são um dos principais fatores de destruição dos sítios subaquáticos.

Segundo esse autor, a arqueologia subaquática no Brasil ainda é concebida como uma atividade amadora, considerada uma vertente do mergulho, o que acaba legitimando a destruição dos sítios. Nesse contexto, a veiculação de informações para a sociedade sobre o patrimônio arqueológico e a legislação preservacionista vigente passou a ser considerada uma das principais medidas de proteção a esses sítios. Nesse contexto, o turismo arqueológico é apresentado como atividade com potencial de contribuir para divulgação do conhecimento científico ao público.

De acordo com a Convenção da Unesco para Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2001), o acesso público ao patrimônio cultural subaquático deverá ser promovido, exceto quando ele for incompatível com a proteção e a gestão desses bens. Os principais problemas identificados nesse documento para a preservação dos sítios subaquáticos são: a deterioração dos objetos ao entrarem em contato com o ar, a pilhagem, caracterizada como roubo e depredação do patrimônio e a proteção jurídica insuficiente, que acaba permitindo a exploração e apropriação de vestígios arqueológicos por "caçadores de tesouro". Segundo Rambelli (2008), a legislação brasileira atual para os sítios subaquáticos (Lei federal nº 10.166) contém brechas

que acabam facilitando a depredação dos sítios, como a responsabilização da Marinha pela salvaguarda e autorização de exploração desses sítios, sendo o Iphan a instituição responsável pela preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.

Ainda segundo a convenção adotada pela Unesco, a conservação *in situ* dos sítios subaquáticos é considerada prioridade para que os objetos não sejam desvinculados de seu contexto, sendo um dos princípios gerais estabelecidos por esse documento:

> Regra1 - A proteção do patrimônio cultural subaquático através da preservação *in situ* deverá ser considerada como a primeira opção. Consequentemente, as atividades dirigidas ao patrimônio cultural subaquático deverão ser autorizadas de uma maneira compatível com a proteção desse patrimônio, e sujeitando-se a esse requisito podem ser autorizadas no intuito de representarem um significativo contributo para a proteção, o conhecimento ou a valorização desse patrimônio. (UNESCO, 2001).

Nesse sentido, é priorizada, também, a visitação turística *in situ* sobre o resgate de objetos para serem expostos em museus. Algumas experiências consideradas referência mundial pela Unesco (2001, p. 9) nesse sentido são:

- O antigo Porto de Cesárea, localizado em Israel. O porto foi transformado em museu e os mergulhadores que visitam o local recebem um mapa impermeável contendo informações sobre o sítio;

- O Santuário Marinho Nacional de Flórida Keys, localizado nos Estados Unidos. Os diversos sítios históricos de naufrágio da região foram incluídos em um circuito de visitação turística;

- O naufrágio do Yongala, localizado na costa da Austrália que é considerado um dos sítios subaquáticos mais visitados do mundo.

No Brasil, o turismo em ambientes subaquáticos tem ganhado cada vez mais adeptos. Segundo o Ministério do Turismo (2012) alguns dos destinos mais procurados para a prática do turismo em ambientes subaquáticos são locais onde podem ser encontrados vestígios de embarcações naufragadas como:

- Fernando de Noronha-PE, onde está localizada a nau Gonçalo Coelho, naufragada em 1503;

- Abrolhos-BA, onde naufragou em 1980 o navio grego Cavo Artemi;

- Lagoa Azeda-AL, onde o barco Itapagé naufragou após ser atingido por torpedos de um submarino alemão, durante a II Guerra Mundial;

- Angra dos Reis-RJ, onde está localizado o navio graneleiro Pinguino, original do Panamá, que afundou em 1967 e é um local bastante procurado por mergulhadores devido ao bom estado de conservação da embarcação;

- Ilhabela-SP, local onde o navio espanhol Príncipe de Astúrias naufragou em 1916.

Além da visitação aos próprios sítios subaquáticos, são expostos em museus objetos arqueológicos recuperados de naufrágios e ruínas e, em alguns casos, a própria estrutura do navio. Alguns exemplos de relevância mundial são o Museu de Arqueologia Submarina Bodrum, considerado um dos principais pontos de turismo cultural da Turquia e o Museu do Vasa, localizado em Estocolmo, onde está exposto o navio sueco Vasa. (Unesco, 2001). No Brasil, objetos resgatados do ambiente aquático podem ser visualizados no Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro e no Museu do Farol da Barra, localizado em Salvador-RJ.

A partir da análise desse quadro geral do turismo arqueológico no Brasil foi possível identificar que os diferentes tipos de sítios apresentam realidades diversas e particularidades que devem ser consideradas na elaboração de um planejamento turístico. A visitação turística aos sítios arqueológicos ocorre em todas as regiões brasileiras e essa atividade é cada vez mais incentivada pelo poder público e pelos meios de comunicação, como a internet, o que pode ser exemplificado pelo aumento de sites que divulgam os sítios como atrativos, incluindo páginas oficias de diversas prefeituras municipais. Quanto aos riscos do uso turístico para a conservação dos sítios, observa-se que eles estão associados não apenas à conduta dos visitantes nesses locais (depredação, vandalismo, saques, etc.) e à pressão sobre áreas frágeis, mas também, a uma gestão turística inadequada. Ações como instalação de passarelas em locais impróprios e divulgação de informações incorretas sobre os sítios por condutores, chamam a atenção para a necessidade de um planejamento turístico que considere as especificidades do patrimônio arqueológico e a formação adequada dos profissionais que atuam nessa atividade.

1.5. Parque Nacional da Serra da Capivara: experiência de turismo arqueológico planejado

O Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí, é considerado na bibliografia consultada a principal experiência de turismo arqueológico planejado do Brasil. O parque foi criado em 1979, a partir de solicitação realizada pela equipe que pesquisava os sítios da região, com o objetivo de garantir a preservação dos sítios rupestres. Em 1991, o local recebeu o título de Patrimônio Mundial pela Unesco, passando a ser tombado pelo IPHAN em 1993, com registro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A região da Serra da Capivara compreende uma alta densidade de sítios rupestres e foram obtidas as datações mais antigas para sítios arqueológicos no Brasil, chegando a mais de 48.000 anos para o sítio Boqueirão da Pedra Furada, embora esses resultados não sejam consenso entre os arqueólogos.

O Parque Nacional da Serra da Capivara possui mais de 400 sítios cadastrados no CNSA, distribuídos em uma área de 130.000 hectares e é considerado o único parque arqueológico do Brasil. Os parques arqueológicos são definidos como: monumentos, sítios ou conjunto de sítios que possuem interesse nacional e são integrados em um território marcado de forma significativa pela intervenção humana do passado, cujo planejamento e gestão devem ser determinados pela necessidade de garantir a conservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes (Tresseras, 2004, *apud* Veloso e Cavalcanti, 2007). Esses parques constituem instrumentos de proteção, gestão e difusão do patrimônio arqueológico, onde a pesquisa deve ser dotada de projeção social, enquanto oferece possibilidades para o desenvolvimento regional e local, especialmente através do turismo (Veloso e Cavalcanti, 2007).

De acordo com Guidón (2007), com a criação do parque surgiu a necessidade de implantação de um "sistema intensivo" de preservação patrimonial, voltado para a conservação ambiental e para o desenvolvimento econômico e social da comunidade dos municípios do qual o parque faz parte: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí. A partir de estudos técnicos realizados em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e dos governos da França e da Itália foram investigadas quais seriam as atividades economicamente mais

rentáveis para o local. Por meio dessa cooperação, o turismo foi escolhido como alternativa para conciliar a preservação do patrimônio arqueológico e o desenvolvimento regional. Para a consolidação do parque como destino turístico foram feitos investimentos na formação de pessoal, como construção de escolas, capacitação de professores, formação de jovens para atuarem nas atividades de escavação e conservação, desenvolvimento de programas de arte educação, e, também, na construção de infraestrutura. Além dessas iniciativas, teve início na década de 1990 uma produção de peças artesanais, utilizando as representações das pinturas rupestres dos sítios, comercializadas para os turistas que visitam o parque.

Dentre os sítios arqueológicos localizados no parque, 117 estão abertos à visitação turística e 16 deles foram adaptados para portadores de dificuldades de locomoção. A infraestrutura disponível é composta pela construção de guaritas nos três acessos públicos do parque com sanitários adequados para uso por deficientes físicos, centro de visitantes, demarcação de trilhas, passarelas de acesso, auditório, espaço expositivo, lanchonete e o anfiteatro da Pedra Furada. Para a visitação ao local foram definidos 14 circuitos turísticos que são percorridos com o acompanhamento dos condutores que tiveram formação para evitar a depredação do patrimônio. Os sítios contam, também com sinalização turística, a partir da instalação de placas indicativas e placas explicativas. (Guidón, 2007).[6]

A gestão do parque é compartilhada entre as instituições Instituto Chico Mendes-ICMBIO, Fundação do Homem Americano-FUNDHAM e Iphan. A Fundham é uma organização civil de interesse social e científico, fundada em 1986 em São Raimundo Nonato, que atua nas questões técnico-científicas dessa unidade e na aplicação do seu plano de manejo, em parceria com o ICMBIO. A participação do Iphan na gestão ocorre, principalmente, a partir de ações de monitoramento, fiscalização e conservação do patrimônio arqueológico. O valor cobrado para a entrada no parque foi estabelecido a partir da Portaria ICMBIO nº 135/2010, que atualiza a tabela de preços para as Unidades de Conservação sob gestão desse instituto, sendo definido o valor de R$ 22,00, com desconto de 50% para brasileiros.

6 Foi utilizado, também como referência os dados apresentados no Questionário de Avaliação do Uso Turístico dos Sítios Arqueológicos Brasileiros, encaminhado pelo escritório técnico do Iphan localizado em São Raimundo Nonato.

O acompanhamento por guias nas visitas é obrigatório, sendo paga uma taxa à parte para Associação de Condutores Ecoturísticos do Parque Nacional da Serra da Capivara. Os condutores que atuam na região foram cadastrados e treinados pelo ICMBIO e pela Fundham.[7] Juntamente com a área administrativa e com os laboratórios de pesquisa da Fundham foi construído, em 1986, o Museu do Homem Americano, onde estão expostas peças cerâmicas, urnas funerárias e material lítico provenientes das escavações arqueológicas realizadas na região.

Os trabalhos de conservação dos sítios rupestres no Parque Nacional da Serra da Capivara ocorrem desde 1985, passando a ser mais sistemáticos a partir de 1991, sobretudo nos sítios abertos à visitação turística. Segundo Lage (2007, p. 105) *"salvaguardar o patrimônio cultural e ao mesmo tempo apresentá-lo ao público torna-se por vezes um grande paradoxo".* De acordo com a autora, é necessário criar condições de visitação e, ao mesmo tempo de proteção aos sítios. Seguindo essa linha, a instalação de passarelas foi realizada com o objetivo de oferecer o máximo de segurança para os visitantes, a partir do mínimo de fundações e da busca por uma harmonia estética.

> A passarela impede que o público toque a parede rochosa, mas ao mesmo tempo facilita a leitura dos registros rupestres (...). Impede também o levantamento de poeira no pisoteamento do solo por visitantes, o que implicaria a sua deposição sobre os painéis pré-históricos. (LAGE, 2007, p. 104).

As trilhas do parque foram demarcadas evitando a eliminação da vegetação e as placas de identificação foram instaladas distantes da área com pinturas rupestres, buscando informar os turistas, sem interferir na visualização dos sítios. Apesar dos cuidados adotados os sítios do parque não estão isentos de ações de vandalismos, embora quando ocorram exista intervenção da equipe responsável pela conservação. As agressões ao ambiente natural acabam afetando, também, o patrimônio arqueológico do parque: *"Enfrentar os problemas diretos, como pichações, pode até ser mais fácil do que enfrentar os problemas naturais ou problemas antrópicos indiretos que afetam os sítios".* (Lage, 2007, p. 105). Mesmo com o planejamento

7 Fundação do Homem Americano. Disponível em: http://www.fumdham.org.br/fundacao.html. Acesso em 21/09/2012.

turístico adotado, os trabalhos de conservação, o apoio das instituições parceiras e a crescente importância do Parque Nacional da Serra da Capivara, o mesmo enfrenta problemas associados à sustentabilidade econômica da estrutura, como falta de verba para a conservação das pinturas e pagamento dos técnicos. Além disso, o fluxo turístico no local tem sido aquém do esperado, apesar do reconhecimento internacional e de todos os investimentos realizados na construção da infraestrutura. (Lage, 2007).

De acordo com Pardi (2007:320), as atividades turísticas existentes na Serra da Capivara podem ser consideradas um modelo de "grande porte" ou de "dedicação exclusiva", que incluem: iniciativas do Estado ou ratificadas por ele, envolvendo centenas de sítios em ambiente natural bem preservado, aporte de capitais públicos e privados, proteção legal, gestão de médio e longo prazo e apoio permanente de equipe de profissionais especializados em arqueologia e da comunidade local. Apesar de ser uma experiência pioneira de grande importância para o turismo arqueológico brasileiro, a estrutura da Serra da Capivara não pode ser considerado um modelo a ser reproduzido genericamente nos demais sítios com potencial turístico, sem que sejam consideradas as especificidades locais, a real potencialidade turística da área e a viabilidade econômica dos projetos. Esse caso, entretanto, demonstra a importância do planejamento turístico na conservação dos sítios expostos à visitação e pode ser um exemplo da aplicação de elementos significativos na estruturação de sítios para o uso turístico, tais como: capacitação de condutores, monitoramento da visitação, disponibilização de informações científicas ao público, estudos de capacidade de carga, gestão associada à pesquisa científica e envolvimento da comunidade no projeto.

2. TURISMO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO BRASIL

A gestão pública do patrimônio arqueológico no Brasil ocorre desde o início do séc. XX, tendo como marco a elaboração do Decreto-Lei nº 25 de 1937 que definiu o patrimônio cultural brasileiro, incluídos aí os bens arqueológicos. Apesar desse instrumento, a "patrimonialização" efetiva e a atuação dos órgãos de preservação na proteção aos bens arqueológicos ocorreram com a criação da legislação específica, a partir da década de 1960, notadamente com a Política Nacional de Meio Ambiente adotada na década de 1980.

A obrigatoriedade da realização de pesquisas arqueológicas para obtenção do licenciamento na construção de empreendimentos trouxe como consequência uma crescente demanda para o Iphan referente à autorização e ao acompanhamento das pesquisas realizadas. Esse contexto associado ao quadro reduzido de recursos humanos do qual dispunha o órgão acabou por direcionar as ações do Instituto na gestão do patrimônio arqueológico para as atividades de licenciamento e pesquisa, em detrimento de outros campos de interesse para as políticas de preservação.

Em 2009 foi criado o Centro Nacional de Arqueologia, tendo entre seus objetivos ampliar essa esfera de atuação, o que pode ser constatado a partir da análise do *Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico*, elaborado em 2010, no qual ações voltadas para a socialização do patrimônio arqueológico, com ênfase na Educação Patrimonial e no Turismo Arqueológico, são incluídas entre as linhas programáticas estratégicas para a atuação dessa unidade.

O presente capítulo tem como objetivo analisar essa trajetória das práticas de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil desenvolvidas pelo Iphan, com ênfase no campo da socialização, contexto no qual está inserida esta pesquisa. Serão discutidas, também, as relações entre turismo e políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, com foco nas décadas de 1960 e 1970, quando nota-se uma maior aproximação entre as diretrizes para a preservação e o aproveitamento socioeconômico dos bens culturais.

Destacam-se a partir desse período, também, a estruturação e normatização do setor turístico nacional, tendo como marcos a criação da Embratur, atual Instituto

Brasileiro de Turismo, o desenvolvimento da legislação específica e, posteriormente, a criação do Ministério do Turismo.

2.1. A gestão do patrimônio arqueológico na trajetória do Iphan

No Brasil, as primeiras ações voltadas para a proteção ao patrimônio cultural com envolvimento do Estado remontam à década de 1920 e tinham como objetos principais os bens móveis e os monumentos históricos, arqueológicos e naturais. O primeiro anteprojeto de lei em defesa do patrimônio artístico nacional foi elaborado pelo professor Alberto Childe, vinculado ao Museu Nacional, no início dessa década, tendo como principal preocupação a proteção aos bens arqueológicos. Esse projeto não entrou em vigor, uma vez que tinha como proposta a desapropriação das áreas em que se encontravam os sítios, entrando em conflito com o dispositivo constitucional vigente no período que mantinha o direito de propriedade. O primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio cultural surgiu no Museu Histórico Nacional, no qual foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais que atuou até a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, em 1937. (Mongelli, 2010).

De acordo com Fonseca (1997), a partir do contexto político do Estado Novo, instaurou-se no Brasil uma nova ordem política, econômica e social e o ideário do patrimônio cultural passou a estar integrado ao projeto de construção de uma identidade nacional pelo Estado. Em 1935, foi solicitada ao intelectual Mario de Andrade a elaboração de um plano para criação de um órgão público que atuasse na proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. O documento *Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional* foi apresentado, prevendo a criação de uma única instituição para a proteção aos bens culturais e de quatro livros para o tombamento do patrimônio nacional, sendo eles: Arqueológico e Etnográfico, Histórico, Belas Artes e Artes Aplicadas-Técnica Industrial. O Sphan foi efetivamente criado em 1937, a partir da Lei nº 378, com a finalidade de promover *"(...) o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional"*. No mesmo ano foi promulgado o

Decreto-Lei nº 25, elaborado por Rodrigo de Melo Franco, normatizando a proteção ao patrimônio cultural, no qual estão incluídos os bens arqueológicos:

> Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, **quer por seu excepcional valor arqueológico** ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, Decreto-Lei nº 25). (grifos nossos).

Nesse documento foram então criados quatro livros do tombo para a inscrição dos bens protegidos sendo eles: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro do Tombo Histórico; 3) Livro do Tombo das Belas Artes e 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Segundo Fonseca (1997), na primeira fase de atuação do Sphan foram privilegiados nas políticas de preservação os bens arquitetônicos, remanescentes do período da colonização europeia, como as cidades coloniais mineiras, os monumentos de origem luso-brasileira e a arte religiosa de matriz católica. De acordo com levantamento realizado por Chuva (2009, *apud* Fonseca, 1997) referente aos primeiros tombamentos efetuados pelo órgão, consta que predominaram as inscrições nos livros do tombo das Belas Artes e Histórico, em detrimento do livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A partir da década de 1950, observam-se alterações na dinâmica de proteção ao patrimônio cultural, em um contexto marcado pelo processo de industrialização e pelo predomínio da ideologia desenvolvimentista, trazendo como desafio a preservação da integridade dos bens públicos frente ao modelo econômico-político vigente. Nessa década destaca-se, também, o envolvimento de intelectuais como o arqueólogo e jornalista Paulo Duarte e o arqueólogo Loureiro Fernandes em ações voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico, com destaque para a proteção aos sambaquis ameaçados de destruição. De acordo com Carneiro (2009), esses pesquisadores desenvolveram iniciativas relacionadas à legislação preservacionista, à divulgação do conhecimento científico para a sociedade e à implantação de instituições voltadas para a pesquisa arqueológica, musealização da arqueologia e desenvolvimento de atividades educativas.

Segundo Fernandes (2008), Paulo Duarte atuou em duas vertentes: buscando comunicar e conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos sítios

arqueológicos e batalhando pelo desenvolvimento do ensino formal de arqueologia no país. José Loureiro Fernandes se dedicou à criação de bases para a execução de pesquisas no país, formação de pessoal especializado e proteção ao patrimônio arqueológico. Sua atuação culminou, nas décadas de 1930 e 1940 com a criação da Divisão de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural ligada à Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná, através da qual foi promulgado em 1951, o Decreto nº 1346 que destinava para fins científicos os sambaquis existentes nesse estado. O contexto de promulgação dessa lei está associado à intensa exploração desses sítios que ocorria no Paraná, desde o início do séc. XX. Esse decreto foi regulamentado em 1952, ficando estabelecido que a licença de exploração de sambaquis deveria ser requerida junto à Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do estado. (Fernandes: 2008).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo desenvolvimento da arqueologia no Brasil, a partir da vinda de missões estrangeiras que contribuíram para a realização de pesquisas e, também, para a formação de profissionais para atuarem nessa área. Contribuíram de maneira significativa nesse processo arqueólogos franceses e norte-americanos: Anette Laming, Joseph Emperaire (Missão Franco-Brasileira), Clifford Evans e Betty Meggers (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-PRONAPA). Em 1956 foram elaboradas as diretrizes internacionais para a realização de pesquisas arqueológicas, a partir da publicação do documento Carta de Nova Dehli (Prous, 1992).

Apesar de o patrimônio arqueológico ter sido contemplado desde o anteprojeto de Mario de Andrade e da promulgação do Decreto-Lei nº 25, a "patrimonialização" desses bens passou a ser mais efetiva a partir da criação da legislação específica a nível nacional, na década de 1960. Destaca-se nesse processo a participação dos intelectuais citados, a elaboração da legislação estadual em São Paulo e Paraná e a vinda de missões estrangeiras voltadas para o ensino e a realização de pesquisas científicas na área da arqueologia para o Brasil, conforme também citado. Em 1961, foi decretada a Lei federal nº 3924, a partir da qual todos os bens arqueológicos passaram a estar sob a proteção do poder público, passando a ser proibido o seu aproveitamento econômico, destruição e mutilação antes de serem devidamente pesquisados.

> Art 1º. Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que se estabelece no artigo 175 da Constituição Federal. (BRASIL, Lei nº 3924, 1961).

Nas décadas de 1960 e 1970 foi realizado o Pronapa, coordenado pelos pesquisadores Betty Meggers e Clifford Evans com o objetivo de mapear os sítios arqueológicos brasileiros e estabelecer um quadro geral da ocupação pré-histórica no país. Esse projeto foi desenvolvido no período entre 1965 e 1971, com envolvimento de instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi, contando com a colaboração do Iphan, com o fim do Pronapa foi elaborado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica-PRONAPABA. As pesquisas realizadas por esses projetos contribuíram para a descoberta e catalogação de diversos sítios arqueológicos brasileiros, localizados, principalmente, nas regiões sul, sudeste, nordeste e região amazônica. Paralelamente, foram desenvolvidas pesquisas pelas universidades, a partir de escavações mais amplas abrangendo áreas territoriais específicas. (Prous, 1992).

Na década de 1980 foi publicada a resolução nº 01/1986 do Conama, inserida na Política Nacional de Meio Ambiente, que passou a definir os critérios e diretrizes para a elaboração de Avaliação de Impacto Ambiental na construção de empreendimentos. Constam nesse documento como pré-requisito para a realização desses estudos, o diagnóstico e a análise dos recursos ambientais presentes na área do projeto, estando incluídos os sítios arqueológicos:

> Art. 6º. O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:
>
> I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:
>
> c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, **destacando os sítios e monumentos arqueológicos**, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (CONAMA, Resolução nº 001, 1986).

A partir dessa resolução tem início uma nova dinâmica na arqueologia brasileira, com o aumento do número de pesquisas realizadas, que passaram a

abranger todos os estados brasileiros, surgindo um novo campo de atuação denominado "arqueologia de contrato" ou "arqueologia preventiva", referentes às pesquisas voltadas para a mitigação de impactos ao patrimônio, associadas ao cumprimento da legislação ambiental (Iphan, 2010). Em 1988 foi publicada a Portaria/Iphan nº 07 com o objetivo de regulamentar a comunicação prévia e os pedidos de permissão e autorização para a realização de pesquisas arqueológicas no país. No que diz respeito à socialização do patrimônio arqueológico, o art. 5º, que trata das informações a serem encaminhadas juntamente com os pedidos de permissão e autorização para a realização de pesquisas está previsto:

> 5. proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais.
>
> 6. meios de divulgação das informações científicas obtidas. (IPHAN, Portaria nº 07, 1988).

Em 2002 foi publicada a Portaria/Iphan nº 230 com o objetivo de compatibilizar os procedimentos para a realização de pesquisas arqueológicas com as diferentes etapas do licenciamento ambiental. Nos artigos 7 e 8 desse documento são previstas medidas relacionadas à extroversão do conhecimento científico à sociedade, como a exigência de realização de programa de educação patrimonial durante as pesquisas arqueológicos e a responsabilização do empreendedor pela guarda do material resgatado *"seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso."* (Iphan, Portaria nº 230, 2002).

> Art 7. O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como **programa de Educação Patrimonial**) (...). (IPHAN, Portaria nº 230, 2002). (grifos nossos).

Conforme já mencionado, em 2009 foi criado o Centro Nacional de Arqueologia como Unidade Especial, tendo entre seus objetivos melhorar a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro frente aos novos desafios surgidos com aumento das pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental e ampliar atuação na proteção a esses bens, a partir de ações de acautelamento e socialização.

Em 2010, foi elaborado o Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, contendo diagnóstico da gestão desses bens realizada pelo Iphan. Para compor esse diagnóstico foi realizado um levantamento dos bens tombados desde a criação do Instituto buscando identificar a representatividade do patrimônio arqueológico nesse quadro. Como resultado dessa pesquisa constatou-se que do total de bens tombados até 2010, aproximadamente, 50% haviam sido inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes, 40,9 % no Livro do Tombo Histórico e somente 8,7% no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico. Na análise do Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico constatou-se que 59% dos bens constituem conjuntos arquitetônicos e/ou urbanísticos e/ou paisagísticos, 18% monumentos naturais e apenas 12% representam bens arqueológicos, sendo o restante incluído na categoria "outros". Dessa maneira foi diagnosticado que o patrimônio arqueológico representa 1,05% do total dos bens tombados no Brasil, sendo ressaltado o papel secundário atribuído a esses bens na trajetória do Iphan. Foram apresentados, também no Plano Intermediário, dados sobre o número de pesquisas arqueológicas autorizadas pelo Iphan entre 1991 e 2010, que apontaram para um crescimento em 140 vezes, passando de, aproximadamente, cinco pesquisas por ano para quase 800 pesquisas. Esse aumento na quantidade de projetos a serem outorgados e acompanhados pelo Iphan acabou por absorver as ações cotidianas do quadro técnico do órgão, bastante reduzido frente à amplitude dessa demanda.

Em relação à estrutura do Iphan para a gestão do patrimônio arqueológico, consta no diagnóstico que número de profissionais especializados atuando no Instituto sempre foi bastante reduzido. O Núcleo de Arqueologia, posteriormente transformado em coordenadoria, foi criado em 1979, na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória por Aloísio Magalhães. Em 1993 foi criada a área de Patrimônio Natural e Arqueológico, que passou a ser responsável pelos projetos de arqueologia, contando no período com um quadro pequeno de recursos humanos, dividido entre a área central e algumas unidades descentralizadas. Em razão do crescimento do número de pesquisas a serem outorgadas pelo Iphan, em 2001 foi criada a Coordenação de Arqueologia-CORDA, substituída em 2003 pela Gerência de Arqueologia e Patrimônio Natural, extinta com a criação do Centro Nacional de Arqueologia. O CNA foi criado como um órgão descentralizado do Departamento de Patrimônio Material-DEPAM e, também, como

uma Unidade Especial. Esse centro foi estruturado inicialmente a partir de uma direção e três coordenações sendo elas: Coordenação de Pesquisa e Licenciamento Ambiental, Coordenação de Normas e Acautelamento e Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico. (Iphan, 2010)

Entre as linhas de atuação previstas para a recém-criada Coordenação de Socialização do CNA foi definida no plano intermediário uma linha programática denominada Democratização e Socialização do Patrimônio Arqueológico, compreendendo como socialização *"o conjunto de ações que viabilizam a fruição dos sítios, acervos e demais bens culturais de caráter arqueológico, nas suas mais diversas formas, desde que compatíveis com a preservação dos mesmos"*. Como exemplo de socialização de sítios foram citados: extroversão do conhecimento para além da área acadêmica, musealização, **turismo cultural**, ações educativas, entre outros. (Iphan, 2010, p. 46). (grifos nossos).

Em relação ao turismo arqueológico especificamente, foram delimitadas como principais linhas de ação: a instituição de grupos de trabalho sobre o tema, a regulamentação do uso turístico de sítios, a identificação dos sítios com maior potencialidade para a atividade turística, a realização de levantamento e diagnóstico das experiências de turismo arqueológico no Brasil, a criação de cadastro de agências e de guias de turismo que utilizam sítios arqueológicos em seus roteiros, a promoção e elaboração de guias de visitação, além da promoção e planejamento do uso turístico de bens arqueológicos, com foco na sua preservação e no desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais. Observa-se, portanto, que os principais eixos para a atuação do Iphan na área do turismo arqueológico, delimitados a partir da criação do CNA, são a realização de diagnóstico da situação atual, a regulamentação do uso turístico de sítios e o planejamento e promoção de sítios como atrativos turísticos. (Iphan, 2010). Esses eixos compõem as diretrizes que fundamentam a execução dessa pesquisa.

2.2. Aproximações entre turismo e a preservação do patrimônio cultural no Brasil

Desde a criação do Sphan, na década de 1930, essa instituição apoiou sistematicamente a construção de hotéis, a publicação de guias e a abertura de museus nos sítios urbanos patrimonializados, mesmo quando o turismo era uma atividade ainda incipiente no Brasil. De acordo Aguiar (2008, p.73). *"(...) as políticas de divulgação do patrimônio cultural brasileiro, elaboradas e executadas pelo Iphan, incluíam necessariamente o apoio ao desenvolvimento do turismo nos espaços preservados como forma de promovê-los (...)"*. Apesar dessa constatação, a aproximação entre turismo e preservação do patrimônio ganha destaque a partir da década de 1960, período em que passaram a ser ressaltadas nas diretrizes internacionais propostas pela Unesco a importância da atividade turística pelo potencial de aliar o desenvolvimento econômico e a proteção aos bens culturais.

A partir desse período observa-se a estruturação e normatização do setor turístico brasileiro com a criação da Comissão Brasileira de Turismo-COMTUR, responsável por desenvolver a Política Nacional de Turismo, posteriormente substituída pela Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR, a partir do Decreto-Lei nº 55 de 1966, também conhecido como Lei do Turismo que instituiu, também, o Sistema Nacional de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo-CONTUR. Em 1977 foi criada a Lei nº 6505, que normatiza as atividades e serviços turísticos e a Lei nº 6513 que prevê a criação de "Áreas Especiais" e de "Locais de Interesse Turístico", com ênfase no patrimônio natural e cultural, incluindo os bens arqueológicos:

> Art. 1. Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma da presente Lei, assim como **os bens de valor cultural e natural**, protegidos por legislação específica, especialmente: os bens de valor histórico, artístico, **arqueológico ou pré-histórico**; (...). (grifos nossos).

Essa normativa enfatiza que as "áreas e locais de interesse turístico" devem ser protegidos para a realização de projetos específicos e desenvolvimento da atividade turística, tendo entre os objetivos de sua definição assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural. O Iphan, juntamente com outras instituições públicas, é apontado como colaborador na execução dessa normativa,

ficando a cargo da Embratur a implantação e atualização do "inventário das áreas e locais de interesse turístico" e dos respectivos bens naturais e culturais protegidos pela legislação. De acordo com Aguiar (2008), a partir dessa lei, a preservação do patrimônio cultural brasileiro passou a estar legalmente atrelada à sua potencialidade enquanto atrativo turístico.

A partir da década de 1960, nota-se, também, a associação entre turismo e preservação do patrimônio cultural em documentos internacionais como as Normas de Quito, elaboradas em 1967 e a Carta de Turismo Cultural, de 1976. O documento Normas de Quito trata sobre a conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse **arqueológico**, histórico e artístico, enfatizando o valor turístico do patrimônio cultural e a possibilidade de transformação desses bens em instrumento de desenvolvimento socioeconômico. Nesse documento é apontado o potencial de inserção do patrimônio cultural nos planos de desenvolvimento nacional, por meio da atividade turística. Desse modo, buscou-se demonstrar que os interesses da preservação e as atividades econômicas não são opostos, podendo ser compatíveis.

> Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos, e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. (Normas de Quito, 1967, p. 6).

Em 1976, foi elaborada a Carta de Turismo Cultural pelo ICOMOS buscando refletir sobre as consequências da atividade turística na preservação do patrimônio cultural, ressaltando, também, seus aspectos negativos, considerando a atividade turística como um *"feito social, humano, econômico e cultural irreversível."* (Icomos, 1976, p. 1). Considerando esses aspectos, é ressaltada a necessidade de elaboração de políticas adequadas com objetivo de evitar os efeitos negativos provocados pelo *"uso massivo e descontrolado*" desses bens.

> Em todo caso, com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio mundial, natural e cultural é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração (...). Tal respeito só pode assegura-se mediante uma política dirigida à doação do equipamento necessário e à orientação do movimento turístico, que tenha em conta as limitações de uso e de densidade que não podem ser ignoradas impunemente.". (ICOMOS, 1976, p. 2).

Essas diretrizes internacionais tiveram influência nas práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. O contexto observado nas décadas de 1950 e 1960, caracterizado pela acentuação dos processos de urbanização e industrialização no país, trouxe novos desafios para a preservação do patrimônio cultural. Segundo Fonseca (1997), a partir de meados da década de 1960, o Sphan recorre à Unesco em busca de apoio para "reformular" e "reforçar" a sua atuação, com o objetivo de compatibilizar os interesses da proteção aos bens culturais com o modelo de desenvolvimento vigente. A partir desse período, observa-se uma valorização do patrimônio cultural por seu interesse turístico e essa atividade passou a ser considerada como alternativa para gerar recursos para a própria proteção do patrimônio cultural:

> A expansão mundial do turismo gerou grandes reflexos para o campo da preservação a partir da década de 1960. Nesse momento, muitos dos intelectuais presentes no interior das agências de salvaguarda dos patrimônios culturais e mesmo nas recém-criadas agências de promoção do turismo passaram a defender sistematicamente o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos como a principal alternativa capaz de gerar os recursos necessários para a manutenção e conservação dos bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que integravam os patrimônios culturais nacionais. (Aguiar, 2008, p. 74).

Na década de 1970 essas propostas foram efetivamente desenvolvidas pelo Iphan, destacando-se a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas-PCH, em 1973. Esse programa foi instituído pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN, com apoio do Sphan e da Embratur, estando entre seus objetivos a recuperação de monumentos históricos, a criação de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade turística e a promoção do patrimônio cultural como alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões atendidas. Em paralelo às atividades do PCH, teve início 1975 o funcionamento do Centro Nacional de Referências Culturais-CNRC, associado a uma proposta de democratização do patrimônio cultural e valorização da cultura popular, considerando, também, o potencial do patrimônio para o desenvolvimento socioeconômico dos grupos sociais.

Nesse período nota-se a ampliação na noção de patrimônio adotada pelo Iphan e a tendência de democratização das práticas de preservação, a partir de uma

maior participação de outros agentes, além do Estado, na gestão dos bens culturais. Segundo Fonseca (1997), a partir da década de 1980 nota-se uma maior atenção dessa instituição aos bens culturais considerados "não consagrados", associados à etnia afro-brasileira e vinculados à cultura popular. Essas questões podem ser observadas, também, no texto da Constituição Federal de 1988, que traz essa noção ampliada de patrimônio cultural e ressalta o papel da sociedade como colaboradora do Estado na proteção a esses bens:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)
>
> 1º. O poder Público, **com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988). (grifos nossos).

A década de 1980 é marcada, também, por uma série de regulamentações da legislação do turismo, direcionadas, principalmente, para os prestadores de serviços turísticos, como agências de viagem, proprietários de meios de hospedagem, entre outros. No art. 180 da Constituição Federal de 1988, foi estabelecido que: *"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico."*. Em 1991 foram ampliadas as atribuições da Embratur, a partir da Lei nº 8181, e essa instituição passou a ser denominada Instituto Brasileiro de Turismo, tendo por finalidade "apoiar a formulação e coordenar a implementação da política nacional do turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico".

A criação do Ministério do Turismo, em 2003, foi um marco para o desenvolvimento de políticas públicas em nível federal para esse setor. A partir desse período passou a estar a cargo do ministério o planejamento, fomento e regulamentação desse setor. Já a Embratur passou a ser responsável pela promoção e comercialização dos destinos, e produtos turísticos brasileiros no exterior. No Plano Nacional de Turismo elaborado em 2007 (2007-210) a proteção ao patrimônio cultural é enfatizada como uma das principais diretrizes apresentadas:

> A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, **a proteção ao patrimônio histórico e cultural** e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas. (grifos nossos). (Plano Nacional de Turismo, 2007, p. 15).

Em 2008 foi decretada a Lei nº 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, revogando a Lei nº 6505, de 1977. Nessa normativa nota-se a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como uma diretriz para as políticas voltadas para o turismo no Brasil. Observa-se, também, uma ênfase no potencial dessa atividade para o desenvolvimento sócioeconômico e para a conservação do patrimônio cultural.

> O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da **conservação do patrimônio natural, cultural e turístico** brasileiro. (grifos nossos).

Na Lei do Turismo foram apontados os objetivos da Política Nacional de Turismo, estando entre eles: **democratizar e propiciar o acesso ao turismo por todos os segmentos populacionais**, reduzir as disparidades socioeconômicas, promover a inclusão social, ampliar o fluxo turístico, descentralizar e regionalizar o turismo, propiciar a prática do turismo sustentável em áreas naturais, preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais, entre outros. Foram definidas, também, as atribuições do Sistema Nacional de Turismo, como: *"(...) propor o tombamento e a desapropriação por interesse social de bens móveis e imóveis, monumentos naturais, sítios ou paisagens cuja conservação seja de interesse público, dado seu valor cultural e de potencial turístico."*.

Observa-se, portanto, a partir da década de 1960 a estruturação e normatização do setor turístico nacional, com ênfase na conservação do patrimônio cultural e no seu interesse turístico, o que pode ser notado desde as primeiras normativas instituídas. Após a criação do Ministério do Turismo, com a elaboração dos planos nacionais de turismo e da Lei do Turismo, consolidam-se nas políticas desenvolvidas os conceitos de desenvolvimento sustentável e turismo sustentável, bem como a importância da conservação do patrimônio cultural para a atividade

turística. Cabe ressaltar a necessidade de considerar esses instrumentos na elaboração de políticas públicas para o turismo arqueológico com o objetivo de unificar a base conceitual e a terminologia utilizada, evitando a sobreposição de competências entre instituições. Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao aproveitamento da legislação de turismo como um recurso a ser utilizado na proteção ao patrimônio arqueológico localizado em áreas que apresentam esse potencial ou nas quais já são desenvolvidas atividades turísticas.

3. O TURISMO ARQUEOLÓGICO NO ESTADO DE GOIÁS: UM ESTUDO DE CASO DOS SÍTIOS RUPESTRES DE SERRANÓPOLIS

O estado de Goiás está localizado na região do Brasil Central que se caracteriza por um desenvolvimento recente da atividade turística, considerada ainda pouco expressiva quando comparada a outras regiões do país, sobretudo às áreas litorâneas. Nas últimas décadas, houve uma diversificação da oferta turística nacional, com destaque para o aproveitamento turístico de recursos naturais como áreas de proteção ambiental, cachoeiras, grutas e cavernas, associados ao patrimônio cultural, o que trouxe um incremento dessa atividade na região. Nesse contexto se insere o patrimônio arqueológico de Goiás, que possui uma grande quantidade de sítios rupestres cadastrados no CNSA, estando a maior parte deles localizados em áreas rurais, próximo a outros atrativos, apresentando um grande potencial turístico.

De acordo com a Superintendência do Iphan em Goiás, destacam-se pelo aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos os municípios de Formosa, Palestina de Goiás e Serranópolis, apresentando cada um deles características diversas na estruturação dessa atividade. O município de Serranópolis foi escolhido para a realização desse estudo de caso pela relevância científica dos sítios, por ter sido alvo de ações concretas do Iphan associadas à gestão turística de sítios arqueológicos e por serem os sítios divulgados na mídia como principal atrativo turístico do município.

3.1.O contexto arqueológico do estado de Goiás

As primeiras informações disponíveis sobre os sítios arqueológicos localizados no estado de Goiás foram registradas pelos bandeirantes no séc. XVII e, posteriormente, por viajantes naturalistas que deixaram em sua literatura informações sobre a existência de abrigos com pinturas e lajes com gravuras rupestres em municípios do estado como Formosa e Niquelândia (Wüst, 2001). Apesar dessas indicações, as pesquisas sistemáticas no estado e o registro do acervo arqueológico passaram a ocorrer somente a partir do séc. XX, sobretudo após a década de 1970,

com a realização de projetos de pesquisa vinculados à Universidade Católica de Goiás-UCG e Universidade Federal de Goiás-UFG.

De acordo com Viana e Oliveira (2000), a maior parte dos projetos de pesquisa desenvolvidos em Goiás nas décadas de 1970 e 1980 tinham como um dos objetivos principais a formação de um quadro geral sobre a ocupação humana pré-histórica no estado. Dessa maneira, muitos desses trabalhos eram realizados em grandes áreas geográficas, de aproximadamente 20.000 km², como é o caso dos projetos *Paranaíba* e *Alto Araguaia*, desenvolvidos, respectivamente, nos municípios de Serranópolis e Caiapônia. Essas pesquisas contribuíram para a composição de dados gerais sobre a arqueologia desse estado, até então pouco conhecida. A partir dessa fase das pesquisas arqueológicas foi estabelecido um primeiro panorama cronológico e cultural das ocupações pré-históricas em Goiás. As datações mais antigas obtidas remontam a, aproximadamente, 10.000 AP[8] atribuídas a grupos caçadores-coletores antigos que viviam, provavelmente, em pequenos grupos, compostos por algumas famílias, com grande mobilidade residencial e com sua subsistência baseada na caça de animais de pequeno e médio porte e na coleta de vegetais, principalmente tubérculos. Quanto à tecnologia utilizada, a maioria dos artefatos identificados são instrumentos líticos e, em menor escala, ósseos.

De acordo com dados obtidos a partir do CNSA, até o final de 2011, o estado de Goiás possuía 1200 sítios arqueológicos cadastrados, sendo 211 deles sítios pré-coloniais, dos quais 143 são sítios com registros rupestres. De acordo com Wüst (2000), a maioria dos sítios arqueológicos atribuídos a grupos caçadores-coletores antigos foram encontrados em ambientes cobertos, como abrigos sob-rocha e grutas localizadas em maciços calcários. Em muitos desses abrigos foram identificados registros rupestres, embora não seja possível determinar com precisão o período de produção desses registros nem os grupos aos quais eles são atribuídos. Artefatos líticos encontrados com restos de pigmentos vermelhos sugerem que as pinturas rupestres são realizadas desde as primeiras ocupações humanas na região. A tabela abaixo indica os municípios do estado que possuem sítios rupestres cadastrados no

8 AP Antes do Presente.

CNSA até 2010, destacando-se pela quantidade de sítios: Palestina de Goiás (34), Serranópolis (36) e Formosa (12).

Tabela 1. Municípios com sítios arqueológicos rupestres no estado de Goiás

Município	Cadastrados	Pintura	Gravura
Alto Paraíso de Goiás	6	2	0
Alvorada do Norte	1	1	0
Aruanã	4	0	1
Cavalcante	26	0	3
Divinópolis de Goiás	6	2	0
Doverlândia	13	2	4
Flores de Goiás	1	1	0
Formosa	**35**	**12**	**1**
Goiás	25	0	1
Guaraíta	13	0	1
Itaguaçu	12	1	1
Itaguaru	5	1	1
Jaraguá	3	0	1
Jataí	8	1	0
Jaupaci	11	0	1
Jussara	9	0	5
Mara Rosa	14	0	2
Minaçu	42	4	0
Mineiros	7	1	2
Monte Alegre de Goiás	11	4	2
Niquelândia	161	2	0
Nova Roma	12	0	1
Palestina de Goiás	**48**	**34**	**3**
Planaltina	23	3	0
São Domingos	30	1	0
Serranópolis	**36**	**19**	**15**
Teresina de Goiás	2	0	2

Fonte: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA 2010

Ainda segundo Viana e Oliveira (2000), no período denominado Holoceno Inicial, entre 9.000 e 7.000 AP, o clima tornou-se mais quente e úmido, proporcionando a expansão da vegetação de mata. Esse contexto é associado a mudanças no registro arqueológico, representadas pelo aumento no número dos sepultamentos encontrados nos sítios, pela simplificação dos instrumentos líticos e por vestígios de atividades de pesca e coleta de moluscos. Em relação aos conjuntos líticos, eles são predominantemente associados à tradição[9] Serranópolis, caracterizada por instrumentos como: quebra-cocos, furadores, goivas, bicos raspadores, cunhas, anzóis, artefatos feitos de carapaças de moluscos, entre outros. Para Wüst (2001), a relativa homogeneidade cultural do período mais antigo cede lugar a uma diversidade de grupos locais que desenvolveram características tecnológicas próprias, sendo identificadas fases distintas para a indústria lítica, como a fase Serranópolis no sudoeste de Goiás, a fase Palestina na região de Caiapônia e a fase Paranã no nordeste e centro-leste do estado. Não existe uma definição consistente na bibliografia sobre o período de ocupação da região do estado de Goiás por grupos ceramistas, embora seja referido (Viana, 2006), o período por volta de 2000 AP, quando supostamente o clima e a vegetação eram semelhantes aos do período atual. As primeiras pesquisas desenvolvidas em Goiás estabeleceram para esses grupos quatro tradições: Una, Aratu, Uru e Tupi-guarani

3.1.1. O contexto arqueológico do município de Serranópolis

O município de Serranópolis compõe uma das mais importantes regiões arqueológicas do país, devido à quantidade de abrigos com vestígios de ocupações humanas pré-históricas existentes e ao estado de conservação desses sítios. As pesquisas arqueológicas na região vêm sendo realizadas, desde 1975, com destaque para o *Programa Arqueológico de Goiás*, no qual está incluído o projeto *Paranaíba*, desenvolvido pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade

[9] Na tentativa de organizar e comparar a cultura material dos sítios nas diversas regiões e períodos foram adotados pela arqueologia brasileira os conceitos de tradição e estilo para a arte rupestre e tradições culturais subdivididas em fases para os conjuntos líticos e cerâmicos.

Católica de Goiás, em parceria como Instituto Anchietano de Pesquisas da Universidade Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, localizada no Rio Grande do Sul. No âmbito desse projeto foram pesquisados quarenta abrigos rochosos no município, localizados ao longo de 25 km do vale do Rio Verde, os quais evidenciaram ocupações pré-históricas densas e persistentes na região, com datações que recuam a 11.000 AP. (Schmitz, 1987).

A região de Serranópolis reúne características ambientais favoráveis à ocupação humana pré-histórica como a convergência de grandes extensões de superfícies florestadas, a diversidade de recursos naturais com abundância de matéria-prima adequada para a produção de artefatos e instrumentos líticos e cerâmicos. Dentre os abrigos pesquisados, alguns apresentam uma maior densidade de vestígios arqueológicos, o que tem sido atribuído a fatores como: dimensão do teto, insolação, ventilação, proximidade da água e grau de declividade das vertentes. As pesquisas sugerem uma ocupação prolongada e relativamente contínua em muitos desses abrigos, devido à grande quantidade de artefatos identificados, com bom acabamento, em camadas arqueológicas densas, espessas e com poucos hiatos, demonstrando um uso intenso da área. (Barbosa, Jacobus, et al, 1989).

De acordo com Barbosa (1989), a ocupação pré-histórica de Serranópolis pode ser dividida em três diferentes períodos: Paleoíndio (11.000 a 9.000 AP), Arcaico (9.000 a 7.000 AP) e Horticultor (a partir de 1.000 AP). Segundo Schmitz (1987) foram encontrados nos abrigos pesquisados nesse município os seguintes registros arqueológicos: camadas de cinzas, carvão, restos alimentares originários da caça e da coleta, instrumentos lascados em pedra e seus refugos de produção, sepulturas, além de pinturas e gravuras rupestres.

As ocupações dos abrigos de Serranópolis foram divididas em fases, sendo a mais antiga a fase Paranaíba, relacionada à tradição Itaparica, com datações de 11.000 a 9.000 AP. Dentre os artefatos líticos característicos dessa fase, foram encontrados oficinas líticas utilizadas para cortar e raspar, discos e seixos com faces polidas e raras pontas de projétil. Quanto aos instrumentos produzidos em osso, predominam as espátulas feitas com restos de mamíferos, notadamente cervídeos. De acordo com Schmitz (1987), Serranópolis é um dos locais onde a tradição lítica Itaparica está mais bem representada, constituindo um dos centros mais

característicos e densamente ocupados pelos portadores dessa classe de cultura material. A fase Paranaíba é seguida pela fase Serranópolis, na qual os artefatos laminares elaborados são substituídos por lâminas simples, que são predominantemente lascas utilizadas com pouco ou nenhum retoque. As espátulas de ossos desaparecem, dando lugar a anzóis e artefatos em conchas. Nessa fase foram encontrados, também, sepultamentos de indivíduos de diferentes idades.

Quanto aos vestígios do período Horticultor, foram encontradas nas camadas estratigráficas superiores dos abrigos restos de vegetais como: milho, amendoim, leguminosas, algodão e cucurbitáceas. (Barbosa, Jacobus, et al, 1989). As principais unidades identificadas para o período Horticultor na região são a fase lito-cerâmica Jataí da tradição Una, característica de grupos ceramistas e cultivadores incipientes e a fase cerâmica Iporá da tradição tupi-guarani, atribuída a grupos agricultores e ceramistas (Schmitz, 1984 *apud* Iphan, 2009). Em relação aos registros rupestres, foram identificadas nas pinturas localizadas nos abrigos de Serranópolis figuras geométricas, representações zoomórficas de aves, lagartos, tartarugas, tatus, entre outros, e, em menor densidade, figuras antropomórficas. Na coloração predominam os pigmentos vermelhos, seguidos de amarelo, com ocorrências raras em preto ou branco (Iphan, 2009).



Figura 4. Pinturas rupestres em Serranópolis - Sítio Manoel Braga Fonte: CNA, 2011.

De acordo com Barbosa, Jacobus, et al (1989), as pinturas rupestres de Serranópolis apresentam características próprias, que não se enquadram nas tradições

estabelecidas para a arte rupestre brasileira e não coincidem com as pinturas identificadas em áreas vizinhas como: Caiapônia, Alto Araguaia, Rio Sucuriu ou Mato Grosso, sugerindo que essa região foi ocupada por populações que apresentavam restrições no alcance da movimentação de seus assentamentos, fato que pode apontar para uma territorialidade marcada nos registros rupestres da região. Segundo Schmitz (1987), os registros rupestres de Serranópolis possuem características que se aproximam das tradições simbólicas e gráficas estabelecidas em áreas de savanas tropicais sul-americana, sendo incluídos no estilo denominado Serranópolis. A predominância das figuras geométricas possibilita uma aproximação com as tradições Geométrica e São Francisco encontradas no Brasil, embora para a tradição Geométrica elas apresentem elementos naturalistas excessivos e variados e para a tradição São Francisco policromia insuficiente (Iphan, 2009). As gravuras rupestres também foram identificadas em grande quantidade no município, sendo registrados dezenove sítios desse tipo no CNSA. De acordo com Barbosa, Jacobus, et al (1989) essas gravuras foram produzidas, em sua quase totalidade, por raspados realizados a partir de sulcos justapostos ou combinados, predominando formas simples, com raras representações de pegadas.



Figura 5. Gravuras rupestres em Serranópolis - sítio Gruta do Diogo. Fonte: CNA, 2011.

Um marco para a arqueologia de Serranópolis foi a descoberta do esqueleto humano denominado “Homem da Serra do Cafezal” na camada arqueológica que representa as primeiras ocupações, atribuídas a grupos caçadores-coletores. As

escavações foram realizadas em 1996 pelo pesquisador Altair Salles Barbosa, no sítio GO-JA-01, também conhecido como gruta do Diogo. O esqueleto foi datado em, aproximadamente, 10.750 AP, sendo considerado um dos esqueletos humanos mais antigos encontrados no continente americano. A partir de estudos de antropologia física realizados com esse material por pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foi constatado que se tratava de um indivíduo masculino adulto jovem. Os fragmentos desse esqueleto encontram-se, atualmente, expostos para visitação pública no Museu Histórico Francisco Honório de Campos, localizado no município de Jataí-GO. (Ortega, 2011).

3.2. O turismo arqueológico em Serranópolis-GO

A área em que está localizado o município de Serranópolis foi ocupada, historicamente, a partir a vinda de migrantes, sobretudo dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, que desenvolveram atividades de agricultura e pecuária na região no início do séc. XX. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o povoamento do local teve início nas décadas de 1880 e 1890 devido à qualidade das terras para o plantio do café e existência de boas pastagens para a criação de gado. Em 1914 foi criado o Distrito Serra do Cafezal, vinculado ao município de Jataí, que recebeu esse nome devido às lavouras cafeeiras existentes no local. Em 1958 o distrito foi emancipado, passando a ser denominado Serranópolis. A principal atividade econômica desenvolvida no município, atualmente, é a agropecuária.

De acordo com o site oficial da agência Goiás Turismo[10], vinculada ao governo estadual, os principais atrativos turísticos de Serranópolis são os sítios arqueológicos, as cachoeiras, as corredeiras e as reservas de cerrado com fauna característica. Entre os sítios, foram apontados como destinos mais procurados por visitantes a Reserva Particular de Proteção Permanente-RPPN Pousada das Araras, onde está localizado o sítio arqueológico Manoel Braga e o sítio Gruta do Diogo, onde foi encontrado o esqueleto "Homem da Serra do Cafezal", conforme já citado.

10 Disponível em: http://www.goiasturismo.go.gov.br/. Acesso em 04/05/2012.

De acordo com a Secretaria de Cultura e Turismo[11] outros sítios localizados no município visitados turisticamente são: a "Gruta Casarão de Pedra", a "Gruta da Moranga", o "Coliseu", o sítio "Véu do Muquém" e os sítios com registros rupestres encontrados na pousada Aldeia Ecológica Guardiões do Cerrado. Quanto aos eventos organizados no município, que também atraem visitantes, são realizados durante o ano a Folia de Reis, a Festa de Nossa Senhora de Fátima, a Festa Junina, a Exposição Agropecuária e a Feira de Arte e Cultura Popular, que ocorre na data de aniversário do município, no mês de novembro. De acordo com a Prefeitura Municipal, os eventos que atraem um número maior de turistas são o aniversário da cidade e a exposição agropecuária, com estimativa de público que varia entre quatro e sete mil pessoas.

Segundo o *Plano Estadual do Turismo: Goiás no caminho da inclusão* (2009, p. 60), elaborado com o intuito de desenvolver políticas voltadas para o incremento do turismo, a partir, principalmente, de apoio técnico e financeiro, o estado de Goiás está dividido em regiões turísticas, sendo elas: Região Agroecológica, Região do Vale do Araguaia, Região do Vale da Serra da Mesa, Região da Reserva da Biosfera Goyaz, Região dos Engenhos, Região das Águas, Região Nascentes do Oeste, Região do Ouro e Região dos Negócios. O município de Serranópolis está localizado na região turística *Agroecológica* que compreende também os municípios de Jataí, Mineiros, Rio Verde e Chapadão do Céu. Essa região é caracterizada por associar *"riquezas naturais de alto valor biológico e produção agropecuária de tecnologia avançada"*. Além da biodiversidade, o próprio agronegócio é considerado um atrativo turístico significativo, em função das indústrias e armazéns instalados, da tecnologia empregada e de outros fatores que estimulam o *"turismo de interesse especial"*. Entre os municípios que compõem essa região turística, além de Serranópolis, possuem sítios arqueológicos cadastrados no CNSA Jataí e Mineiros, o que pode indicar um potencial para a estruturação de um circuito turístico arqueológico na região.

A partir de consultoria do SEBRAE para desenvolvimento turístico dos municípios incluídos na região Agroecológica, foram realizadas pesquisas em

11 Disponível em: http://pmserranopolis.blogspot.com.br. Acesso em 04/05/2012.

Serranópolis com o intuito de identificar a "identidade" do município e definir estratégias voltadas para o incremento do turismo local. Nesse contexto, foi estruturado o "turismo de expedição" como modalidade prioritária para o município, caracterizado pela exploração de lugares localizados, principalmente, em áreas rurais e de difícil acesso, onde são realizadas atividades de lazer. De acordo com a Secretária de Cultura e Turismo Neila Carvalho:

> (...) foi uma sacada da consultora que percebeu que o turismo de Serranópolis é um turismo mais simples, mais rústico, que possui características diferenciadas pelo fato de que os sítios arqueológicos estão localizados em zonas rurais e para ter acesso a eles não existem estradas bem delimitadas, aí a sacada foi o "turismo de expedição". As pessoas quando ouvem a palavra expedição já sabem que terão que passar por desafios, aventuras, trilhas (...) é um turismo diferente.

Tendo como base essa proposta foi realizado, também em parceira com o SEBRAE, um curso de formação de condutores que resultou na criação da Associação de Condutores de Turismo de Expedição de Serranópolis-ACOTES. Esse curso foi dividido em módulos e foram ministrados conteúdos sobre arqueologia, com a participação do arqueólogo Altair Sales Barbosa, além de primeiros socorros e outros temas voltados para o desenvolvimento do "turismo de expedição". De acordo a página oficial da Acotes[12] sobre essa modalidade de turismo:

> A expedição implica em descoberta, não necessariamente de algo que nunca foi descoberto antes, mas explorar novos caminhos que levem a lugares onde há coisas para descobrir, como: paisagens, povos, montanhas, desertos, bosques, praias, rios, cachoeiras, planícies, plantas, animais, etc.

Em 2009, a Secretaria de Cultura e Turismo de Serranópolis, em parceria com a Acotes, estruturou o projeto "Expedições Ozorinho", no qual são organizadas visitas em grupos aos atrativos turísticos locais, tendo como público principal os próprios moradores de Serranópolis. De acordo com a Secretária de Cultura e Turismo, um dos motivos para a idealização dessa proposta foi a percepção de que a

[12] Disponível em: http://serranopolis-goias.blogspot.com.br/. Acesso em: 04/04/2012.

população conhecia pouco os atrativos turísticos da região, fato que era comentado pelos turistas que visitavam o município:

> (...) eu percebia que os turistas vinham à Serranópolis e reclamavam: "*Fui ao supermercado e perguntei o que tinha aqui (atrativo turístico) e o pessoal responde: não tem nada, aqui não tem nada (...) tem a pousada das Araras*." Então o turismo em Serranópolis era antes identificado apenas com a pousada das Araras (...).

Como estratégia para que a comunidade de Serranópolis conhecesse os atrativos turísticos locais passaram a ser organizadas "expedições", periodicamente, a partir de um ônibus disponibilizado pela Prefeitura Municipal e de parceria com a Acotes e com os proprietários de fazendas da região. Desde o início do projeto foram realizadas quinze expedições a atrativos variados como cachoeiras, casarões históricos, sítios arqueológicos, pousadas, entre outros, todos localizados em áreas rurais e de difícil acesso. O valor cobrado para essas visitas é, normalmente, quinze reais, incluindo o transporte, o pagamento do condutor e a almoço realizado na sede de alguma fazenda localizada próximo ao atrativo.[13]

Outro local bastante visitado no município de Serranópolis é o Armazém de Cultura, considerado um complexo cultural, composto por salas que abrigam diferentes instituições como o Museu de História Natural Serra do Cafezal, o Bazar Serrano e a Oficina Poli Arte, sendo os dois últimos voltados para o desenvolvimento do artesanato da região. O museu Serra do Cafezal foi fundado em 1996 e seu acervo é composto por peças que retratam aspectos naturais, pré-históricos e históricos do município, contando com exposições de artefatos líticos e cerâmicos, reunidos a partir das pesquisas arqueológicas realizadas na região. O museu foi reestruturado com a consultoria da museóloga do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, Girlene Chagas Burlhões e reinaugurado juntamente com o Armazém de Cultura, em 2010. Com a nova organização, o museu passou a apresentar uma sala de exposições temporárias, inaugurada com exposição do fotógrafo de Jataí Roosevelt Vilela que registrou a escavação em que foi descoberto o esqueleto "Homem da Serra do Cafezal".

---

[13] Esse projeto foi considerado uma experiência pioneira e foi selecionado para ser apresentado no XII Congresso Mundial de Sociologia Rural de Lisboa como modelo de "turismo de expedição".

Outra instituição que compõe o Armazém de Cultura, conforme citado, é o Bazar Serrano, que tem como objetivo atender os artesãos do município, que, assim, ganharam um espaço de comercialização dos seus produtos. Além do bazar, foi inaugurada no local a oficina Poli Arte, voltada para o aprendizado de novas produções artesanais, o aperfeiçoamento e a melhoria da qualidade dos produtos, bem como a realização de atividades artísticas como dança, teatro, música e artes plásticas.



Figura 6. Armazém de Cultura de Serranópolis. Fonte: CNA, 2011.



Figura 7. Museu de História Natural Serra do Cafezal. Fonte: CNA, 2011.

De acordo com a Secretaria de Cultura e Turismo, o Armazém de Cultura foi revitalizado após o abandono por décadas, tornando-se um espaço de integração tanto para a comunidade local quanto para os turistas que visitam o município. Com o objetivo de formar público para o local, foi desenvolvido o projeto *Quintas Culturais*, realizado, semanalmente, dentro do espaço museológico, com o objetivo de aumentar a participação da comunidade de Serranópolis nas ações culturais do município. O evento conta com apresentações de música, teatro, cinema, poesia, entre outros, realizadas dentro do Armazém de Cultura. De acordo com Lázara Lelize, diretora do Museu de História Natural Serra do Cafezal:

> (...) com as Quintas Culturais as pessoas passaram a valorizar o museu como seu próprio patrimônio, reconhecendo nele um espaço que é seu. Muitas pessoas, inclusive da comunidade, que não conheciam o museu, passaram a frequentá-lo (...).

Ainda segundo a diretora, o principal público do museu é composto por visitantes de outros municípios, principalmente grupos universitários e é realizado um trabalho educativo, no qual antes de serem encaminhados aos sítios arqueológicos os turistas recebem informações gerais sobre a arqueologia da região e sobre as normas de visitação aos sítios, como a obrigatoriedade de acompanhamento dos condutores vinculados à Acotes. Além disso, a sala de exposição temporária possui uma dinâmica em que é trocada a exposição a cada três meses, momento em que o local recebe uma maior visita de escolas, principalmente de Serranópolis, contando com um trabalho educativo específico voltado para esse público.

De maneira geral, a atividade turística em Serranópolis foi estruturada a partir do patrimônio arqueológico da região, somado à biodiversidade e aos demais atrativos culturais do município. A inserção na região turística Agroecológica e a consultoria do SEBRAE contribuíram para a estruturação do turismo com base nas características locais, consolidando uma "identidade" própria, a partir do desenvolvimento do "turismo de expedição". Outro ponto de destaque no turismo da região foi a construção de pousadas, que além dos sítios arqueológicos, possuem uma infraestrutura de lazer e receptivo, contribuindo para a atração de visitantes e divulgação do município. Destacam-se entre elas a Pousada das Araras e a Pousada do Guardião, ambas localizadas em área rural do município. O uso turístico dos sítios rupestres de Serranópolis será discutido no próximo subitem.

3.2.1. O uso turístico dos sítios rupestres de Serranópolis

Para a análise do uso turístico dos sítios rupestres de Serranópolis foi estabelecido como recorte os sítios identificados como aqueles que mais recebem visitantes nos questionários de avaliação do uso turístico de sítios encaminhados pela Superintendência do Iphan em Goiás.[14] Além dos dados encaminhados sobre esses sítios nesse documento foram realizadas duas visitas de campo ao município, sendo que na primeira delas foi feito um reconhecimento dos sítios, sendo observados alguns elementos apontados na bibliografia consultada sobre planejamento turístico como sinalização, qualidade do acesso, infraestrutura e conservação do patrimônio arqueológico. Na segunda visita de campo foram realizadas entrevistas que contribuíram para a caracterização do uso turístico dos sítios do município. Os sítios identificados como os mais visitados turísticamente foram: sítio Véu do Muquém, GO-JA-13 (Aglomerado Jerônimo Rufino, Grupo E), sítios Gruta do Diogo 1 e 2, GO-JA-01 e GO-JA-02 e o sítio Manoel Braga, GO-JA-03 (Aglomerado Manoel Braga, grupo D), também conhecido como sítio "das Araras".

Os sítios arqueológicos Gruta do Diogo 1 e 2 estão localizados em área rural de propriedade privada e ganharam bastante visibilidade devido à descoberta do esqueleto "Homem da Serra do Cafezal", em 1996 a partir das pesquisas arqueológicas realizadas na região. Ambos os sítios são compostos por pinturas e gravuras rupestres, expostas em abrigos-sob-rocha, conforme pode ser observado nas figuras abaixo:

[14] Essas informações foram encaminhadas ao CNA a partir do preenchimento do questionário "Avaliação do uso turístico dos sítios arqueológicos brasileiros", elaborado em 2011, com o objetivo de coletar dados para a pesquisa.



Figura 8. Sítio Arqueológico Gruta do Diogo 1. Fonte: CNA, 2011.



Figura 9. Pinturas rupestres, sítio Gruta do Diogo 1. Fonte: CNA, 2011.



Figura 10. Gravuras rupestres, sítio Gruta do Diogo 1. Fonte: CNA, 2011.



Figura 11. Sítio Gruta do Diogo 2. Fonte: CNA, 2011.



Figura 12. Gravuras rupestres. Sítio Gruta do Diogo 2. Fonte: CNA, 2011.



Figura 13. Pinturas rupestres. Sítio Gruta do Diogo 2. Fonte: CNA, 2011.

Atualmente, a visitação turística aos sítios Gruta do Diogo 1 e 2 é organizada a partir de parceria entre a Acotes, o proprietário da fazenda e a Secretaria de Cultura e Turismo e as visitas aos sítios são permitidas somente com o acompanhamento dos condutores, mediante autorização da Secretaria de Cultura e Turismo. A partir da consultoria realizada pelo SEBRAE foi definida como capacidade de carga máxima o número de treze pessoas por visita dentro dos abrigos. Quanto à sinalização e

infraestrutura turística, foram instaladas apenas placa de identificação do sítio e advertência quanto aos procedimentos necessários para a visitação na área, não sendo construída outro tipo de infraestrutura no local.

Nas entrevistas realizadas como os agentes foi informado que a ausência de infraestrutura é um dos elementos do "turismo de expedição", caracterizado pela simplicidade, rusticidade e pela exploração de áreas naturais pouco modificadas. Esse aspecto foi apontado, também, como uma medida de proteção aos sítios, uma vez que a demarcação de trilhas e a sinalização do local facilitaria a entrada de visitantes na área dos sítios, sem a necessidade do acompanhamento pelos condutores, que atualmente é obrigatório. Segundo Élio Amorim, Presidente da Acotes:

> (...) nós fomos orientados, por trabalhar com "turismo de expedição", que a estrutura tem que ser essa. Sem grandes demarcações já está acontecendo isso (depredações), se nós demarcarmos as trilhas, facilitará para que as pessoas cheguem aos sítios. (...) e também pelos guias, se começarmos a demarcar tudo não vai existir mais a necessidade do guia.

Nota-se, portanto, que a ausência de infraestrutura e de sinalização indicando a localização dos sítios foram apontados como um dos elementos do turismo de expedição por alguns dos entrevistados, apesar de esse ponto ter sido questionado pelo proprietário da Pousada das Araras que ressaltou que muitos visitantes reclamam da dificuldade de acesso aos sítios. Apesar de a sinalização, principalmente indicativa, informando ao visitante que sítio arqueológico é patrimônio cultural legalmente protegido, e a melhoria do acesso sejam elementos importantes na abertura dos sítios para a visitação pública, cabe considerar as especificidades e características do turismo local, evitando a padronização e a perda da autenticidade dos atrativos. Deve ser ressaltado, também, que os entrevistados se mostraram receptivos à orientações por parte do Iphan sobre qual seria o procedimento adequado a ser adotado nesses casos. Segundo a Secretária de Cultura e Turismo, a diversidade dos atrativos é uma das características do turismo em Serranópolis que possui opções para públicos diversos, os visitantes que valorizam mais a questão do conforto acabam procurando a Pousada das Araras, enquanto, de

modo geral, os pesquisadores e turistas mais "aventureiros" buscam conhecer os outros sítios e pousadas da região.

Como principais problemas para o turismo arqueológico identificados nos sítios Gruta do Diogo 1 e 2, foram apontados nas entrevistas a localização, distante da sede da fazenda, o que facilita a visitação informal, o descumprimento das normas estabelecidas pela prefeitura municipal para a visitação aos sítios e a dificuldade de fiscalização das ações irregulares. Outro problema identificado foi a atuação de condutores de outras regiões que levam visitantes aos sítios sem terem a formação adequada para essa atividade. Segundo o presidente da Acotes, os condutores de Serranópolis foram preparados para atuarem nos sítios a partir do curso do SEBRAE, sendo adotados procedimentos na condução das visitas como a transmissão de informações sobre o contexto arqueológico da região, orientação aos visitantes sobre como proceder na visitação aos sítios, evitando que as pinturas e gravuras sejam tocadas e que qualquer material lítico seja retirado da área do sítio:

> (...) quando recebemos grupos grandes nós dividimos para não causar impactos, dividimos em grupos de treze pessoas, com dois guias, porque treze é um número grande e temos que ficar atentos para que os visitantes não toquem nas pinturas, não levem material lítico (...).

Apesar das medidas citadas e da sinalização de advertência, foi informado que os sítios gruta do Diogo 1 e 2 recebem um fluxo significativo de visitação informal, principalmente por grupos que procuram a cachoeira próxima para o lazer e para a prática de esportes como o rapel. De acordo com os entrevistados, essas visitas sem acompanhamento estão entre os principais fatores antrópicos de degradação que atuam sobre esses sítios. Nos questionários encaminhados pela Superintendência do Iphan foram identificados como fatores antrópicos de degradação o desmatamento para a realização de práticas agropecuárias, a presença de fezes bovinas na área dos sítios, resíduos de fogueiras, lixos deixados por visitantes e registros de nomes, datas e figuras recentes na área dos abrigos. Durante a visita de campo a esses sítios foram identificados, também, indícios da passagem de motos no local, impactando o solo arqueológico. Quanto aos fatores naturais, foram apontados nos questionários preenchidos pelos gestores:

- A separação por linhas de fratura, fendas e fissuras dos estratos do arenito que compõe os abrigos, o que favorece o desplacamento e desmoronamento de blocos e placas das paredes e do teto;

- A presença de umidade e infiltração de água pluvial, que escorre pela parede com o gotejamento;

- Identificação de intemperismo físico ou mecânico (variação térmica), químico (umidade), biológico (liquens-cupins-insetos-morcegos) e botânico (raízes e cipós);

- A presença de abelhas, e outros insetos, além de morcegos e pássaros na área do sítio.



Figura 14. Vestígios de moto no solo do sítio Gruta do Diogo 1. Fonte: CNA, 2011.

O sítio Véu do Muquém também está localizado em área rural de propriedade privada e as visitações turísticas são organizadas de maneira semelhante aos sítios Gruta do Diogo 1 e 2, a partir de parceria entre a Acotes, a Secretaria de Cultura e Turismo e o proprietário da área em que está localizado o sítio. Esse sítio apresenta ocorrências tanto de pinturas quanto de gravuras rupestres e apesar do acesso ao local ser considerado difícil, ele é bastante visitado pelo público interessado no "turismo de expedição" e por grupos que procuram o rio localizado próximo para a pesca e a cachoeira do Muquém para a realização de atividades esportivas e de lazer. Os principais fatores que dificultam o acesso dos visitantes a esse sítio são a longa

distância a ser percorrida a pé, a ausência de sombra ao longo da trilha e a existência de trechos íngremes e pouco demarcados. Assim como ocorre na Gruta do Diogo, o sítio Véu do Muquém está localizado em uma área afastada da sede da fazenda, o que dificulta o controle das visitações turísticas ao local.



Figura 15. Sítio arqueológico Véu do Muquém. Fonte: CNA, 2011.



Figura 16. Percurso de acesso ao sítio Véu do Muquém. Fonte: CNA, 2011.



Figura 17. Descida de acesso ao sítio Véu do Muquém. Fonte: CNA, 2011.

Foram apontados nos questionários como fatores naturais de degradação que atuam sobre o sítio Véu do Muquém: a fragilidade ambiental do entorno, a existência de fraturas nas rochas e o excesso de umidade, além de fatores antrópicos como ações de vandalismo, pichações nas paredes e tetos e rabiscos feitos em carvão, argila, tinta e mata-bicheira. O sítio Véu do Muquém também não apresenta sinalização ou construção de infraestrutura turística e foi adotada a mesma capacidade de carga, treze pessoas, estabelecida para os demais abrigos com uso turístico na região pelo SEBRAE.



Figura 18. Fatores de degradação antrópicos no sítio Véu do Muquém. Fonte: CNA, 2011.



Figura 19. Fatores de degradação antrópicos no sítio Véu do Muquém. Fonte: CNA, 2011.

Entre os principais sítios com visitação turística em Serranópolis, o único identificado no questionário como planejado para a atividade turística foi o sítio com pinturas e gravuras rupestres Manoel Braga, localizado na RPPN Pousada das Araras. De acordo com o proprietário da área Reni Braga, a pousada foi construída em 1994 em função da demanda existente, sobretudo de escolas vindas de outros municípios para a visitação ao sítio arqueológico. Além da construção da pousada, foram demarcadas trilhas, construída passarela turística na área do sítios e instalados

equipamentos de infraestrutura como banheiro, bebedouro, centro de visitantes, loja de artesanato e restaurante. De acordo com o proprietário, muitos turistas procuram a pousada, também, por sua localização em uma área protegida e pela estrutura de lazer construída no local, que inclui trilhas ecológicas e piscinas naturais:

> (...) hoje, além de ser um lugar tranquilo, nós estamos dentro de uma reserva, cercados por uma área verde grande (...) então as pessoas procuram (a pousada) não só para visitar os sítios, mas também para descansar.
>
> O turismo arqueológico em si, só os sítios, acho que não seria muito atrativo. Atrai pessoas do mundo todo, é uma força, mas você não consegue trazer visitantes só pelos sítios, tem que ter alguma coisa a mais (...). (Reni Braga, proprietário da pousada das Araras).



Figura 20. Centro de visitantes pousada das Araras. Fonte: CNA, 2011.



Figura 21. Pousada das Araras. Fonte: CNA, 2011.



Figura 22. Painel rupestre, sítio Manoel Braga. CNA, 2011.

Quanto ao patrimônio arqueológico, o sítio Manoel Braga apresenta alta densidade de pinturas rupestres, compostas por elementos zoomorfos, antropomorfos e representações geométricas. Algumas figuras rupestres encontradas nesse sítio, como a imagem da "arara", são amplamente utilizadas como símbolo do município de Serranópolis, estando presentes em folders turísticos, cartazes localizados no Centro de Atendimento ao Turista-CAT, em reportagens sobre Serranópolis na mídia e no artesanato local. Em entrevista com a artesã e representante do Bazar Serrano Aureni Augusta, foi informado que as figuras presentes nas pinturas rupestres passaram a ser incorporadas nas peças de artesanato quando alunos das escolas do município levaram trabalhos utilizando esses símbolos para o Armazém de Cultura:

> (...) o ano passado aconteceu a feira anual, várias salas de aula trouxeram trabalhos feitos com os motivos rupestres, que são a ararinha, o lagartinho, então nós começamos a fazer também (...) tem aqueles pratinhos com papel marché, tem o pano de prato com o símbolo da arara, almofadas e outras peças com aplicação de retalhos, *patchwork* (...).



Figura 23. Figura rupestre, sítio Manoel Braga. Fonte: CNA, 2011.



Figura 24. Artesanato de Serranópolis utilizando os motivos rupestres. Fonte: CNA, 2011.

As visitas ao sítio Manoel Braga são guiadas pelo proprietário da pousada, Reni Braga, que também participou do curso de formação de condutores ministrado pelo SEBRAE. Em entrevista, o proprietário relatou que são transmitidas informações sobre os sítios aos visitantes e que os mesmos são orientados para não tocarem nas pinturas e não fotografarem os registros rupestres com *flash*. Foi informado, também, que o proprietário não permite a atuação dos condutores da Acotes na pousada devido a preocupações com a preservação do sítio e com a qualidade das informações que serão transmitidas aos visitantes.

> (...) proteger as pinturas é uma necessidade que existe. O que nós podemos fazer, temos feito que é orientar as pessoas para não tocarem, não baterem fotos com flash, não riscarem os sítios, infelizmente, os sítios localizados no entorno estão bem decadentes (...). (Reni Braga, proprietário da pousada das Araras).

Quanto aos fatores que ameaçam a preservação do sítio foram identificados fatores naturais como oxidação e descoloração das pinturas, existência de processos erosivos nas rochas e instalação de animais como abelhas, cupins e morcegos. Não foram apontados fatores antrópicos de degradação, o que demonstra consequências positivas do planejamento turístico na preservação do patrimônio arqueológico. Apesar disso, foi informado nos questionários que alguns itens apontados como existentes no planejamento turístico do local ainda são precários tais como: placas de sinalização, capacitação profissional, estudo de capacidade de carga e projeto de educação patrimonial.



Figura 25. Passarela turística construída no sítio Manoel Braga. CNA, 2011.

Observa-se, portanto que foram adotadas estratégias voltadas para a organização do uso turístico dos sítios Gruta do Diogo 1 e 2 e Véu do Muquém, a partir da articulação entre os agentes: Secretaria de Cultura e Turismo, Acotes, proprietários da área em que estão localizados os sítios e diretora do Museu de História Natural Serra do Cafezal, a partir da consultoria realizada pelo SEBRAE que estruturou o "turismo de expedição". Apesar das medidas adotadas, a visitação "informal" foi apontada como um dos principais fatores de degradação antrópicos que atuam sobre os sítios, devido, principalmente, ao desrespeito às normas estabelecidas e à dificuldade de controle do uso turístico pelos proprietários da área e pelos demais agentes, contribuindo para esse fato a localização dos sítios em área rural e afastados das sedes das fazendas.

No sítio Manoel Braga existe um controle maior sobre a visitação turística devido ao planejamento dessa atividade, bem como ao acompanhamento pelo proprietário da área e à proximidade do sítio da sede da pousada, o que facilita a fiscalização das ações irregulares. Conforme citado, não foram apontados nos questionários fatores de degradação antrópicos em atividade nesse sítio. Apesar disso, foram identificados problemas na construção de infraestrutura turística que ameaçaram a preservação do sítio e trouxeram como consequência processo e multa pelo Iphan. Nota-se, também, uma articulação menor entre o proprietário da pousada

e os demais agentes que atuam no turismo arqueológico, apesar de os conflitos não terem sido explicitados por nenhum dos entrevistados.

3.2.2. A atuação do Iphan associada ao turismo arqueológico no município de Serranópolis

Em 1997 foi realizada pelo Departamento de Promoção do Iphan a *Oficina de Interpretação e Sinalização de Sítio Arqueológico*, no município de Serranópolis, tendo como objetivo estabelecer critérios e elaborar propostas de gestão para os sítios arqueológicos abertos à visitação pública. Entre as justificativas para a realização dessa oficina foi citada a *"inexistência de qualquer base teórico-metodológica para fundamentar as ações do Iphan na área do Turismo Cultural*" (Iphan, 1997, p.1-2). O sítio Manoel Braga foi escolhido como piloto para o desenvolvimento desse evento, devido à sua relevância científica, sendo *"altamente representativo da ocupação pré-histórica do Brasil"*, ao impacto visual que possui e à sua localização em uma área de cerrado bem preservada, de grande beleza cênica. Outros aspectos relevantes considerados sobre esse sítio para a realização do encontro foram: a facilidade do acesso, a existência de estudos prévios e de infraestrutura mínima, a visibilidade do sítio e o interesse do proprietário da área. A oficina foi coordenada pelo pesquisador americano Peter Pilles, com experiência em interpretação e uso público de sítios arqueológicos, e contou com a participação de outros consultores estrangeiros, de técnicos do Iphan e de representantes de outras instituições, como universidades.

As propostas desenvolvidas a partir das apresentações teóricas realizadas e das visitas ao sítio Manoel Braga foram organizadas dentro de temas que envolvem o uso turístico de sítios arqueológicos como: equipamentos, sinalização, centro de informações, proteção do sítio/monumento, informação/educação e circulação de visitantes. A partir desses eixos de discussão foram elaboradas propostas para o uso turístico tanto do sítio Manoel Braga, quanto dos sítios brasileiros com uso turístico, de modo geral.

Entre os aspectos do turismo arqueológico analisados, foi debatida, durante esse encontro, a questão da cobrança de entrada para a visitação turística de sítios arqueológicos. De acordo com a Constituição Federal, o patrimônio arqueológico é um bem da União, não sendo permitida, portanto, a cobrança para a visitação, podendo, entretanto serem cobrados os demais serviços oferecidos, como uso da infraestrutura construída e acompanhamento por condutor. No caso específico do sítio Manoel Braga, foi recomendada, a partir da oficina, a instalação junto à entrada do sítio de uma estrutura que indique quais são os atrativos e instalações existentes, identificando os de uso de gratuito e os que serão cobrados, devendo ser afixados os preços no local. Essas medidas foram sugeridas, também, para os sítios de maneira geral, sendo ressaltado que a cobrança de entrada não é permitida, podendo ser cobrada apenas uma taxa de uso pelos serviços oferecidos. Cabe destacar, também, que é recomendada *"a adoção de preços especiais ou até mesmo sua isenção para menores ou grupos escolares da rede pública, de modo a incentivar sua frequência ao local"* (Iphan, 1997, p. 6).

Quanto à participação da comunidade local, como resultado da oficina foi sugerido o desenvolvimento de parceria entre o proprietário da Pousada das Araras e as prefeituras municipais de Serranópolis e Jataí, buscando implantar programas de geração de renda como o estímulo à produção local de artesanato, além do desenvolvimento de ações de educação patrimonial. Ainda sobre esse tema é apontado que o desinteresse ou desconhecimento das comunidades em relação ao patrimônio arqueológico ocorre em parte devido à ausência da participação dos centros de pesquisa e instituições governamentais na elaboração de programas educativos específicos, sendo esse um dos motivos das ações de vandalismo que envolvem os sítios, sendo ressaltada a importância do desenvolvimento de programas de educação patrimonial. Outra questão enfatizada foi a importância da participação direta da sociedade nas ações que envolvem a preservação de bens culturais, como o salvamento de estruturas arqueológicas e nos processos de planejamento da atividade turística.

Em relação à infraestrutura, constatou-se que a construção de equipamentos no sítio Manoel Braga foi realizada de maneira inadequada. A transformação do local em um espaço turístico ocorreu em 1994, a partir da construção de instalações como banheiros e restaurante. Em 1998 foi criada a RPPN e foi realizada parceria com a

ONG Funatura para a elaboração de um Plano de Manejo para a área. Nesse período, foi construída uma passarela considerada irregular por perfurar o solo arqueológico e houve um incidente envolvendo um funcionário do local, que "completou" com tinta algumas figuras em um dos paredões rupestres localizado na área. Esse fato além de ter uma repercussão negativa, teve como consequência multa ao estabelecimento pelo Iphan. (IPHAN, 2009). Nesse sentido, é recomendada, no documento resultante da oficina, a avaliação da adequação da infraestrutura turística pelo Iphan antes de sua instalação.

Como resultado dessa oficina, foram definidas duas questões principais a serem consideradas nas ações do Iphan voltadas para o turismo arqueológico sendo elas: A disponibilidade de informações corretas e concisas sobre o patrimônio cultural a serem repassadas ao público, como medida de divulgação e educação patrimonial e o estabelecimento de regras a serem adotadas pelos visitantes, com o objetivo de proteger o bem cultural. O documento produzido com os resultados da oficina constitui um marco por apresentar diretrizes e critérios para o uso turístico de sítios arqueológicos elaboradas pelo Iphan, sendo uma biblografia de referência sobre políticas públicas voltadas para o turismo arqueológico.

3.2.3. A participação da comunidade local no uso turístico dos sítios arqueológicos de Serranópolis

Na primeira visita de campo à Serranópolis, a partir do diálogo com os agentes envolvidos na atividade turística observou-se que os sítios arqueológicos do município eram pouco visitados pela comunidade local, sobretudo o sítio Manoel Braga que atrai turistas de diversas regiões do país e do mundo. Conforme mencionado na introdução da pesquisa tornou-se uma questão para esse trabalho investigar em que medida o turismo arqueológico contribui efetivamente para o acesso ao patrimônio pelo público considerando o direito dos habitantes de uma localidade de usufruir o patrimônio cultural.

Para obter informações qualitativas sobre o turismo arqueológico no município foram entrevistados os principais agentes que atuam nessa atividade,

identificados a partir da primeira visita de campo e da indicação dos entrevistados, sendo eles: a Secretária de Cultura e Turismo, Neila Carvalho, o presidente da Acotes, Élio Amorim a diretora do Museu de História Natural Homem da Serra do Cafezal, Lázara Lelise, o monitor desse museu, Sebastião Álvares, o proprietário da pousada das Araras, Reni Braga, a representante do Bazar Serrano Aureni Augusta e o professor da rede pública municipal Leonardo Rodrigues. Como procedimentos metodológicos foram elaborados roteiros de entrevistas diferentes para cada agente, porém com algumas questões comuns como: Os sítios de Serranópolis são visitados pela comunidade local? Existe diferença entre os sítios mais visitados pela comunidade e sítios mais visitados por pessoas de outros municípios? Por quê? Em sua opinião, qual a relação da comunidade de Serranópolis com os sítios arqueológicos? Quais os principais problemas do turismo arqueológico no município? Em sua opinião, como deveria ser a atuação do Iphan em relação ao turismo arqueológico?

Todos os entrevistados concordaram que o principal atrativo turístico de Serranópolis são os sítios arqueológicos, visitados por turistas de diversas regiões do Brasil, sendo alguns dos municípios de origem citados Brasília, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Jataí, Mineiros, Rio Verde, além de turistas internacionais. Os sítios informados como os que recebem maior número de visitantes nas entrevistas são os mesmos apontados nos questionário, Gruta do Diogo 1 e 2, Véu do Muquém e Manoel Braga. O sítio Casarão de Pedra, não foi mencionado nos questionários mas foi citado nas entrevistas como bastante visitado tanto por turistas quanto por moradores de Serranópolis.

A construção de pousadas, como a pousada das Araras e a pousada do Guardião, foi apontada nas entrevistas com um dos principais fatores que contribuiu para o incremento no turismo do município de Serranópolis, tendo uma influência maior para o aumento da visitação do que a descoberta do esqueleto "Homem da Serra do Cafezal", que teve grande repercussão na mídia. Apesar de bastante conhecidos por turistas, os sítios arqueológicos localizados dentro das pousadas são pouco visitados pela população local, conforme apontado nas entrevistas. Foram apresentados como fatores que contribuem para esse fato tanto o desinteresse dos moradores pelos sítios da região quanto os valores cobrados para a visitação turística. De acordo com a Secretária de Cultura e Turismo, quando os visitantes chegam ao

município e perguntam sobre os atrativos turísticos, muitos moradores respondem que o principal atrativo é pousada das Araras, apesar de não conhecerem o local.

> E: Você acha que a população de Serranópolis visitava a pousada?
> NC: Não.
> E: mas sabiam que existia?
> NC: Sabiam, mas ainda assim eu acho que a comunidade não era um cartão de visita muito bom para a pousada porque quando perguntavam o que tem de turismo em Serranópolis o pessoal respondia: *A pousada [...] mas lá é muito caro, a gente nem vai lá*.

O sítio arqueológico Manoel Braga, localizado na pousada das Araras, é considerado o sítio mais visitado turisticamente em Serranópolis, tendo como público principal grupos de escolas vindos de diversas regiões do país, com destaque para os municípios do entorno como Jataí, Mineiros e Rio Verde. Ainda de acordo com a Secretária de Cultura e Turismo, existe uma demanda da comunidade local para visitar o sítio Manoel Braga, porém essas visitas acabam não acontecendo por diversos fatores incluindo, também, a falta de articulação entre o os professores da rede de ensino municipal e o proprietário da pousada. Os demais sítios arqueológicos da região como Gruta do Diogo e Véu do Muquém também foram apontados como pouco visitados pelas escolas do município de Serranópolis. De acordo com o proprietário da pousada das Araras, tanto as escolas quanto a população em geral não demonstram muito interesse em conhecer os sítios:

> RB: (...) o próprio município não despertou para os sítios, o que têm mudado, porque são vários anos que estamos trabalhando e lutando (...).

De acordo com professor entrevistado da rede estadual de ensino, muitos moradores de Serranópolis não conhecem os sítios arqueológicos, sendo apontados como motivos que contribuem para que as escolas promovam poucas visitas aos sítios: problemas internos do sistema educacional, dificuldades de logística como falta de transporte e os preços cobrados para a visitação considerados *"fora da realidade"* dos alunos.

> LR: (...) às vezes para um turista que vem de outra região, de outro país, para eles os preços para conhecer a pousada das Araras são acessíveis, mas não correspondem à nossa realidade.

Segundo o professor, os demais sítios localizados fora das pousadas, como Gruta do Diogo 1 e 2, são mais visitados pelas escolas, embora, essas "excursões" ainda sejam pouco frequentes. O desconhecimento da população em relação aos sítios foi destacado, também, como um fator que acaba prejudicando os próprios donos das pousadas.

> LR: (...) às vezes vem um turista, até mesmo de outro país e pergunta (para os moradores): C*omo é a pousada das Araras?* Aí eles respondem: *Não sei, nunca fui*. Você pode entrevistar os professores aqui, muitos deles nunca foram, moram aqui, sabem que existe o sítio arqueológico, mas nunca visitaram.

De acordo com o presidente da Acotes, a comunidade de Serranópolis passou a visitar mais os sítios arqueológicos a partir da realização do projeto "Expedições Ozorinho", voltado para a população local, que promovem visitas a diversos atrativos do município, conforme já citado, incluindo os sítios arqueológicos.

> EA: A comunidade agora está tendo um contato maior com os pontos turísticos, podendo orientar, inclusive, quem chega aqui e quer saber um pouco mais, o turista em si.

Quanto as diferenças existentes entre os sítios mais visitados por turistas e sítios visitados pela comunidade local, foi apontado que os sítios com visitação turística estavam mais preservados devido à possibilidade de ganhos financeiros para os proprietários e, também, pela responsabilização dos mesmos pelos danos causados ao patrimônio. Os sítios "abandonados" seriam mais visitados por pessoas da comunidade que acabavam depredando esses locais

> EA: (...) os sítios mais visitados por turistas têm uma proteção maior porque o proprietário tem um cuidado com aquele local sabendo que, além de ter a responsabilidade como fiel depositário, ele pode ganhar (financeiramente). Os sítios que estão meio "abandonados" existe uma maior facilidade de a comunidade depredar, pichar, rabiscar as pinturas (...).

De acordo com a diretora do Museu de História Natural Serra do Cafezal, muitos dos sítios arqueológicos de Serranópolis estão localizados próximo à cidade, o que contribui pra que esses locais sejam alvo de ações de degradação e vandalismo em razão do desconhecimento e desvalorização pela população. Em relação à

procura dos sítios pela comunidade para a realização de atividades de lazer, foi informado pela diretora que esse tipo de uso ocorre com pouca frequência:

> LL: A maioria dos sítios não tem nenhuma estrutura, você vai fazer uma longa caminhada no sol (...) então, para lazer os mais procurados são a Gruta do Diogo, que as pessoas que procuram têm interesse em conhecer, e a pousada das Araras. Nós temos um aqui pertinho (Casarão de Pedra), que é triste o que você vê, as pessoas vão para depredar (...).

Observa-se, portanto, que a comunidade de Serranópolis faz pouco uso dos sítios arqueológicos tanto para atividades de lazer quanto educativas. Entre os fatores identificados pelos entrevistados como possíveis causas para essa questão foram apontados: a falta de interesse e de valorização dos moradores pelos sítios arqueológicos, a cobrança de entrada para a visitação, a falta de articulação com as escolas, ausência de interesse por parte de muitos professores e problemas internos do sistema educacional do município. Foi informado, também, que muitos alunos possuem interesse em conhecer os sítios arqueológicos, embora a visitação seja pequena, o que demonstra um potencial para a realização de atividades de educação patrimonial associadas à visitação turística aos sítios, buscando reverter esse quadro de desinteresse e desvalorização apontado, fortalecendo o sentido de "identidade" dos moradores em relação ao patrimônio arqueológico da região.

Outra questão a ser retomada diz respeito às diretrizes propostas pelo Iphan, a partir da Oficina de Interpretação e Sinalização de Sítio Arqueológico, discutidas no item 3.2.2, para a cobrança de entrada nos sítios arqueológicos. A questão do preço foi bastante enfatizada nas entrevistas com um fator que dificulta, ou até mesmo impossibilita, o acesso aos sítios arqueológicos pela população local. Portanto cabe, ressaltar que o patrimônio arqueológico é um bem da União, embora seja permitida a cobrança pelos demais serviços como infraestrutura e acompanhamento por condutores. Consta no documento que o acesso aos sítios deve ser promovido, sendo recomendado que sejam explicitados quais serviços estão sendo cobrados que exista uma flexibilidade no que diz respeito às visitas pela rede pública de ensino. Nas entrevistas foi apontado, também, que essas medidas voltadas para a educação patrimonial e para o incentivo do uso turístico dos sítios pelos moradores, contribuem, também, para uma melhor divulgação dos atrativos para os turistas, sendo um aspecto positivo para os donos das pousadas.

3.2.4. A opinião dos agentes sobre como deveria ser a atuação do Iphan no turismo arqueológico

Um dos objetivos das entrevistas foi buscar elementos que pudessem subsidiar políticas de preservação para os sítios com uso turístico a serem desenvolvidas pelo Iphan, a partir diálogo com os agentes envolvidos no turismo arqueológico em Serranópolis e da opinião dos gestores que atuam na Superintendência do Iphan em Goiás.[15] Desse modo, buscou-se identificar a partir da prática cotidiana em Serranópolis e na Superintendência de Goiás questões que contribuam para as ações do instituto voltadas para os sítios com uso turístico de maneira geral.

Nas entrevistas foi apontada como uma das linhas prioritárias para a atuação do Iphan a definição de critérios sobre o uso turístico de sítios arqueológicos. A falta de posicionamento e de esclarecimentos por parte do órgão sobre essa questão foi ressaltado como um dos principais problemas enfrentados pelos agentes, por não saberem como lidar com a demanda existente para a visitação e com a fiscalização do Iphan em relação à preservação dos sítios. De acordo com a Secretária de Cultura e Turismo, no início a visitação turística de sítios arqueológicos era proibida pelo Iphan, posicionamento que foi, posteriormente, flexibilizado, embora algumas atividades desenvolvidas só ocorram com a autorização do órgão.

> NC: (...) o turismo arqueológico é muito truncado com o próprio Iphan. Quando eu assumi, o Iphan esteve aqui nas fazendas que possuem sítios arqueológicos, trouxeram um documento para os fazendeiros assinarem assumindo a responsabilidade caso acontecesse qualquer problema com os sítios. (...) quando foi falado sobre a questão do turismo disseram para não deixar ninguém entrar, que não poderia ter turismo em sítios arqueológicos. Aí eu expliquei que os condutores fizeram um curso, foram orientados por arqueólogos sobre como conduzir os visitantes aos sítios (...) aí o Iphan voltou em outra época e orientou os fazendeiros para que deixassem os visitantes entrarem somente com a presença dos condutores.

[15] Informações encaminhadas a partir do preenchimento do *"Questionário de Avaliação do Uso Turístico dos Sítios Arqueológicos Brasileiros".*

Outro problema citado diz respeito à dificuldade de fiscalização das ações irregulares na área dos sítios com visitação turística, uma vez que muitos deles estão localizados em área rural, afastados das sedes das fazendas, conforme já apontado. De acordo com a Secretária de Cultura e Turismo, poderia existir uma regulamentação por parte do Iphan em relação a essa questão, legitimando a atuação dos agentes.

> NC: (...) eu acho que poderia existir uma regulamentação do Iphan em relação à fiscalização. Nós somos obrigados a fiscalizar (...) mas seria uma fiscalização a partir de um documento vindo do Iphan.

Ainda sobre essa questão, alguns entrevistados informaram que muitos proprietários não possuem controle sobre a visitação informal aos sítios arqueológicos e não existe um posicionamento e orientação do Iphan sobre os procedimentos a serem adotados para a minimização dos impactos negativos e construção de infraestrutura turística de maneira adequada. Deste modo, foi apontado que as ações do instituto em relação ao turismo arqueológico estão mais focadas na fiscalização do que em medidas preventivas como orientação e formação dos agentes, definição de critérios para a realização das atividades e desenvolvimento de programas educativos. De acordo com o Presidente da Acotes:

> EA: (...) certas grutas estão muito longe das sedes das fazendas, o que dificulta a fiscalização. Nós sempre pedimos ao Iphan uma maior orientação, inclusive para a comunidade compreender a importância da preservação do local.

O presidente da Acotes ressaltou, também, que já houve solicitação oficial ao Iphan para um curso para os condutores turísticos de Serranópolis com o objetivo de melhorar a atuação quanto à proteção ao patrimônio arqueológico, o que demonstra uma demanda existente em relação a essa questão. De acordo com o proprietário da pousada das Araras, o Iphan deveria atuar, principalmente, a partir de ações voltadas para a conservação dos sítios, e não apenas multando e fiscalizando. Segundo a diretora do Museu de História Natural Serra do Cafezal:

> LL: A relação com o Iphan é uma questão muito delicada, nós tomamos todo o cuidado, não deixamos entrar mais de dez pessoas nas grutas, as visitas são acompanhadas por condutor, às vezes sentimos muita cobrança e pouco apoio (...).

Quanto à opinião dos gestores que atuam em Goiás sobre como deveria ser a a atuação do Iphan no turismo arqueológico em Serranópolis, foram citadas as seguintes medidas: necessidade de contratação de especialistas para conter ou eliminar os impactos naturais identificados nos sítios, elaboração de um plano de manejo com o objetivo de minimizar os impactos antrópicos, além de ações de educação patrimonial e monitoramento dos sítios. Foram sugeridas, também, a realização de parcerias institucionais para consolidação de políticas públicas, a elaboração de um plano de zoneamento arqueológico/ambiental, prevendo áreas com uso diferenciado e o fortalecimento da participação comunitária no planejamento e na implantação de projetos para visitação aos sítios, respeitando os valores locais.

Conforme apresentado nessa pesquisa, as discussões sobre turismo arqueológico são recentes no Brasil, ocorrendo, sobretudo, a partir da década de 1980. No que diz respeito à atuação do Iphan, o primeiro documento contendo diretrizes e recomendações para essa atividade por parte do instituto foi elaborado em 1997, a partir da oficina realizada em Serranópolis, sendo ainda referência no que diz respeito a esse tema. Dessa maneira, observa-se um quadro em que os gestores não contam com orientações e com diretrizes gerais que subsidiem sua prática cotidiana, ficando sujeitos à resolução de problemas para os quais o órgão ainda não definiu um posicionamento, e por outro lado, os agentes, também não sabem quais os procedimentos adequados a serem adotados para conciliar a demanda turística e a proteção aos bens culturais. Nota-se, portanto, uma urgência em relação à atualização das discussões e das propostas realizada a partir da oficina citada, com o objetivo de desenvolver uma política nacional voltada para o turismo arqueológico, contribuindo para facilitar a atuação dos técnicos e para a proteção ao patrimônio arqueológico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi discutido, nota-se um crescimento do turismo arqueológico no final do séc. XX associado a fatores como a expansão mundial da própria atividade turística, somada, no caso do Brasil, ao desenvolvimento acadêmico da arqueologia no país e ao aumento do número de pesquisas realizadas em consequência da inserção legal da arqueologia na Política Nacional de Meio Ambiente. A partir da década de 1960, observa-se, também, uma maior valorização econômica e apropriação turística do patrimônio cultural brasileiro, o que pode ser constatado nas linhas de ação do Iphan que passaram a enfatizar a importância da fruição desses bens pela sociedade, apoiando projetos que associavam a preservação com o uso público do patrimônio cultural.

No primeiro capítulo foram apresentadas algumas experiências de turismo arqueológico no Brasil, com o objetivo de estabelecer um panorama geral dessa atividade. Apesar da grande quantidade de sítios e do potencial existente, o aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos no país é ainda incipiente e poucos sítios foram planejados para esse tipo de uso. Na bibliografia discutida, o planejamento turístico foi apontado como um aspecto consensual no que diz respeito à proteção aos sítios abertos à visitação pública, sendo um instrumento de gestão que busca minimizar os impactos negativos e ao mesmo tempo, viabilizar o acesso ao patrimônio cultural.

A experiência do Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí é considerada emblemática no que diz respeito ao planejamento turístico de sítios arqueológicos, porém, apesar do reconhecimento e do pioneirismo dessa iniciativa, cabe ressaltar que esse não é um modelo genérico a ser adaptado aos demais sítios brasileiros sem que sejam consideradas questões como viabilidade econômica do projeto e as características próprias de cada região, que demandam soluções particulares. Tanto na bibliografia pesquisada quanto no estudo de caso realizado em Serranópolis foram identificados problemas, também nos sítios arqueológicos planejados para a atividade turística, o que demonstra que esse instrumento por si só não garante a preservação e o acesso do patrimônio arqueológico à população em geral. Entre esses "problemas", identificados nos sítios planejados podem ser citados: demanda turística insuficiente em relação aos investimentos realizados, problemas de

conservação da sinalização, construção de infraestrutura turística de maneira inadequada, impactando o patrimônio arqueológico, transmissão de informações incorretas ao público visitante e a inibição do acesso a alguns grupos sociais devido à cobrança para entrada e à transformação desses espaços em "locais turísticos".

No estudo de caso realizado em Serranópolis constatou-se que apesar de bastante procurados por turistas, os sítios arqueológicos do município são pouco visitados pela população local, inclusive por grupos de escolas. Entre os fatores que contribuem para esse fato foram apontados pelos agentes além do desinteresse e desvalorização do patrimônio da região pelos moradores, problemas do sistema educacional do município, falta de iniciativa e de articulação com os demais agentes por parte das escolas e a cobrança de entrada para a visitação aos sítios. No sentido de reverter essa situação foram desenvolvidos pelo poder público de Serranópolis os projetos "Expedições Ozorinho" e "Quintas Culturais", voltados para a comunidade local, tendo como objetivo a formação de público para os atrativos culturais e turísticos do município, podendo ser consideradas experiências pioneiras de turismo arqueológico por serem direcionadas para a própria população do município.

A atividade turística em Serranópolis caracteriza-se por possuir uma identidade própria e bem definida, estruturada a partir do "turismo de expedição", modalidade criada para atender às demandas locais, valorizando a ruralidade do município e o patrimônio arqueológico da região. Na estruturação do turismo arqueológico no município destaca-se, também, a articulação entre os agentes a partir de uma gestão compartilhada, em termos práticos, entre o poder público municipal, os proprietários das áreas em que estão localizados os sítios, a diretoria do Museu de História Natural Serra do Cafezal, a Associação de Artesanato e a Associação de Condutores de Turismo de Expedição. Cabe ressaltar, também, a importância de instituições como o SEBRAE e a Secretaria Estadual de Turismo, que contribuíram com a organização do turismo arqueológico, a partir de consultoria e de ações voltadas para o desenvolvimento turístico da região.

Nas entrevistas observou-se uma preocupação por parte dos agentes no que diz respeito à proteção ao patrimônio arqueológico, sendo enfatizado que o turismo de massa e com muitas transformações na paisagem natural é incompatível com a fragilidade dos sítios e com as características do "turismo de expedição", o que

justifica o mínimo de equipamentos de infraestrutura turística construídos na área dos sítios. Desse modo, observa-se que a estruturação da atividade turística em Serranópolis se desenvolveu partir do aproveitamento de aspectos que poderiam ser considerados negativos como: ausência de infraestrutura e localização dos atrativos em área rural e de difícil acesso. Esses aspectos passaram a caracterizar o "turismo de expedição", o que demonstra a importância de se considerar as especificidades de cada região, e não apenas importar modelos já estabelecidos e bem sucedidos aplicados em outras localidades.

No que diz respeito ao desenvolvimento de políticas voltadas para o turismo arqueológico por parte do Iphan, foram enfatizadas nas entrevistas a necessidade de definição de critérios por parte do instituto e de orientação dos agentes sobre os procedimentos necessários para a abertura de um sítio arqueológico para a visitação turística, com o objetivo de proteger o patrimônio arqueológico. Outra questão discutida diz respeito à participação do Iphan na formação dos condutores, promovendo cursos e palestras com o objetivo de garantir a qualidade das informações que são transmitidas e os procedimentos adequados a serem adotados na condução de grupos a esses locais. A partir das questões discutidas na presente pesquisa buscou-se identificar elementos que pudessem subsidiar propostas para um Plano Nacional de Turismo Arqueológico a ser desenvolvido pelo Iphan, conforme será apresentado no próximo item.

4.1. Diretrizes para um Plano Nacional de Turismo Arqueológico

A partir dos resultados do presente trabalho serão apresentados abaixo subsídios para a elaboração de um Plano Nacional de Turismo Arqueológico, como previsto pelas linhas estratégicas elaboradas para o Centro Nacional de Arqueologia no *Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* (2010). Os fundamentos aqui propostos decorrem do levantamento bibliográfico realizado durante a elaboração dessa dissertação, das informações encaminhadas pela Superintendência do Iphan em Goiás, da consulta à legislação do turismo (item 2.2) e do estudo de caso realizado em Serranópolis-GO. Essas diretrizes foram estruturadas em três eixos principais, estabelecidos a partir dos temas abordados no plano de

gestão citado: diagnóstico, regulamentação e promoção dos sítios arqueológicos com uso turístico.

4.1.1 Diagnóstico do uso turístico de sítios arqueológicos no Brasil

Para propor estratégias de gestão para os sítios brasileiros com uso e/ou potencial turístico de maneira adequada às suas múltiplas especificidades, é prioridade estabelecer um mapeamento dessas experiências no Brasil; um dos elementos principais a embasar o Plano Nacional de Turismo Arqueológico consiste na apresentação de um diagnóstico do turismo arqueológico no país. Assim, foram estabelecidas as seguintes propostas para a elaboração desse diagnóstico em nível nacional:

- Estabelecer um panorama geral do turismo arqueológico pela análise dos resultados obtidos com a sistematização dos dados coletados por meio da "*Avaliação do uso turístico dos sítios arqueológicos brasileiros"*, elaborada no âmbito da presente pesquisa, a partir dos questionários preenchidos e apresentados pelos gestores das Superintendências do Iphan[16];

- Elaboração de uma cartografia dos sítios arqueológicos brasileiros com uso turístico descritos pelos gestores do Iphan, em atendimento às diretrizes propostas pelo Ministério do Turismo que enfatizam a regionalização do turismo e a elaboração de roteiros integrados;

- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas que atuam na área do turismo, principalmente com o Ministério do Turismo, com o objetivo de estabelecer bases de dados sobre a oferta turística associada a sítios arqueológicos, que incluam informações sobre as agências que comercializam esses locais como atrativos e sobre os condutores que atuam nessa atividade;

- Identificação dos sítios arqueológicos que se enquadram como áreas e locais de especial interesse turístico, conforme previsto na Lei Federal nº 6513/1977,

16 Essa etapa do diagnóstico será desenvolvida no âmbito dessa pesquisa, sendo apresentada como um produto da prática supervisionada do PEP.

ampliando a proteção ao patrimônio arqueológico, por meio da apropriação pelos gestores da legislação sobre o turismo.

4.1.2. Regulamentação do uso turístico dos sítios arqueológicos

O patrimônio arqueológico apresenta especificidades e fragilidades na sua utilização turística que dificultam a aplicação tanto da legislação de proteção ao patrimônio cultural, quanto das normativas específicas da área do turismo para a proteção dos sítios. No estudo de caso sobre o uso turístico dos sítios de Serranópolis foram apontadas questões que poderão ser discutidas para a elaboração pelo Iphan de uma Portaria específica à regulamentação do turismo arqueológico. Nesse sentido, este trabalho propõe que tal Portaria contemple uma definição de turismo, a descrição dos critérios básicos para o uso turístico dos sítios e dos procedimentos necessários para a construção de infraestrutura turística e o estabelecimento do cadastro de agentes e condutores que atuam no turismo arqueológico[17], conforme já estabelecido no plano intermediário.

4.1.3. Promoção dos sítios arqueológicos como atrativos turísticos

Considerando os problemas que envolvem o turismo arqueológico apresentados no primeiro capítulo do trabalho, é latente a adequação da atuação do Iphan na promoção e na divulgação de sítios que já apresentam uso turístico consolidado. A partir das demandas apresentadas nas entrevistas realizadas no estudo de caso em Serranópolis, cabem as seguintes propostas:

---

[17] Cabe ressaltar que já foram estabelecidas pelo Iphan diretrizes para o uso turístico de sítios que podem ser retomadas na elaboração dessa Portaria como:

- IPHAN. **Oficina de sinalização e interpretação turística**. Serranópolis, 1997;

- IPHAN. Portaria nº 619/2009. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br. Acesso em 01/10/2012.

- IPHAN. **Projeto de regularização do uso turístico dos sítios de Palestina de Goiás**. Brasília, 2000.

- Promoção de atividades de formação para agentes que atuam no turismo arqueológico por profissionais especializados em arqueologia, garantindo a proteção ao patrimônio cultural e a qualidade das informações transmitidas aos visitantes;

- Desenvolvimento de projetos de socialização que contemplem a adequada sinalização de sítios arqueológicos com uso turístico, conforme discutido no item 3.2.2, seguindo a padronização proposta no Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2009);

- Promoção do planejamento do uso turístico de sítios arqueológicos a partir de cooperação técnica com instituições públicas em nível municipal, com vistas ao desenvolvimento de projetos-piloto de socialização de sítios arqueológicos. Consta na bibliografia pesquisada sobre planejamento turístico os principais aspectos a serem contemplados nesse planejamento[18]:

- A estruturação do sítio para recepção de visitantes considerando as especificidades do patrimônio arqueológico, incluindo a participação de profissionais com formação em arqueologia no planejamento e na gestão da atividade turística;

- A elaboração de plano de manejo que considere a fragilidade do sítio e área de entorno a partir de medidas preventivas de impactos negativos: zoneamento a partir de usos diferenciados, estudos de capacidade de carga, monitoramento da visitação por profissionais com formação adequada e disponibilização de informações aos visitantes;

- Instalação de equipamentos turísticos de maneira adequada (protegendo a integridade dos sítios e sem prejudicar a sua visualização), com o objetivo facilitar o acesso, proteger os bens e atender as necessidades básicas de manutenção da área e de comodidade dos visitantes;

- Integração da comunidade que reside no município onde está localizado o sítio na atividade turística partir de instrumentos como gestão compartilhada, planejamento participativo, participação na renda gerada, e na fruição do patrimônio arqueológico, conforme será discutido no próximo item.

---

18 Conforme discutido no item 1.3 e no *Manual de Preenchimento* do questionário em anexo.

4.2. A participação das comunidades locais no uso turístico dos sítios arqueológicos

Uma das propostas desta pesquisa foi discutir um aspecto pouco abordado na bibliografia de referência, que diz respeito ao uso turístico do patrimônio arqueológico pelos próprios habitantes da região em que estão localizados esses bens. Conforme foi observado no estudo de caso apresentado, os sítios arqueológicos de Serranópolis são visitados e valorizados por turistas de diversas locais do país e do mundo, embora sejam pouco conhecidos pela própria população do município.

O estudo de caso em Serranópolis apontou algumas iniciativas adotadas pela prefeitura municipal, em parceria com outros agentes, com o objetivo de incentivar a visitação turística pelos próprios moradores aos sítios arqueológicos, ao Museu de História Natural e a outros atrativos do município. Assim, uma das principais contribuições aqui oferecidas para a elaboração de políticas públicas nessa área é a ampliação da discussão sobre o uso turístico de sítios arqueológicos, de maneira a procurar que se evite priorizar sua apropriação por turistas em detrimento da comunidade local. Essa separação foi claramente observada nas entrevistas realizadas em Serranópolis, onde foi apontado que o uso dos sítios para atividades de lazer e educativas é realizado, principalmente, por turistas, enquanto o uso pelos moradores foi caracterizado pelo descaso com o patrimônio e pelas ações de vandalismo. Como consequência, apontou-se aqui essa questão como um dos principais problemas do turismo arqueológico, conjuntamente com aqueles discutidos no primeiro capítulo, na expectativa de futuras contribuições para a democratização do acesso aos sítios arqueológicos com uso turístico, considerando a participação das comunidades locais não apenas na co-gestão, nos lucros gerados e na “recepção” de turistas, mas também, na fruição do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leila Bianchi

O Iphan e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados. IN: **Patrimônio: práticas e reflexões.** Anais da I oficina de pesquisa: A pesquisa histórica no Iphan. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda

Nova "Marcha para o Oeste": Turismo e roteiros para o Brasil Central. **Territórios turísticos no Brasil Central.** Brasília: LGE, 2009.

AMORIM, Lilian Bayman de

A cerâmica Marajoara. A comunicação do silêncio. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010.

ANJOS, Erly Euzébio

Desenvolvimento sustentável: "A insustentável leveza de ser". **Revista Humanas**, nº 2, 1-14, 2010.

BRASIL, República Federativa do

Constituição Federal, 1988. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Decreto-Lei nº 25, 1937. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Decreto-Lei nº 55, 1966. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br. Acesso em 01/09/2012.

Lei nº 3924, 1961. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Lei nº 6505, 1977. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br. Acesso em 01/09/2012.

Lei nº 6513, 1977. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br. Acesso em 01/09/2012.

Lei nº 9985, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 24/04/2012.

Lei nº 378, 1937. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao. Acesso em 01/09/2012.

BRUNO, Cristina de Oliveira

Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. IN: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 31, p. 235-247, 2005.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni

Programa de Educação Patrimonial do Gasoduto Coari-Manaus. Guia Temático. (Tese de Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2009.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente

Resolução nº 001, 1986. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

DE BLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANINNI, Paulo César; GASPAR, Maria Dulce

Sambaquis e Paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral sul do Brasil. **Arqueología Suramericana/Arqueologia sul-americana**. V. 3, nº 1, p. 29-61, 2007.

DE LA TORRE, Oscar

El turismo, fenômeno social. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômico, 1992.

DUMAZEDIER, Joffre

Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERNANDES, Tatiana Costa

Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edith da Silva; ALMEIDA, Marcia Bezerra de. Workshop Internacional Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** V. 3, n. 2, p. 95-101, ago 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres

O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ: IPHAN, 1997.

GASPAR, Maria Dulce

Arqueologia, cultura material e patrimônio. Sambaquis e Cachimbos. IN: **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia.** Rio de Janeiro, 2009.

GOVERNO DE GOIÁS

Agência Goiás Turismo. Disponível em: http://www.goiasturismo.go.gov.br/. Acesso em 04/05/2012.

Plano Estadual de Turismo: Goiás no caminho da inclusão, 2009.

GUIDON, Niéde

Parque Nacional Serra da Capivara: Modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Histórico do município de Serranópolis. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 02/03/2012.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes

Portaria nº 135, 2010.

Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/diarios/24023323/dou-secao-1-31-12-2010-pg-153/pdfView. Acesso em 21/09/2012.

ICOMOS

Carta de Turismo Cultural, 1976. Disponível em: www.portaliphan.gov.br. Acesso em 04/04/2012.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Dossiê Serranópolis "Aglomerado Manuel Braga - Grupo D e Gruta das Araras". Goiânia: Iphan, 2009.

Normas de Quito, 1967. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em 01/09/2012.

Oficina de interpretação e sinalização turística. Serranópolis: Iphan, 1997.

Plano intermediário para a gestão do patrimônio arqueológico. Brasília: Centro Nacional de Arqueologia, 2010.

Projeto de regularização do uso turístico dos sítios de Palestina de Goiás, 2000.

Portaria nº 07, 1988. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Portaria nº 230, 2002. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

Portaria nº 691, 2009. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/login. Acesso em 01/10/2012.

KRIPPENDORF, Jost

Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses

Conservação de sítios de arte rupestre. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; BORGES, Jóina Freitas; JÚNIOR, Simplício Rocha
Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação. **Dossiê Arqueologias Brasileiras.** V. 6, nº13, p.1-24, 2004/2005.
Disponível em http://www.seol.com.br/mneme

LEUZINGER, Claúdio
Ecoturismo em Unidades de Conservação. Brasília:WD Ambiental, 2002.

MANZATO, Fabiana

Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. Vol. 5, nº 1, p. 99-109, 2007.

MENESES, Ulpiano Toledo

Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO

Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2001. Disponível em: http://www.turismo.gov.br. Acesso em 22/04/2012.

Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br. Acesso em 22/04/2012.

Ecoturismo: Orientações Básicas. **Cadernos e Manuais de Segmentação.** Brasília: 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br. Acesso em 22/01/2012.

Turismo Cultural: Orientações Básicas. **Cadernos e manuais de segmentação**. Brasília: 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br. Acesso em 22/01/2012.

Turismo Subaquático. Disponível em: http://www.turismo.gov.br. Acesso em 22/04/2012.

MONGELLI, Mônica Medeiros

Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UNB, 2011.

MORAIS, José Luiz de

A arqueologia e o turismo. IN: **Turismo e Patrimônio Cultural.** 2ª Ed, São Paulo: Contexto, 2002.

NEVES, Eduardo Góes

Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. IN: **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NOGUEIRA, Marcela

Turismo e arqueologia na Amazônia: planejamento e visitação de sítios arqueológicos na região da Serra dos Martírios/Andorinhas. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Pará. 2007.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida

Pré-História da Região Centro-Oeste do Brasil. **Revista Eletrônica Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología**. Goiânia, 2000.

OMT, Organização Mundial de Turismo

Declaração de ecoturismo de Quebec. 2002.

Guia e desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Turismo internacional: Uma perspectiva global. São Paulo: Bookman, 2003.

ONU, Organização das Nações Unidas

Relatório de Bruntdland: Nosso futuro comum, 1987.

ORTEGA, Daniela Dias

A pré-história em Serranópolis: como vivam os grupos humanos no cerrado. **Anais do II Congresso Internacional de História da UFG.** Jataí: UFG, 2011. Disponível em: http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%20108.pdf. Acesso em 02/03/2012.

PAIVA**,** Maria das Graças de Menezes

Sociologia do Turismo. Campinas: Papirus, 1995.

PARDI, Maria Lúcia Franco

A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:** Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33, Brasília: Iphan, 2007.

PEREIRA, Edith; FIGUEIREDO, Silvio Lima

Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: Aspectos de preservação e planejamento. **IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**. UAM, p. 1-13, 2007.

PEREIRA, Edith

Arte rupestre na Amazônia-Pará. São Paulo/Belém: Unesp/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2003.

PIRES, Paulo dos Santos

Dimensões do ecoturismo. São Paulo: SENAC, 2002.

Prefeitura Municipal de Serranópolis-GO

Disponível em: http://pmserranopolis.blogspot.com.br. Acesso em 02/03/2012.

PROUS, André

Arqueologia brasileira. Brasília: UNB, 1992.

O Brasil Antes dos Brasileiros: A Pré-História do nosso País. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RAMBELLI, Gilson

Preservação sob as ondas: A proteção ao patrimônio subaquático no Brasil. IN: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil. **Revista História.** V. 27, nº 2, São Paulo, 2008.

SANTOS, Janilton Ferreira

Arqueoturismo no semi-árido Sergipano: o desafio da conservação de um patrimônio milenar. **Caderno Virtual de Turismo.** Vol. 7, nº 2, p. 35-46, 2007.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro

Turismo e Arqueologia. São Paulo: Aleph, 2005.

SCABELLO. Andréa Lourdes Monteiro

Parque Nacional de Sete Cidades: Algumas considerações sobre o turismo e o patrimônio arqueológico. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br. Acesso em 20/04/2012.

SCHAAN, Denise Pahl

Múltiplas vozes, memórias e histórias: Por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. IN: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

SCHMITZ, Pedro Ignácio

Caçadores antigos no sudoeste de Goiás, Brasil. **Estudos Atacameños.** Nº 8, p. 17-37, 1987.

STEINBERGER, Marília

Turismo, território usado e cidade: Uma discussão pré-teórica. IN: **Territórios turísticos no Brasil Central.** Brasília: LGE, 2009.

SWARBROOKE, John

Turismo sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental. Vol. 1. São Paulo: Aleph, 2000.

UNESCO

Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, 2001.

Disponível em: http://portal.unesco.org. Acesso em 20/04/2012.

VELOSO, Tânia Porto Guimarães e CAVALCANTI, José Euclides Alhadas

O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: nº. 20, p. 155-168, 2007.

VIANA, Sibeli

In: **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural.** (Org) Moura, Marlene Castro Ossami de. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

WILDMER, Gloria Maria

Turismo Arqueológico. **Segmentação do mercado turístico:** estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Monole, 2002.

WÜST, Irmhild

A ocupação de Goiás antes da chegada do europeu (Goiás pré-colonial). IN: **Atlas histórico**: Goiás pré-colonial e colonial. Vol. 1. Goiânia: CECAB, 2001.

ANEXOS

Anexo I - Questionário de Avaliação do Uso Turístico dos Sítios Arqueológicos Brasileiros.

Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Centro Nacional de Arqueologia

Programa de Especialização em Patrimônio – PEP

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO USO TURÍSTICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRASILEIROS

*Pesquisa***:**

O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO

Carolina Guimarães Starling de Souza

Bolsista PEP/CNA/Depam 2010

Francisco Antonio Pugliese Junior

Supervisor PEP/CNA/Depam 2010

1. Identificação do sítio

1.1. Nome:

1.2. Município:

1.3. Categoria:

1.3.1. Pré-colonial ( )

1.3.2. De contato ( )

1.3.3. Histórico ( )

1.4. Tipo de Sítio

1.4.1. Arte Rupestre:

1.4.1.1. Pintura ( ) 1.4.1.2. Gravura ( )

1.4.2. Sambaquis ( )

1.4.3. Outros ( ) - Especificar:

1.5. Exposição

1.5.1. Céu aberto ( ) 1.5.2. Abrigo-sob-rocha ( ) 1.5.3. Gruta ( ) 1.5.4. Submerso ( )

1.5.5. Outra ( ) - Especificar:

1.6. Propriedade da Terra

1.6.1. Área Pública ( ) 1.6.2. Área Privada ( ) 1.6.3. Área Militar ( ) 1.6.4. Área indígena ( )

1.6.5. Outra ( ) - Especificar:

2. Atividade turística no sítio

2.1. Potencial turístico ( )

2.2. Turismo planejado ( )

O planejamento foi realizado de maneira adequada? 2.2.1. Sim ( )

2.2.2. Não ( )

2.3. Turismo informal ( )

3. Identificação de fatores que prejudicam a preservação dos sítios

A preservação do sítio está ameaçada? 3.1. Sim ( ) 3.2. Não ( )

Em caso afirmativo, quais são os principais fatores?

3.1.1. Fatores naturais ( ) - Especificar:

3.1.2. Fatores antrópicos ( ) - Especificar:

3.1.3. Fatores antrópicos causados pela atividade turística ( ) - Especificar:

4. Medidas de controle do fluxo de visitação

Foi adotada alguma medida para controlar o fluxo de visitantes direcionado ao sítio?

4.1. Sim ( ) 4.2. Não ( )

Em caso afirmativo, quais foram essas medidas?

4.1.1. Estudo de capacidade de carga ( )

4.1.2. Restrição dos horários e dias de visitação ( )

4.1.3. Zoneamento em áreas de uso diferenciado ( )

4.1.4. Outros ( ) - Especificar:

5. Gestão administrativa do sítio

Há gestão administrativa do sítio? 5.1. Sim ( ) 5.2. Não ( )

Em caso afirmativo, qual o tipo de gestão administrativa?

5.1.1. Pública ( )

5.1.2. Privada ( )

5.1.3. Mista ( )

5.1.4. Outros ( ) – Especificar:

6. Programas de Educação Patrimonial

Foi realizado algum programa de educação patrimonial associado à visitação turística do sítio?

6.1. Sim ( ) 6.2. Não ( )

Em caso afirmativo, qual o principal público alvo?

6.1.1. Comunidade local ( ) - Especificar:

6.1.2. Turistas ( ) - Especificar:

7. Acessibilidade para portadores de necessidades especiais

Existe alguma iniciativa voltada para adequar a acessibilidade ao sítio e as informações disponíveis sobre ele para portadores de necessidades especiais?

7.1. Sim ( ) 7.2. Não ( )

Em caso afirmativo, especificar:

7.1.1. Intervenções para facilitar o acesso de portadores de dificuldade de locomoção ( )

7.1.2. Divulgação de material informativo adaptado para portadores de necessidades auditivas e visuais ( )

7.1.3. Adaptação da sinalização para portadores de necessidades especiais ( )

7.1.4. Outros ( ) - Especificar:

8. Sinalização turística dos sítios:

O sítio possui algum projeto de sinalização? 8.1. Sim ( ) 8.2. Não ( )

Em caso afirmativo, qual o tipo de placas utilizado?

8.1.1. Identificação de atrativo turístico ( )

8.1.2. Indicativas de direção ( )

8.1.3. Indicativas de distância ( )

8.1.4. Interpretativas ( )

8.1.5. Outros ( )

9. Monitoramento das visitas

Existe monitor ou guia conduzindo as visitas ao sítio? 9.1. Sim ( ) 9.2. Não ( )

Em caso afirmativo detalhar no item 15, de acordo com as instruções presentes no o Anexo I.

10. Proteção legal sobre o sítio

O sítio possui alguma proteção legal (além da legislação específica de proteção ao patrimônio arqueológico)? 10.1. Sim ( ) 10.2. Não ( )

Em caso afirmativo, qual?

10.1.1. Área de Unidades de Conservação ( ) - Especificar:

10.1.2. Tombamento (federal, estadual, municipal) ( ) - Especificar:

10.1.3. Área indígena ( ) - Especificar:

10.1.4. Outros ( ) - Especificar:

11. Envolvimento da comunidade local

Existe algum tipo de envolvimento da comunidade local na atividade turística desenvolvida no sítio?

11.1. Sim ( ) 11.2. Não ( )

Em caso afirmativo, ocorre de qual forma?

11.1.1. Geração de renda ( )

11.1.2. Planejamento turístico ( )

11.1.3. Execução da gestão ( )

11.1.4. Outros ( ) - Especificar:

12. Infraestrutura turística construída na área do sítio

Foram construídas estruturas ou feitas intervenções físicas para incentivar a visitação turística e/ou proteger o sítio?

12.1. Sim ( ) 12.2. Não ( )

Em caso afirmativo, quais?

12.1.1. Equipamentos básicos (sanitários, centro de apoio ao visitante, bebedouro, área para estacionamento, etc.). ( ) - Especificar:

12.1.2. Equipamentos de apoio (área de camping, iluminação, lanchonete, restaurantes, etc.).

( ) - Especificar:

12.1.3. Intervenções para melhorar o acesso e a proteção aos sítios (demarcação de trilhas, construção de passarelas, etc.). ( ) - Especificar:

12.1.4. Outros ( ) - Especificar:

13. Material de divulgação sobre o sítio

Foi produzido algum material informativo ou de divulgação sobre o sítio para ser distribuído aos visitantes? 13.1. Sim ( ) 13.2. Não ( )

Em caso afirmativo, quais?

13.1.1. Material publicitário ( )

13.1.2. Folheto informativo ( )

13.1.3. Mapas ( )

13.1.4. Outros ( ) - Especificar:

14. Apropriação simbólica recente do sítio arqueológico

O sítio é alvo de algum tipo de apropriação simbólica? 14.1. Sim ( )

14.2. Não ( )

14.1.1. Celebrações ( )

14.1.2. Lugares ( )

14.1.3. Formas de Expressão ( )

14.1.4. Saberes ( )

14.5. Informações descritivas:

Para o preenchimento dessa questão, consultar o Anexo I.

15. Em sua opinião, como está ocorrendo o uso turístico do sítio e como deveria ser a atuação do Iphan para garantir a conservação e a extroversão desses bens?

Para o preenchimento dessa questão, consultar o Anexo I.

Anexo I

Manual de Preenchimento

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO USO TURÍSTICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRASILEIROS

1) **Identificação do sítio:** Caracterização básica do bem, tal qual a aplicada na ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos-CNSA.
2) **Atividade turística no sítio**

2.1) *Potencial Turístico***:** Os sítios com potencial turístico são aqueles que ainda não são explorados turisticamente, embora possuam potencial para essa atividade devido a fatores como: significância e representatividade arqueológica, localização em área com elevado potencial turístico (excepcionalidade paisagística, proximidade de outros atrativos, etc.), facilidade de acesso, visibilidade, apelo estético, entre outros.

2.2) *Turismo Planejado*: Os sítios planejados para o turismo são aqueles para os quais foram adotadas estratégias para adequar seu acesso à visitação pública, minimizando os impactos negativos causados por essa atividade à conservação desses bens.

2.2.1) Os fatores cujo cruzamento possibilita que se considere um sítio arqueológico como planejado adequadamente para o turismo (cf. Santos 2007, Pereira e Figueiredo 2007, Manzato 2007), são:

- O sítio foi alvo de pesquisas científicas e cadastrado no CNSA/Iphan;

- A estruturação do sítio para recepção de visitantes foi feita considerando as especificidades do patrimônio arqueológico, incluindo a participação de profissionais com formação em arqueologia no planejamento e na gestão da atividade turística;

- O sítio possui proposta de manejo que considera a fragilidade dos vestígios arqueológicos e da sua área de entorno, contando com a adoção de medidas preventivas aos impactos negativos causados pela visitação turística. Entre essas medidas, podem ser citadas: estudos de capacidade de carga, zoneamento a partir de usos diferenciados, monitoramento das visitas por profissionais com formação adequada, disponibilização de informações sobre os sítios aos visitantes, entre outros;

- Os equipamentos de infraestrutura turística foram instalados de maneira correta (protegendo a integridade dos sítios e sem prejudicar a sua visualização), com o

objetivo de facilitar o acesso, proteger os bens e atender as necessidades básicas de manutenção da área e de comodidade dos visitantes;

- Monitoramento periódico do estado de conservação dos sítios por profissionais especializados;

- Integração da comunidade que reside no município onde está localizado o sítio na atividade turística partir de ações como: gestão compartilhada, planejamento participativo, participação na renda gerada, entre outros.

2.2.2) *Turismo planejado de maneira inadequada*: é representado pelos sítios em que houve intervenções voltadas para o incentivo à atividade turística, porém de maneira incorreta (prejudicando a conservação dos bens, a segurança dos visitantes, a visualização dos atrativos, entre outros) ou incompleta (foram adotadas apenas algumas das medidas listadas no item anterior, caracterizando um manejo insuficiente da área).

Obs: Para esse questionário os sítios *planejados de maneira incorreta* serão incluídos na categoria *turismo planejado* e é recomendado que o responsável pelo preenchimento informe no item 15 os problemas identificados na preparação desses sítios para a visitação.

2.3) *Turismo informal*: Os sítios que apresentam "turismo informal" são aqueles em que a visitação turística ocorre de maneira espontânea, sem nenhum tipo de planejamento ou intervenção tanto pública quanto privada para estruturar os sítios para esse fim.

3) Identificação de fatores que prejudicam a preservação dos sítios

O objetivo desse item é identificar os fatores principais que degradaram o sítio ou que ameaçam a sua preservação, com ênfase naqueles decorrentes das atividades turísticas:

3.1.1) *Fatores naturais***:** Fatores de degradação causados por processos naturais, tais como: intemperismo, bioturbações, entre outros;

3.1.2) *Fatores antrópicos***:** Fatores de degradação causados pelo homem, com ou sem intenção de impactar os sítios, como por exemplo: saques, inundação de áreas para a construção de barragens, destruição para exploração mineral, entre outros;

3.1.3) *Fatores antrópicos causados pela atividade turística*: Quaisquer ameaças à preservação dos sítios causadas pelo uso turístico (vandalismo, saques, perturbações ao solo arqueológico, entre outros).

4) Medidas de controle do fluxo de visitação

No planejamento turístico de sítios arqueológicos podem ser adotadas medidas para definir o número de visitantes, o período das visitas turísticas ou direcionar o fluxo de pessoas para áreas específicas, com o objetivo de minimizar os impactos negativos aos bens. Entre essas medidas, as principais são:

4.1.1) *Estudos de capacidade de carga*: Restrições em função cálculo do número máximo de visitantes que uma área turística comporta (hora/dia/mês/ano),

causando o menor impacto possível para a preservação dos atrativos e mantendo a qualidade da experiência dos turistas;

4.1.2) *Restrição do período de visitação*. Restrição do uso turístico a dias e horários específicos;

4.1.3) *Zoneamento do sítio*: Definição de áreas com uso diferenciado a partir de variáveis como grau de fragilidade arqueológica e ambiental, atratividade turística, possibilidade de instalação de infraestrutura de apoio, relevância científica, entre outros;

4.1.4) As medidas citadas acima são as mais adotadas para controlar o fluxo de visitantes, embora existam outras que podem contribuir para diminuir a pressão sobre a área do sítio, tais como a construção de museus e espaços educativos em locais próximos (Pereira e Figueiredo 2007:1-13).

Obs: Cabe ressaltar que a construção de infraestrutura turística pode também ter como objetivo o controle do fluxo de visitantes; porém, devido à importância dessa informação para o levantamento em questão, foi elaborado um item específico (12) sobre o tema.

5) Gestão administrativa do sítio

O objetivo desse item é identificar os principais agentes que atuam na gestão administrativa dos sítios como poder público, iniciativa privada, parcerias institucionais público-privadas, gestão compartilhada, entre outros.

6) Programas de educação patrimonial

De acordo com Pereira e Figueiredo (2007:1-13), os programas de educação patrimonial devem ser realizados tanto na etapa de pesquisa arqueológica quanto na preparação e na disponibilização dos sítios para a visitação púbica. O objetivo desse item é identificar se houve algum programa educativo associado ao turismo arqueológico, qual o seu conteúdo e qual o público alvo. Embora a pesquisa do PEP em andamento considere que a comunidade local possa fazer uso turístico dos sítios arqueológicos, para que se obtenham informações mais precisas, este levantamento considera a seguinte distinção:

6.1.1) *Comunidade local*: Esse termo será utilizado para designar os moradores do município em que está localizado o sítio com uso turístico, com ênfase nas populações que residem nas imediações da área do sítio;

6.1.2) *Turistas*: Indivíduos ou grupos que realizam atividades como lazer e negócios fora de seu local de residência, por um período inferior a um ano (Ministério do Turismo 2010).

Obs: Mesmo considerando que as informações transmitidas aos visitantes por guias, material informativo e placas interpretativas possam cumprir funções educativas, a presente avaliação não as considera como educação patrimonial.

7) Acessibilidade para portadores de necessidades especiais

O objetivo desse item é identificar se houve adaptações para portadores de necessidades especiais, como a adequação do acesso ao sítio ou dos materiais informativos disponíveis para os visitantes.

De acordo com Decreto-lei nº. 5.296/2004, a *acessibilidade* pode ser definida como: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O termo *turismo acessível* é utilizado para definir a possibilidade e condição do portador de deficiência alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico (Ministério do Turismo 2009:27).

8) Sinalização turística dos sítios

A sinalização turística tem como objetivo a comunicação, por meio de placas, aos usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de referenciais de uso, tais como melhores percursos de acesso e distâncias a serem percorridas ao longo destes para se chegar ao local pretendido. São definidos os seguintes tipos de placas turísticas pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística (2001 44:121):

8.1.1) *Placa de identificação de atrativo turístico*: São placas que têm por finalidade indicar aos visitantes a localização dos destinos procurados, compreendendo a identificação do local por meio de seu nome e do respectivo pictograma, como previsto no Guia Brasileiro de Sinalização Turística;

8.1.2) *Placa indicativa de direção*: Possuem como objetivo garantir a orientação aos destinos pretendidos, sendo utilizadas setas direcionais;

8.1.3) *Placa indicativa de distância*: Indica as distâncias a serem percorridas até os atrativos turísticos situados na diretriz da via sinalizada;

8.1.4) *Placa interpretativa*: As placas interpretativas possuem como objetivo transmitir informações acessíveis aos visitantes sobre um atrativo turístico. Entre os diversos tipos de placas interpretativas, a sinalização para sítio arqueológico e patrimônio natural pode ser realizada com dois tipos específicos de placas, uma que apresenta o conjunto de sítios arqueológicos e outra para a caracterização dos sítios, isoladamente. A placa relativa ao conjunto deve estar localizada no acesso principal e deve contemplar as diversas possibilidades de visitação ao sítio ou região delimitada, os roteiros existentes e um breve texto contendo informações gerais. Já as placas de bem isolado podem conter informações mais detalhadas sobre o sítio em questão.

Nas placas interpretativas de sítio arqueológico é obrigatório o uso do seguinte texto:

"Esse sítio faz parte do Patrimônio Cultural Brasileiro e está protegido pela Lei nº 3924/61. A destruição ou retirada de qualquer material ou remoção de terra deste local constitui crime sujeito às penas de multa e detenção." (Guia Brasileiro de Sinalização Turística 2001:107).

Obs.: No item 15 podem ser detalhados os problemas identificados no projeto de sinalização de orientação turística como: sinalização insuficiente (quantidade e qualidade), ausência de padronização das placas, problemas de conservação, instalação em local inadequado, informações incorretas etc.

9) Monitoramento das visitas

De acordo com o relatório da *Oficina de interpretação e sinalização de sítios arqueológicos* (Iphan 1997:12), a presença de um guia/monitor é recomendável para a maioria das visitas a bens patrimoniais, principalmente àqueles cuja fragilidade indique a necessidade de cuidados constantes. Algumas das atribuições dos guias são: acompanhamento dos visitantes, indicação da conduta adequada na área do sítio, transmissão de informações sobre o sítio (baseadas em dados científicos) e sobre a legislação existente para a preservação/conservação dos mesmos.

Obs: No caso dos sítios que contam com monitores ou guias na condução dos visitantes, recomenda-se o detalhamento no item 15 das seguintes informações:

- Os guias estão inseridos em alguma associação de condutores?

- As informação disponibilizadas pelos guias sobre o patrimônio arqueológico aos visitantes são corretas do ponto de vista científico? Os visitantes são orientados em relação à conservação dos sítios (informações sobre a legislação, sobre a conduta adequada na área do sítio, entre outras)?

- Houve algum tipo de formação específica desses profissionais (formação de condutores pelo Iphan, cursos ministrados por arqueólogos, entre outros)?

10) Proteção legal sobre o sítio

Identificar se incide sobre o sítio alguma proteção legal além da legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, como a legislação aplicada a Unidades de Conservação, áreas tombadas, áreas indígenas, entre outras.

11) Envolvimento da comunidade local:

Este item tem por intuito identificar se existe envolvimento da comunidade local na atividade turística e a forma como ocorre essa participação.

11.1.1) *Geração de renda* - Participação da comunidade em atividades remuneradas ligadas ao turismo arqueológico (trabalho como guias, produção de artesanato utilizando motivos arqueológicos, entre outros);

11.1.2) *Planejamento turístico* - Participação da comunidade local nos processos de decisão associados à elaboração do planejamento turístico (consultas públicas, reuniões com representantes de associações comunitárias, entre outros);

11.1.3) *Execução da gestão* - Participação de representantes da comunidade local na gestão do sítio e implantação do planejamento turístico (comitê gestor, atuação direta de associação de guias na gestão, entre outros).

12) Infraestrutura turística construída na área do sítio

De acordo com o relatório da *Oficina de interpretação e sinalização de sítios arqueológicos* (Iphan 1997) os equipamentos turísticos são divididos em:

12.2.1) *Equipamentos básicos*: Equipamentos imprescindíveis para a realização da atividade turística como sanitários, lixeiras, local para informação e apoio ao visitante, área própria para estacionamento, entre outros.

12.2.2) *Equipamentos adicionais*: Equipamentos complementares, que não fazem parte da infraestrutura mínima necessária para a atividade turística como restaurante, lanchonete, área para camping, entre outros.

12.2.3) *Intervenções para melhorar o acesso e a proteção aos sítios*: Melhorias nas vias de acesso e construção de estruturas de proteção aos sítios como demarcação de trilhas, construção de passarelas, cercamento da área do sítio, entre outros.

Obs: É recomendado que os equipamentos sejam instalados de maneira integrada à paisagem do sítio, utilizando os materiais adequados, sem interferir na conservação e na visualização da área do sítio. Detalhar no item 15 do questionário os casos em que a infraestrutura turística foi construída de maneira inadequada, principalmente no que diz respeito à conservação e visibilidade dos sítios arqueológicos.

13) Material de divulgação produzido sobre o sítio

De acordo com o relatório da *Oficina de interpretação e sinalização de sítios arqueológicos* (Iphan 1997), um dos critérios básicos para inserir sítios arqueológicos em um sistema de visitação é a disponibilização de informações corretas e concisas ao público sobre os sítios em questão e sobre a legislação de proteção existente.

Esse item tem como objetivo identificar se foram produzidos materiais para serem distribuídos aos visitantes para a divulgação de informações sobre os sítios arqueológicos, no intuito de complementar a atuação dos guias, das placas interpretativas e das atividades educativas. Entre esses materiais podem ser destacados material publicitário, folhetos informativos, mapas da área do sítio, entre outros.

14) Apropriação simbólica do sítio

Muitos sítios arqueológicos visitados turisticamente possuem outros tipos de uso, entre os quais está incluída a apropriação simbólica pela comunidade tanto dos sítios, quanto das áreas nas quais eles estão localizados. Enquanto o uso turístico pode ser caracterizado pela realização preponderante de atividades de lazer, a apropriação simbólica envolve questões imateriais relacionadas, por exemplo, à religiosidade, à identidade e ao pertencimento. Apesar desta distinção, a OMT considera como turismo:

> (...) as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um

> período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. (Ministério do Turismo, 2010:4).

Portanto, a apropriação simbólica dos bens realizada durante "viagens e estadas em lugares diferentes do entorno habitual" são, segundo a definição oficial, consideradas turismo. Entre os tipos de apropriação ou uso simbólico de bens culturais, são definidos pelo Iphan (2000): celebrações, lugares, formas de expressão e saberes. Cabe nesse item a descrição da apropriação simbólica dos sítios arqueológicos a partir de informações como:

- Qual o tipo de uso?

- Quais os segmentos sociais envolvidos?

- Descrição das atividades realizadas e de possíveis ameaças à preservação dos sítios.

15) Avaliação pelos gestores do uso turístico dos sítios e sugestão de medidas a serem adotadas pelo Iphan para melhorar a preservação dos sítios arqueológicos com uso turístico.

Essa questão aberta foi elaborada com o intuito de possibilitar a descrição livre pelos gestores dos resultados do uso turístico dos sítios arqueológicos, com ênfase nos principais problemas detectados. Outro objetivo é complementar as informações solicitadas nos itens fechados e discutir possíveis soluções para a gestão desses bens. Cabem nesse espaço, também, críticas e sugestões para o aperfeiçoamento do questionário e da pesquisa em questão.

Referências:

BRASIL. (2001) *Guia Brasileiro de Sinalização Turística*, pp.14-146.

BRASIL, República Federativa do. (2004) Decreto-Lei nº. 5.296.

BRASIL. Iphan. (1997) Relatório da Oficina de interpretação e sinalização de sítio arqueológico.

BRASIL. Iphan. (2000) Decreto nº 3551. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295. Acesso em 31/05/2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2009). Turismo Acessível: Introdução a uma viagem de inclusão. 48 pp.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2010) Turismo Cultural: Orientações Básicas. 3ªEd. Brasília. Disponível em: http://www.turismo.gov.br. Acesso em 22/01/2012.

MANZATO, F. (2007) Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*. Vol. 5, nº1. pp. 99-109.

PEREIRA, E. FIGUEIREDO, S L. (2007) Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: Aspectos de preservação e planejamento. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. UAM. pp.1-15.

SANTOS, J F. (2007) Arqueoturismo no semi-árido Sergipano: o desafio da conservação de um patrimônio milenar. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 7, nº 2. 20 pp.

Anexo II

Resultados parciais obtidos com o levantamento sobre o uso turístico dos sítios arqueológicos brasileiros

- Foram identificados 218 sítios arqueológicos com uso turístico, dos quais 182 (83,4%) estão localizados no Parque Nacional da Serra da Capivara-PI;

- Dos sítios levantados, 97,8% são pré-coloniais com registros rupestres, com exceção do sítio megalítico AP-CA-18, localizado em Calçoene-AP, dos sítios históricos Forte Coimbra-MS e Caminho do Itupava-PR e dos sambaquis Garopabão-SC e Guaraguaçu-PR;

- Os Estados com maior número de sítios informados são o Piauí (83,4%), seguido de Goiás (4,1%), Rondônia (2,7%) e Minas Gerais (2,7%);

- Em 90,3% dos sítios houve algum tipo de intervenção e/ou planejamento para o uso turístico, embora, conforme informações qualitativas presentes nos questionários, com exceção dos sítios localizados na Serra da Capivara, em muitos desses sítios o planejamento ocorreu de maneira inadequada ou incorreta;

- Quanto à preservação dos sítios, o levantamento demonstrou que 9,1% dos sítios estão ameaçados pela atividade turística realizada sem controle ou planejamento adequado;

- Entre os sítios levantados 58,3% não apresenta nenhuma medida para controlar o fluxo de visitantes (dados obtidos sem contabilizar os sítios localizados na Serra da Capivara, os quais possuem estudo de capacidade de carga e dias e horários restritos para visitação). No caso dos sítios em que essas medidas foram adotadas, as mais comuns são estudos de capacidade de carga (96,4%) e restrição dos horários e dias de visitação (93,9%). O zoneamento da área do sítio a partir de usos diferenciados foi realizado somente na Ilha do Campeche-SC;

- Com exceção de 13 sítios localizados no Parque Nacional da Serra da Capivara, em nenhum dos demais sítios com uso turístico foi realizado projeto de acessibilidade para portadores de necessidades especiais;

- Quanto aos sítios com projeto de sinalização (95,4%), na maioria deles foi instalada placa de identificação (93,1%), embora poucos sítios possuam projeto de sinalização completo incluindo placas direcionais, indicativas de distância e interpretativas, o que foi registrado apenas nos sítios localizados no Parque Nacional da Serra da Capivara.

- O envolvimento da comunidade no uso turístico dos sítios ocorre, principalmente, em atividades remuneradas como as de guias/monitores (85,7%) e na gestão dos sítios a partir da formação de associações de guias ou de condutores (83,9%). Somente nos sítios localizados no Parque Nacional da Serra da Capivara houve participação da comunidade no planejamento do uso turístico dos sítios;

- Em relação à construção de equipamentos turísticos e de intervenções para melhoria no acesso aos sítios, foram citadas medidas em (93,1%) dos sítios. Os principais equipamentos relatados foram: sanitários (87,1%), centro de apoio ao visitante (87,1%) e intervenções para melhoria do acesso e proteção (92,2%), tais como demarcação de trilhas (90,8%), estruturas de proteção como cercamentos (89,9%) e construção de passarelas (85,7%);

- Quanto às sugestões para atuação do Iphan nos sítios com uso turístico, as medidas citadas foram a viabilização de projetos de infraestrutura, as ações de educação patrimonial, o desenvolvimento de projetos de monitoramento dos sítios e a formação técnica da comunidade para atuar na gestão, bem como a continuidade de ações já iniciadas.

***